

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

ARIELLA SILVA FERNANDES OLIVEIRA

**DIREITO À CIDADE E AO LAZER NO CENTRO HISTÓRICO  
DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

Porto Alegre  
2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

ARIELLA SILVA FERNANDES OLIVEIRA

DIREITO À CIDADE E AO LAZER NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS  
DO MARANHÃO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Linha de Pesquisa: História das Sociedades Ibéricas e Americanas

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Musa Fay

PORTO ALEGRE

2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

### Ficha Catalográfica

F363d Fernandes Oliveira, Ariella Silva

Direito à cidade e ao lazer no Centro Histórico de São Luís do Maranhão / Ariella Silva Fernandes Oliveira. – 2024.

127 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Musa Fay.

1. Centro Histórico. 2. Direito ao lazer. 3. Patrimônio. 4. Cultura.  
I. Musa Fay, Claudia. II. Título.

ARIELLA SILVA FERNANDES OLIVEIRA

DIREITO À CIDADE E AO LAZER NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS DO  
MARANHÃO

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em História pelo  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do  
Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Musa Fay

Aprovada em: , pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Cláudia Musa Fay (Orientadora - PUCRS)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> Edison Huttner (PUCRS)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> Samarone Carvalho Marinho (UFMA)

## **AGRADECIMENTOS**

Na minha trajetória acadêmica sempre tive apoio de pessoas fundamentais para que eu conseguisse chegar até aqui e concluir essa pesquisa. Primeiramente, eu gostaria de dedicar e agradecer ao meu maior incentivador e melhor amigo da vida, o meu pai, Alciran, sem ele eu jamais teria sequer começado e espero que de onde ele estiver esteja orgulhoso e acompanhando tudo. Obrigada por todas as oportunidades que o senhor me deu em vida. Sou grata à minha mãe, Aurilene, que mesmo com todas as dificuldades me incentivou a concluir o mestrado.

Agradeço à Hemily Vale, que sempre esteve comigo e é meu braço direito na vida, sem ela eu jamais conseguiria. Obrigada por toda a paciência, dedicação, parceria e tempo.

Obrigada aos meus amigos de vida e de copo Gustavo, Bianca e Fernanda que mesmo com alguns desafios e até a distância sempre se fizeram presentes em tudo e para tudo.

Obrigada ao meu amigo Marcos Paz por todos os conselhos, incentivos e conversas, Luciano Alves por todas as risadas e conversas. Agradeço também aos que chegaram há pouco tempo, Leonardo Serra e Mayara Medeiros. Vocês também foram pessoas importantes para que eu chegasse até aqui.

Serei eternamente grata à professora Marlise Meyrer pelas orientações nos últimos anos e mais grata ainda à professora Claudia Musa Fay por ter aceitado esse convite de orientação em tão pouco tempo. Agradeço à PUCRS por todo o ensinamento e estruturas para que eu conseguisse desenvolver minha pesquisa. Não posso deixar de agradecer também o professor Josoaldo, mesmo longe sempre auxiliou e incentivou seus alunos.

Agradeço a todos que de forma direta ou indiretamente me ajudaram nesta pesquisa. Muito obrigada.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a eficácia do direito ao lazer no Centro Histórico de São Luís através de três manifestações culturais presentes no bairro - O Hip Hop, O Tambor de Crioula e o Carnaval. Sendo o Centro Histórico de São Luís o berço da história da cidade e patrimônio cultural da humanidade, cabe analisar o impacto das transformações do bairro e da patrimonialização no que tange ao direito à cidade e ao lazer no espaço estudado. Considerando a importância das expressões culturais como formas de identidade e lazer para a comunidade que habita e frequenta o bairro, busca-se ao longo da pesquisa entender como as manifestações são afetadas pelo impacto das transformações urbanas, políticas de preservação e as dinâmicas sociais, com o objetivo de refletirmos sobre a importância de um lazer acessível para todos os cidadãos sem distinção.

**Palavras-chave:** Centro histórico; direito ao lazer; patrimônio, Cultura

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the effectiveness of the right to leisure in the Historic Center of São Luís through three cultural manifestations present in the neighborhood - Hip Hop, Tambor de Crioula, and Carnival. As the Historic Center of São Luís is the cradle of the city's history and a cultural heritage of humanity, it is necessary to analyze the impact of the transformations of the neighborhood and its heritage status regarding the right to the city and leisure in the studied space. Considering the importance of cultural expressions as forms of identity and leisure for the community inhabiting and frequenting the neighborhood, the research seeks to understand throughout how these manifestations are affected by the impact of urban transformations, preservation policies, and social dynamics, with the aim of reflecting on the importance of accessible leisure for all citizens without distinction.

**Keywords:** Historic center; right to leisure; heritage, culture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem do Palácio dos Leões em 1950 e em 2017 .....	13
Figura 2 - Imagens do Cais da Sagração, São Luís - MA .....	16
Figura 3 – Jornal “O Estado do Maranhão”, junho de 1977 .....	54
Figura 4 – Coluna do jornalista Américo Azevedo - “O Estado do Maranhão”, 1987.	59
Figura 5 – Mapa de Localização da área de estudo.....	63
Figura 6 – Casa das Tulhas – década de 1940 ou 1950 .....	64
Figura 7 – Casa das Tulhas em 2021.....	66
Figura 8 – Convento das Mercês, 2011.....	71
Figura 9 – Centro de Cultura Odylo Costa Filho.....	72
Figura 10 – Batalha na Praça, 2019.....	94
Figura 11 – Batalha na Praça, 2023 .....	94
Figura 12 – Batalha na Praça, 2023.....	94
Figura 13 – Tambor de Crioula, 2023 .....	98
Figura 14 - Matéria relatando o impedimento das apresentações do Tambor de Crioula no Mercado das Tulhas, determinado pela prefeitura de São Luís .....	99
Figura 15 - Fachada da Casa do Tambor de Crioula.....	103
Figura 16 – Bloco da Bandida, 2016 .....	112
Figura 17 - A Máquina de Descascarálho, 2017 .....	113
Figura 18 - Bloco Tradicional Reis da Liberdade, 2018.....	113



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As onze políticas de preservação .....	55
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1 CONTEXTO HISTÓRICO E DIREITO À CIDADE NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS</b> .....	<b>21</b>
1.1 A DECADÊNCIA DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS .....	21
1.2 PARA QUEM É O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS? .....	28
1.3 CONTEXTO PATRIMONIAL NO BRASIL E EM SÃO LUÍS .....	34
<b>2 A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS – DISCURSOS E PRÁTICAS</b> .....	<b>49</b>
2.1 A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS .....	49
2.3 A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS .....	60
2.4 A PRIMEIRA ETAPA DO PPRCHSL .....	62
2.5 A SEGUNDA ETAPA DO PPRCHSL .....	67
2.6 A TERCEIRA ETAPA – PROJETO REVIVER .....	69
2.7 A QUARTA ETAPA .....	73
2.8 A QUINTA ETAPA .....	75
2.9 A SEXTA ETAPA .....	80
<b>3 OS USOS E CONTRA-USOS DO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS</b> .....	<b>83</b>
3.1 “SE TU AMA ESSA CULTURA, COMO EU AMO ESSA CULTURA, GRITA <i>HIP HOP</i> ” - AS BATALHAS DE RIMA NA PRAÇA .....	88
3.2 “VOU DAR UMA VOLTA NA ILHA, QUERO VER COMO TÁ, VOU ATRÁS DE COREIRA PRA LEVAR PRA MEU LUGAR” – AS RODAS DE TAMBOR DE CRIOLA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS .....	97
3.3 FIQUEI SABENDO QUE ANDAS DESEJANDO DEMAIS BRINCAR NA MÁQUINA DURANTE O CARNAVAL! .....	105
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>116</b>

## INTRODUÇÃO

Para que entendamos o processo da história do Centro Histórico da cidade de São Luís, contexto espacial no qual se deu esta pesquisa, precisamos primeiramente apresentar o que é cidade.

Com o crescimento das cidades, as formas de interpretá-las se multiplicaram, pois novas questões surgiram e não havia uma fórmula ou uma ciência que detivesse todo o saber necessário para estudar o urbano. Não havia e não há como interpretar as cidades por um caráter unicamente técnico e neutro, assim como nenhuma leitura da cidade pode ser ingênua ou definitiva (Choay, 1997).

Os estudos sobre a cidade são diversos e grande parte deles apresentam uma visão interdisciplinar, entretanto não existe um conceito universal que define o que é cidade. Assim, neste trabalho as questões sobre cidade e meio urbano, a discussão será feita a partir da interdisciplinaridade entre a história e a geografia. Desde os séculos passados, estudiosos de diferentes áreas do conhecimento têm se dedicado a construir uma representação mais detalhada sobre a cidade e a vida urbana. Ao longo da história, poetas, artistas e arquitetos tinham também a missão de, por meio de suas obras, representar a complexidade da cidade e do cotidiano.

No século XX surgem diversas preocupações inéditas, especialmente quando se observam os esforços para formular teorias abrangentes sobre o urbano. Durante esse período, as perspectivas sobre a cidade passam por transformações significativas. Elementos como a função econômica, a dinâmica entre o espaço público e privado, a organização social, cultural, política e populacional tornam-se “elementos cruciais para a análise urbana”:

No que concerne ao esforço de compreensão do fenômeno urbano, diversas imagens têm sido empregadas desde tempos imemoriais, cada qual acarretando em benefícios e limitações, e o mesmo ocorreria com o conhecimento produzido sobre a cidade no século XX. A metáfora do ímã, por exemplo, tem sido particularmente simpática aos economistas contemporâneos e aos demógrafos. Pólo de atração, a cidade absorve homens e mercados. Por outro lado, o ‘poder magnético’ das cidades remete às noções de centro e periferia, particularmente no que concerne à região a elas adstritas. Desta forma, o geógrafo Dickinson (1961, 38) – que também trabalhou interdisciplinarmente com a História – observa que ‘cada centro age como se fosse um ponto focal, situado na confluência de vias e correntes de tráfego por meio das quais se liga à área circundante que constitui o seu corpo de associação’. (Barros, 2010, p. 20)

Portanto, as análises feitas nesta pesquisa se enquadram nas análises realizadas a partir do século XX.

Mumford (1982, p. 9), na obra “A Cidade na História”, pensava a cidade como um meio complexo onde não existia uma única forma de analisá-la, deixando evidente também como os estudos sobre o urbano eram e são cercados de perguntas norteadoras:

Que é a cidade? Como foi que começou a existir? Que processos promove? Que funções desempenha? Que finalidades preenche? Não há definição que se aplique sozinha a todas as suas manifestações nem descrição isolada que cubra todas as suas transformações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas da sua maturidade e a desintegração corporal da sua velhice. As origens da cidade são obscuras, enterradas ou irrecuperavelmente apagada uma grande parte de seu passado, e são difíceis de pesar suas perspectivas futuras.

Henri Pirenne (1927, p. 30), em obra intitulada “As Cidades da Idade Média”, realizou discussões principalmente em torno da questão de qual seria o sentido da palavra cidade. O historiador entendia como cidade uma “concentração humana portadora de personalidade jurídica, vivendo de comércio e da indústria”. Pirenne relacionou o feudalismo à decadência da vida urbana, assim como buscou relacionar o capitalismo ao renascimento das cidades, para o autor cidade estava ligado diretamente a aspectos socioeconômicos.

Max Weber, que tratava a cidade a partir da relação política e economia, utilizava o método comparativo e a criação de “tipos ideais” para estudar o urbano. A metodologia utilizada pelo autor tinha como objetivo buscar o passado de diversas sociedades em busca de características urbanas e posteriormente compará-las. As características administrativas e econômicas das cidades foram comparadas em seus aspectos em comum e diferentes, porém Weber desconsiderou a possibilidade de uma sociedade conter resquícios do período seguinte, assim ele desconsiderou muitas características em comum a todas as sociedades analisadas. Em sua obra de 1921, “Conceitos e Categorias de Cidade”, o autor discorreu sobre a realidade econômica da cidade em que é possível relacionar a sua origem com as atividades econômicas. Para Weber, a cidade ocidental tem como destaque suas características de comunidade e administração autônoma. Destacava também a separação entre as características econômicas e políticas da cidade.

Marx e Engels (1946, p. 64), na obra “Ideologia Alemã”, definiram a cidade como “a realidade da concentração da população, dos instrumentos da produção, do capital, dos prazeres, das necessidades.”

Henry Lefebvre (1962, p. 64) – filósofo, mas enorme contribuinte do pensamento geográfico contemporâneo, principalmente nos estudos referentes à geografia urbana –, no livro “Do Rural ao Urbano”, define a cidade como “a projeção da sociedade sobre o terreno”. Para ele, a cidade sempre teve relação com a sociedade, com seu funcionamento, com sua composição e com a sua história, tendo suas modificações não como resultados passivos da globalidade social, mas sim das relações diretas entre os grupos que compõem a sociedade, sendo produto e também reprodução das relações humanas e produção de objetos, como cita em “O Direito à Cidade” (2001, p. 47): “A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”.

David Harvey (1973, p. 34 e p. 174), no livro “A Justiça Social e a Cidade”, diz que “a cidade seria um “[...] sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação” e explicita também a cidade como “o lugar das contradições acumuladas”.

A geógrafa Ana Fani (2007, p. 20), em sua obra “O lugar no/do mundo”, descreve sobre a leitura da cidade, suas complexidades e (re)produções do espaço urbano. Na obra, a autora diz que “a geografia urbana deve contemplar, em sua análise sobre o fenômeno urbano, uma crítica à formulação do saber sobre a cidade, porque é impossível separar a produção social do espaço da cidade da produção de um pensamento sobre a cidade”, ressaltando como a cidade deve ser analisada pela sua amplitude e de diversas dimensões, principalmente socioespacial.

Ana Fani (2007, p. 20) também explicita que a análise da cidade deve ser realizada de três planos considerados indissociáveis: econômico (a cidade como produção do capital); político (cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado); e social (cidade como prática socioespacial). Para a autora, a cidade pode ser entendida como “construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza”.

A perspectiva geográfica referente à cidade difere da perspectiva histórica, porém as duas se complementam e nos permitem um novo olhar sobre a cidade e

suas complexidades. A geografia não se limita a definir apenas o que seria a cidade, mas busca também entender a relação do homem com ela.

Em relação ao centro histórico de São Luís, deve-se entender, inicialmente, sobre a história da cidade para que se perceba a alta relevância da sua existência e conservação dos traços coloniais para a História do Brasil, compreensão dos processos de expansão territorial (Dualibe, 2012) e todo o processo de uso do espaço e direito à cidade que será discutido nesta pesquisa.

O ponto fulcral para a formação da cidade de São Luís, assim como outras cidades históricas no Brasil e no mundo, desenvolveu-se a partir do centro histórico, constituído pelo bairro da Praia Grande. No século XVII, a cidade de São Luís, localizada no Maranhão, foi fundada durante o período colonial como uma estratégia da Coroa Portuguesa para impedir a invasão de nações inimigas em seu território. Durante a segunda metade do século XVIII, atinge seu apogeu econômico, impulsionado tanto pela exploração do tráfico de escravos quanto pela produção e exportação de seu algodão e da cana-de-açúcar (Carvalho, 2009).

Os indígenas tupinambás, primeiros habitantes da Ilha do Maranhão, eram seminômades e possuíam o ritual de guerrear com outros povos indígenas sob o credo de conquistar o espírito guerreiro do oponente e de seus ancestrais. Sua subsistência era baseada na pesca, caça e no plantio de batata-doce e mandioca, e os alimentos eram divididos igualmente entre todos. Os indígenas se organizavam em aldeias com enormes cabanas feitas de palha de coco babaçu, que serviam para abrigar diversas famílias. A ilha era chamada de *Upaon-açu*, que significa Ilha Grande na língua portuguesa (Oliveira, 2019).

Conforme Martins (2012, *apud* Oliveira, 2019, p. 13-14), as aldeias tinham entre 200 e 600 habitantes e eram estruturadas com uma praça central: “[...] Existiam na Ilha 12.000 índios tupinambás, distribuídos em 27 aldeias, cinco próximas ao Forte São Luís: Juniparão, Janovarem, Timbó, Igapó e Pedras Verdes, que desapareceram já no século XVII”.

Daniel de La Touche, Sieur de La Ravardière e o sócio François de Razily, tenentes gerais de Luís XIII de França, em 1612 tomaram a ilha com a ajuda do povo tupinambá, sendo a única capital fundada por franceses. Com o objetivo de implantar a França Equinocial, na data de 8 de setembro, fundaram a vila e o forte de São Luís, em homenagem ao Rei Santo, Luis IX (Oliveira, 2019).

A construção do forte foi motivada pela preocupação em defender o território maranhense, que era do domínio português. O forte foi construído em uma colina próxima ao porto e à região comercial, e contava com uma barreira natural formada por uma elevação abrupta do terreno que permitia uma boa visibilidade da entrada da reentrância formada pelos rios Anil e Bacanga (Cardoso, 2011).

Essa construção hoje é a sede do governo, o Palácio dos Leões (Figura 1).

Figura 1 - Imagem do Palácio dos Leões em 1950 e em 2017



Fonte: Palácio dos Leões, São Luís, Maranhão, janeiro de 1958. Arquivo Nacional.

A colonização portuguesa em São Luís teve início nos primeiros anos após 1615, depois da expulsão dos franceses que ocupavam a ilha. Essa retomada do território resultou em mortes e no exílio de milhares de grupos nativos da ilha, além de dar início ao seu povoamento pelos imigrantes de famílias provenientes dos Açores (Santos, 2021).

A fundação de São Luís é ligada aos franceses, porém a historiadora Lacroix (2012) afirma que a fundação de São Luís foi instaurada pelos portugueses. Segundo a autora, a presença dos portugueses na ilha de *Upaon-Açu* ocorreu muito tempo antes do que a história oficial conta. De acordo com Andrès (2012), no ano de 1535, os portugueses sobreviventes de um naufrágio conseguiram chegar à ilha de *Upaon-Açu* e fundaram o povoado Nazaré. Não existem informações a respeito da localização exata do povoado.

Existem vários registros que se baseiam na narrativa de Abbeville que consideram a passagem francesa como presença ilegítima, em razão da ação de

“piratas” e “invasores”. A primeira crônica está contida na Jornada do Maranhão, de presumida autoria do português Diogo de Campos Moreno, com a descrição minuciosa da expulsão daquele adversário (Lacroix, 2005). Em 1624, Simão Estácio da Silveira deu suas impressões: “Estes franceses... que vinham a estas barras de suas pilhagens, e tinham aqui uma ladroeira onde espalmavam e breavam com a almécega da terra, que também como o breu serve” (Lacroix, 2012, p. 56).

Gaioso, referindo-se à reintegração do Maranhão pelos portugueses classifica os franceses como intrusos dominadores e, sobre a fundação da cidade, afirma: ‘Livre o Maranhão n’aquelle dia de toda a sugeição francesa, applicou Jerônimo de Albuquerque todo o seu cuidado na fundação de huma cidade n’aquelle mesmo sítio; dentro de pouco tempo adiantou consideravelmente a povoação’. (Lacroix, 2012, p. 56)

Até o ano de 1896, não havia qualquer registro em livros, jornais ou documentos que fizesse qualquer associação à data de 8 de setembro como a data de fundação de São Luís. O nome da cidade é uma homenagem ao rei santo Luís IX, que foi canonizado antes do descobrimento do Brasil, e não em homenagem a Luís XIII (Maciel, 2022).

Jerônimo de Albuquerque, inteiramente senhor de suas ações e livre dos cuidados inerentes à guerra, applicou-se à fundação da cidade, hoje de São Luís, como lhe fora recomendado pela Côrte de Madrid. Dentro de pouco tempo por seu zêlo e atividade pôde adiantar tanto a povoação ‘que reduzida a regular forma de república, na frase de Berredo, debaixo da proteção soberana de Maria Santíssima com o augusto título de Vitória, que já lhe tinha decretado no feliz lugar de Guaxenduba, lhe declarou à invocação de São Luís’. (Marques, 1970, *apud* Lacroix, 2012, p. 57)

Devido à realização dos rituais litúrgicos de fundação, que incluem missa, cerimônias e rituais, os franceses receberam o título de fundadores de São Luís. Lisboa (1901), citado por Lacroix (2012, p. 57), diz: “João Francisco Lisboa, comparando as invasões francesa e holandesa, observou que ‘a franceza é apenas conhecida dos homens de letras, e, como a holandesa, não vive na memória do povo’.” A invasão holandesa ocorreu menos de três décadas após a fundação em 1641, liderados por Maurício de Nassau, que partiram de Recife para chegar até lá. No entanto, menos de três anos depois, os holandeses foram expulsos da cidade (Andrès, 2014, p. 43): “Embora descrita como violenta e destrutiva, devemos à ocupação holandesa o único registro gráfico do que teria sido o projeto de Frias de Mesquita, cuja traçada original também jamais foi encontrada”.



Algumas das características do projeto de Frias de Mesquita ainda podem ser vistas no centro de São Luís, como a dimensão das ruas que possuem entre sete e dez metros de largura e quadras com dimensões de no máximo 80 x 80 metros (Oliveira, 2019). Com o crescimento do comércio a partir da criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão por volta de 1755, que introduziu o cultivo e produção algodoeira em larga escala fruto de mão de obra escravizada e a migração dos portugueses para a cidade de São Luís, surge a demanda por transporte dos escravizados africanos que passa então a ter a Praia Grande, bairro central do Centro Histórico de São Luís, como principal ponto de recepção e venda destes para as demais áreas da então província (Treccani, 2006).

Para dar conta de todo esse fluxo surge a necessidade de construções que seguissem os mesmos padrões encontrados em Lisboa para acomodar os comerciantes que se estabeleceram na cidade. Como aponta Andrès (2014, p. 44): “veio daí a necessidade de construir, em São Luís, um ambiente urbano capaz de reproduzir padrões de conforto aos quais seus proprietários estavam acostumados nas cidades europeia”.

Os responsáveis pelas obras eram construtores vindos de Lisboa e Porto. Os materiais utilizados nas obras eram importados (azulejos, serralherias, cantarias, entre outros) e devido à grande demanda de obras, algumas estruturas como balcões e vergas, eram fabricadas em quantidades elevadas o que acabou gerando uma padronização e uma repetição dos elementos das edificações. (Oliveira, 2019, p. 16)

Devido à presença do porto, a Praia Grande tornou-se um local obrigatório para o carregamento e descarregamento de mercadorias. No entanto, a infraestrutura não era adequada para as atividades comerciais, especialmente durante a maré baixa, quando o atracamento das embarcações na Ponte da Alfândega era difícil e o lamaçal tornava quase impossível o desembarque de produtos importados e o abastecimento de navios com bens regionais. Havia dificuldades durante o trabalho de carga e descarga durante a maré baixa, que exigia que os escravos ou marinheiros trabalhassem no lodo, e eram necessários mais tempo e mão de obra para completar essas tarefas (Meireles; Teixeira, 1979).

Isso aumentava os custos operacionais, que eram refletidos diretamente nos preços mais altos para os produtos. A entrada da cidade através do lamaçal tornou-se pouco atraente para quem desejava chegar até os comerciantes locais. Essa

barreira tornou-se uma preocupação para os governantes, que solicitaram à metrópole providências para organizar o local, incluindo a construção de um cais e uma praça (Meireles; Teixeira, 1979).

Do lado da Maioba, banhava o sopé do rochedo uma depois chamada Praia Pequena, que desaparecia com a construção do Cais da Sagração (1841/1844); do lado do Bacanga, uma dita Praia Grande porque maior do que aquela, e que também começaria a desaparecer com o aterro que se iniciou em 1784, para então projetada construção do cais defronte da Alfândega velha e que só concluiria em 1805 [...]. (Reis, 2002, p. 17)

Com o tempo o lodaçal foi aterrado, dando lugar à construção de um cais (Figura 2) que foi chamado de Praia Grande.

Figura 2 - Imagens do Cais da Sagração, São Luís - MA



Fonte: Acervo do fotógrafo Leão Azoubel e O Imparcial (2019)

No decorrer de 1835, São Luís foi eleita a quarta cidade mais importante do Império, acompanhada por Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Foram destacados aspectos como sua arquitetura, organização, paisagem e limpeza. Poucas décadas depois, a cidade evoluiu rapidamente. Além do crescente número de habitantes, São Luís passou a receber mais empresas, o que tornou o centro da cidade um lugar de intensa atividade econômica (Oliveira, 2019).

Em 1863, a Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão instalou um sistema de tubulação em cobre para utilizar gás hidrogênio em São Luís. No final do século XIX, um sistema de telefonia foi instalado, e a cidade passou a contar com um cabo telegráfico submarino que a ligava diretamente à Inglaterra, operado pela empresa Western. Em 1868, o sistema de transporte por bondes foi instalado, inicialmente utilizando animais como cavalos e burros e posteriormente passou-se a utilizar linhas elétricas para a locomoção dos bondes (Andrès, 2014).

Entre os anos de 1872 e 1900, como citado por Lopes (2008, p. 25):

Instalaram-se em São Luís, vinte e quatro estabelecimentos fabris – principalmente têxteis, mas também de fósforos, cerâmicas, chumbo, sabões, prego, calçados e outras – financiadas como capital das vendas de fazendas desvalorizadas pela abolição da escravatura e com empréstimos que se tornaram pesados fardos coma crise cambial e a desvalorização da moeda em 1897. De fato, a instalação deste parque fabril teve pouco impacto sobre o crescimento demográfico, mas contribuiu para a desconcentração dos serviços e da malha viária, até o Anil. A crise econômica do início do século é a crise de uma burguesia rural que precisou abandonar o campo e adaptar-se a novas condições de vida e trabalho em uma cidade que queria ser, naquele momento, a Manchester do Norte.

Wall e Braga (2014) destacam que diante do período de falência iniciado ainda na primeira metade do século XX, o centro de São Luís estagnou urbanisticamente, pois era a relação comercial diretamente com a Europa que definia a urbanidade da arquitetura do século XIX, e esta paisagem foi conservada nesses moldes até que na década de 1960 retomou-se o investimento em especulação imobiliária na ilha.

Assunção (2003) ressalva criticamente sobre a influência das denominadas “três raças” na formação cultural, não só do Maranhão, mas em qualquer território que tenha sido colonizado. Segundo o autor, para compreender as razões pelas quais certos elementos da cultura foram abandonados e outros mantidos e fundidos em novos sistemas não se deve restringir a uma mera referência a três supostas origens (africana, indígena ou europeia), à qual atribui-se que as mesclas culturais teriam sido transmitidas através dos tempos.

São Luís apresenta bem demarcada a presença de povos distintos em cultura por meio de produções materiais e imateriais. Ferreira, Nolêto e Costa (2019) expõem que essa miscigenação resultou em um núcleo urbano que apresenta uma conformação cosmopolita, que hoje se associa à globalização, devido à intensa comunicação e comércio internacional, e em vista disso, deu-se início à importação de costumes que se traduziram na urbanização e na arquitetura, nos hábitos de viver,

na forma de educar os filhos, de vestir, de comer e de se divertir. Para entender a formação sociocultural de um povo – ou de vários povos – é necessário analisar a longa história do confronto e da coabitação entre os atores sociais, do início do período colonial em diante, que é a chave do problema.

Assunção (2003) relata como exemplo da interferência das classes dominantes na territorialização da cultura ao citar que, pelo menos entre 1876 e 1913, os donos dos bois (bumba meu boi) solicitavam autorização para ensaiar a brincadeira e sair nos dias dos festejos juninos. A Secretaria de Polícia, por seu turno, somente concedia tais licenças para eventos afastados do centro da cidade (Ribeiro, 1998).

Lima (2014. p. 6) cita que:

Os ensaios e a festividade do Bumba meu boi poderiam ser autorizadas desde que não causasse nenhum incômodo às famílias, pois, na visão das autoridades policiais e dessas elites, o brinquedo só serviria para congregar gente desordeira e escravos que fugiam de seus afazeres. Essas autoridades públicas trabalharam no intuito de reprimir essas manifestações tentando normatizar, fiscalizar e controlar essas folganças, embora como tenha constatado Correia, as práticas dos agentes do policiamento 'apontam mais para um apego aos 'usos reprovados' do que para a integral defesa de uma ordem que se anuncia'.

Conforme aponta Ribeiro (1998), a memória oral também atesta que os bois continuaram restritos às imediações da estação de bondes do bairro João Paulo, na primeira metade do século XX. Como no caso dos batuques, existia então uma sistemática espacial que refletia as relações de poder entre as elites e as classes marginalizadas, delineando a contraposição de um centro “civilizado”, em que não se tolerava tais “barbaridades”, à periferia, onde era difícil impedi-los.

Sob o enfoque metodológico, a pesquisa deste trabalho surgiu de uma inquietação a respeito dos espaços públicos da cidade, bem como a utilização desses, quem são os sujeitos que os utilizam e as atividades culturais desenvolvidas no Centro Histórico da cidade de São Luís.

As discussões que norteiam esse projeto estão fundamentadas na interdisciplinaridade História e Geografia. Entendendo a História como o estudo do homem no espaço e tempo (Barros, 2006), a discussão aconteceu na perspectiva da história do tempo presente, compreendida como “estudar o momento presente, com vistas a perceber como este momento presente é afetado por certos processos que se desenvolvem na passagem do tempo, ou como a temporalidade afeta de diversos modos a vida presente”, processos estes que se dão muitas vezes em um espaço

geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constitui-se em espaço social (Barros, 2006). Portanto, para compreender onde acontece a materialização desses processos, foram utilizados os conceitos de espaço e território no âmbito da geografia.

Dentro das produções acadêmicas a respeito do espaço público, olhar geograficamente para o espaço público nos permitiu analisar por diferentes perspectivas e entender o processo de gentrificação ocorrido na área e suas consequências, bem como debater sobre a importância e a necessidade de ocupar esses espaços com atividades culturais que realmente sejam incluídas e acessíveis a todos, além de agregar para o valor social do espaço.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a metodologia é o estudo da organização e dos caminhos a serem percorridos, para que uma pesquisa ou um estudo possa ser realizado, bem como para se “fazer” ciência. Significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos e dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

A respeito das questões metodológicas, o método dialético nos permite analisar a problemática dos projetos governamentais através de diferentes ângulos, assim nos permitindo ter uma compreensão da totalidade da problemática. A dialética em sua primeira lei (Konder, 2008) parte da ideia de que ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo como se deram, a exemplo dos processos e ações de reestruturação do Centro Histórico iniciados nos anos 1970 – o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, “saltos”, modificações radicais) – como o fato de determinadas fases do projeto analisado que visam a produção capitalista acontecerem de forma tão acelerada e terem um impacto socioespacial de modificação do espaço, das dinâmicas, e relações sociais muito mais impactante.

Os dados para o aprofundamento da pesquisa foram coletados por meios digitais de informação, bibliotecas, revistas eletrônicas e trabalhos de campo feitos no Centro Histórico de São Luís, nos bairros da Praia Grande.

Foram utilizados diferentes tipos de pesquisas para a construção do trabalho. A consulta em livros, artigos, teses de mestrado e doutorado, revistas eletrônicas, foram os responsáveis pela base do trabalho.

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 37)

A diversidade dos materiais consultados contribuiu para uma pesquisa ampla que permitiu agregar um olhar mais aprofundado para o espaço público e suas complexidades. A pesquisa documental se vale de diversas fontes que englobam elementos como tabelas, revistas, relatórios, documentos oficiais etc. que não possuem um tratamento analítico direto (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 37).

# 1 CONTEXTO HISTÓRICO E DIREITO À CIDADE NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

## 1.1 A DECADÊNCIA DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

A cidade de São Luís, que antes concentrava no centro não só as principais atividades econômicas como também a moradia da classe média, começa a ser expandida. Novos bairros começam a ser construídos em seu entorno, passando a haver uma transferência de investimentos para essas novas áreas, entretanto o centro não perdeu sua função de centro do comércio, pois ainda concentrava as principais atividades econômicas (Oliveira, 2019).

A Praia Grande possuía um papel importante quando a cidade começou a ser construída, atraindo uma grande quantidade de pessoas que se movimentavam em busca de adquirir e desfrutar de bens. Com o tempo, esses deslocamentos se tornaram parte do cotidiano e socialmente estabelecidos, resultando em conflitos pelo controle do tempo e esforço gastos nessas movimentações (Villaça, 1998).

Com a exportação de algodão e cana-de-açúcar e o desenvolvimento do comércio, houve uma configuração urbana marcada pela presença de firmas comerciais que abasteciam a Europa, a cidade de São Luís e o interior do Maranhão. Esse movimento colocou, frente a frente, empresários e trabalhadores e mais uma enorme camada intermediária de novos ofícios como a demanda por serviços. (Silva, 2010, p. 70)

Por deter por longo período o controle exclusivo das decisões e relações de cunho político e econômicas da localidade, devido à conexão próxima e inseparável com o comércio e o porto, os casarões tornaram-se um símbolo de distinção entre as classes. Contudo, com as mudanças conjunturais, as famílias gradualmente abandonaram essas construções e buscaram novas áreas na medida em que a cidade se expandia, afastando-se do cais. A partir daí, os casarões perderam sua importância e prestígio (Villaça, 1998).

É a partir do século XX que o centro de São Luís começa a perder seu protagonismo, no contexto comercial e habitacional, e passa de bairro nobre a um bairro ocupado pela parcela da população que não possuía grande capital, a classe baixa, pois a cidade começa a sofrer transformações geradas pela estagnação das atividades fabris e atividade agroexportadora (Petrus; Pereira Junior, 2015).

Na década de 1940, São Luís começa a expandir para além do Centro, expansão permitida devido à implementação dos bondes elétricos para o bairro do Anil, Ferrovia São Luís-Teresina, e abertura de novas avenidas – João Pessoa e Getúlio Vargas – que facilitaram a mobilidade dos habitantes e também a ocupação de territórios mais distantes do centro (Lopes, 2008).

Como sugere Pacheco (2014, p. 45-46), ao considerar que existem:

[...] três etapas de ‘decadência’ da área central de São Luís, que podem ser assim resumidas: a primeira, no final da década de 1920, provocada pela excessiva mistura de usos da região da Praia Grande que, em razão das atividades portuárias, passou a comprometer a qualidade ambiental das residências da elite comercial; a segunda, provocada pela chegada dos automóveis e dos novos padrões urbanos e residenciais na cidade, e a terceira – e que ocasionou as mais profundas transformações na área central – esboçada no final da década de 1950, a partir dos planos do engenheiro Ruy Mesquita (1958), que projetou um novo vetor de expansão norte-sul, reforçando a ideia da modernização urbana.

Lopes (2008) diz que até os anos 1970 a cidade cresceu seguindo o Caminho Grande até o Anil, que ocupava a região do centro. A construção da ponte e da barragem foram responsáveis pela ocupação de novos territórios como o bairro do Anjo da Guarda, criado para abrigar a população que residia em palafitas em uma área conhecida como Goiabal e que foi desabrigada na época devido a um incêndio.

Os motivos que ocasionaram o deslocamento da população de renda mais elevada do território central para outras áreas da cidade, ocasionando um esvaziamento da área central e gerando a desvalorização do espaço, foram os vários processos de remodelação e expansão da cidade: abertura de avenidas que ligam o centro aos novos bairros, alargamento das vias centrais, construção de novos prédios e demolição de outros, promessa de aumento da qualidade de vida nos novos bairros (Pacheco, 2014), além das exigências de legislação sanitária que passaram a ser vigoradas nos antigos casarões. Tudo isso ocasionou a ocupação desse núcleo inicial central da cidade pela população de baixa renda (Costa; Zargo, 2008).

Por um lado, percebe-se como a infraestrutura viária determinou o fluxo de pessoas no território, definindo a ocupação da orla marítima por uma classe de poder aquisitivo mais elevada; por outro, verifica-se que a barragem do Bacanga, apesar de ter como objetivo a ligação do centro com o porto do Itaqui, permitiu que parte da população sem acesso às áreas da orla marítima ocupasse as proximidades do porto do Itaqui e do distrito industrial. (Pereira; Alcântara Junior, 2017, p. 991)



Renato Pereira, ator, bailarino, professor de arte e frequentador assíduo do centro desde sua adolescência, relata que nos anos 1980 não havia muitos locais para lazer como bares e boates, por exemplo. A respeito disto, ele diz, em entrevista concedida à autora do presente estudo:

[...] porque até então, os nossos encontros, eu estava com 18 anos, ainda era jovem, os nossos encontros seriam a Praça Deodoro, ali todo mundo se encontrava em frente à Biblioteca Benedito Leite, e dali cada uma saía depois para suas casas. Não havia uma efervescência ainda de tipo assim, boates, nem de locais de encontros, aqui pelo centro de Bares. Era mais em praça. É... A gente ficava na praça. Quem ia para Bares eram a galera que já estava na universidade, que já tinha um pouco mais de idade, e podia ficar até mais tarde.

A desvalorização dos centros históricos das cidades está relacionada com mudanças nos processos de produção e consumo urbano. O surgimento de novas áreas urbanas com oferta de habitações, comércios e serviços que receberam investimentos públicos favoreceu o estabelecimento de novos centros e subcentros (Santos, 2008). Nas cidades do litoral nordestino, a expansão da malha urbana se deu em direção às zonas litorâneas. Esse crescimento urbano desigual, causado pela especulação imobiliária, gerou uma valorização excessiva do solo, que intensificou a apropriação do “novo” espaço em direção às praias, consolidando estigmas na área central antiga das cidades (Silva, 2010).

Em São Luís não foi diferente. O crescimento urbano em direção às praias contribuiu para o processo de segregação urbana e degradação do centro da cidade. O mercado imobiliário cria uma mercadoria baseada nas características específicas das cidades litorâneas, delimitando áreas exclusivas, consideradas como luxuosas e privilegiadas, que ocupam a faixa litorânea com paisagens privilegiadas. Dessa forma, o mercado imobiliário valoriza essas áreas causando uma segregação socioespacial.

Surge a partir destas mudanças um novo padrão comportamental na sociedade ludovicense, no qual a classe com mais poder aquisitivo busca ocupar áreas com exclusividades, permitindo a valorização do solo urbano em relação a outros, iniciando a especulação imobiliária (Pereira; Alcântara Junior, 2017).

As mudanças do centro antigo resultaram em transformações socioeconômicas que alteraram a posição de centralidade com a criação de novos centros tanto no centro histórico como em outras partes da cidade. O surgimento de novas centralidades está vinculado à questão centro – periferia que é reflexo das

transformações na configuração espacial urbana e na dinâmica da cidade. Partindo dessa afirmação, a primeira visão de centro apresentada será a da Spósito (1991, p. 7), que ao referir-se aos centros de grandes cidades os define como:

[...] o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência. É o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispensor ao mesmo tempo.

Já a respeito de centralidade, a autora explica:

A centralidade pode ser medida pela atração que uma área exerce sobre os espaços que lhe são adjacentes. Ela revela, no nível interurbano, as relações que se estabelecem entre cidades de diferentes portes e pode ser verificada, no espaço interno de cada cidade, pelos fluxos que se efetivam entre sua(s) área(s) central(is) e outras parcelas do espaço urbano. (Spósito, 2002, p. 49)

Com o desinteresse das classes dominantes pelos centros históricos, houve a saída de instituições, bancos e repartições públicas para áreas consideradas mais atrativas. Isso resultou na desvalorização das áreas centrais tradicionais, com o poder público reduzindo a aplicação de recursos em serviços básicos nessas regiões. Em vez disso, os investimentos foram direcionados para outras áreas mais propícias à especulação imobiliária (Silva, 2010).

A centralidade revela-se nas transformações do espaço urbano, principalmente em decorrência das zonas comerciais e de serviços que são normalmente descontinuados dos centros, gerando espaços fragmentados. Essas transformações são motivadas pela relação centro-periferia.

A materialização do procedimento de estabelecimento de centralidades na urbe pode ser evidenciada de variadas maneiras, como núcleos e zonas de expansão dos núcleos, entre outras formas. No entanto, essas configurações, ao mesmo tempo em que são geradas por essa interação de relações, exercem influência no procedimento, possuindo um nível de determinação no estabelecimento de pontos centrais na cidade (Braga *et al.*, 2019).

[...] A centralidade urbana proveio, em primeiro lugar, a expressão a nível de espaço do que os estudiosos chamam a algum tempo de divisão social do espaço. Quer dizer, à medida que há distintas atividades, esta divisão se

espacializa e, ao espacializar-se, tem, a um só tempo, elementos de diferenciação, tanto a nível social como espacial. (Castells, 1982, p. 65)

É a natureza dessa trama urbana distendida de densidades múltiplas – que combina concentração com descentralização, localizações com fluxos, imóveis com acelerados e diversos ritmos de mobilidade no interior dos espaços urbanos – que redefine o par centro-periferia, a partir da constatação de que há várias centralidades em definição e diferentes periferias em constituição. (Spósito, 2001, p. 89)

Estas dinâmicas causam uma transformação na interação centro-periferia, destacando novos pontos de centralidade. O fenómeno da centralidade não limita-se a um único centro, resultando em cidades polinucleadas, revelando um processo chamado por Gottdiener (1993) de desconcentração. Para o autor, o termo é adequado para compreender o desenvolvimento das cidades que está diretamente relacionado à concentração e descentralização nas cidades.

[...] o termo 'desconcentração' para descrever os padrões atuais de crescimento polinucleado porque ele apreende a dispersão regional maciça de pessoas, comércio, indústrias e administração pública, juntamente com a reestruturação contemporânea de tais regiões em domínios multicentrados – esparramados por vários quilômetros e localizados em todo lugar do país especialmente naquelas áreas consideradas antigamente imunes ao desenvolvimento urbano. (Gottdiener, 1993, p. 19)

Todo esse processo de criação, ocupação, deslocamento e reocupação do Centro têm grande importância no contexto histórico desta pesquisa, pois essas transformações geraram grande impacto no cotidiano e na forma de usar o espaço do centro da cidade. Inúmeros espaços foram subutilizados dentro do sistema capitalista, espaços estes não seguros visto que a qualquer momento podem ser retomados para o setor financeiro se tornar rentável, como acontece nos processos de refuncionalização (Suriano; Reschilian, 2012). A exemplo, Furtado (2014, p. 352) citando processos de gentrificação, ressalta:

O processo de gentrificação nesses países se desenvolve mais ou menos da seguinte forma: O êxodo das camadas sociais mais ricas, como resultado da deterioração física do ambiente construído, facilita a ocupação da área pelas camadas sociais de menor renda. Assim, os edifícios existentes são adaptados para aumentar a densidade de ocupação [...]. O objetivo é aumentar os retornos financeiros pela multiplicação do número de ocupantes. Por outro lado, reduz-se quase todos os investimentos em melhorias e manutenção, na medida em que, como resultado da baixa expectativa em relação à qualidade do imóvel e da pouca capacidade de pagamento entre os novos moradores, a racionalidade do sistema permite a apropriação de maiores retornos financeiros mesmo em um processo de degradação.

Portanto, o processo que o centro histórico de São Luís passou configura-se como parte de um processo de gentrificação. O termo gentrificação foi utilizado pela primeira vez pela socióloga Ruth Glass em 1965, em análise ao processo de retorno da classe média ao centro de Londres, iniciado em 1950, que expulsou os moradores de classe social baixa que habitavam o local. O termo “*gentrification*” deriva da palavra *gentry* que é uma expressão utilizada referente à classe média (Furtado, 2011).

Gevehr e Berti (2017), seguindo a perspectiva de Furtado (2011), identificam três correntes de estudos relacionadas à gentrificação e às transformações sociais. Aqui se destacam os estudos de Neil Smith, que trabalha com uma visão mais ampla dos processos de gentrificação, situando a gentrificação com conexão de diferentes escalas, mudanças sociais e ciclos econômicos. As três linhas de estudo são: trabalhos empíricos e o processo de gentrificação como fenômeno isolado; agentes institucionais e o capital no processo de gentrificação; e relação da gentrificação a processos de transformação socioeconômica e espacial mais amplos.

Os estudos de Neil Smith se encaixam na terceira vertente, em que o processo de gentrificação não é analisado como fenômeno isolado, mas como um processo complexo de transformação das cidades (Gevehr; Berti, 2017). Neil Smith possui seus estudos baseados na “*rent gap theory*”, elaborada em 1979, que diz que “o capital imobiliário é depreciado devido à falta de investimentos na manutenção, culminando em sua depreciação e desvalorização econômica no mercado” (Gevehr; Berti, 2017, p. 24).

Este fenômeno está intrinsecamente ligado ao processo de suburbanização que caracteriza uma dualidade entre centralização e descentralização do capital, assim como da atividade humana no espaço. Em uma escala nacional, esse processo corresponde à expansão para além das áreas centrais e deve ser entendido, de forma geral, como produto necessário da centralização do capital. É o crescimento de povoados em cidades e de cidades em metrópoles (Smith, 2007).

Neil Smith argumenta que a *rent gap* e a suburbanização estão entre os cinco processos que, quando analisados em conjunto, são responsáveis por inúmeros aspectos da reestruturação urbana e do processo de gentrificação. Esses processos são:

- I) a suburbanização e o surgimento da *rent gap*;
- II) a desindustrialização das economias capitalistas avançadas e o crescimento do emprego no setor de serviços;

- III) a centralização espacial e simultânea descentralização do capital;
- IV) a queda na taxa de lucro e os movimentos cíclicos do capital; e
- V) as mudanças demográficas e nos padrões de consumo.

A interpretação de Smith sobre a gentrificação difere da interpretação da precursora do termo. Glass concentra suas análises a partir da habitação e Smith interpreta como consequência de colaborações estratégicas entre setor público e privado que possuem os mesmos interesses.

Ainda sobre as transformações da estrutura urbana, Castells (1983) diz que o espaço urbano não está organizado ao acaso, os processos sociais que se expressam ali são também fatores determinantes para as transformações. Suriano e Reschilian (2012) ratificam essa percepção e acrescentam que os recursos públicos destinados à infraestrutura no Brasil foram concentrados nas áreas ocupadas pela população de alta renda, gerando, no âmbito urbano, a segregação socioespacial e um modelo de “urbanização desigual” ou urbanização “à brasileira”, como também define Ferreira (2011).

A gentrificação fornece uma perspectiva única sobre as transformações urbanas, e ao analisar as transformações urbanas e as consequências desses processos no Centro Histórico de São Luís, percebemos as inúmeras transformações ocorridas. Diante da multiplicidade de facetas do Centro Histórico (residenciais, comercial, “abandonado”), ao observar a sua ocupação parcial com predomínios de “vazios urbanos” e movimento escasso, surge uma imagem intrigante da interação dos habitantes com o espaço urbano.

Explorar as transformações do bairro à luz da gentrificação nos permite ir além das transformações estruturais claramente visíveis, mas também considerar os fatores subjacentes que contribuem para transformações socioespaciais. Como veremos mais à frente, a implementação de um programa de revitalização pelo poder público deixa mais evidente uma tentativa de alterar e higienizar um espaço urbano e público. Essa análise nos leva a compreender de forma mais profunda as forças em jogo na dinâmica presente nas reconfigurações do espaço urbano, onde interesses públicos e privados se unem em favor do capital e de reformular a identidade do bairro.

Ainda sobre as transformações da estrutura urbana, Castells (1983) diz que o espaço urbano não está organizado ao acaso, os processos sociais que se expressam

ali são também fatores determinantes para as transformações. Suriano e Reschilian (2012) ratificam essa percepção de Castells (1983) e acrescentam que os recursos públicos destinados à infraestrutura no Brasil foram concentrados nas áreas ocupadas pela população de alta renda, gerando, no âmbito urbano, a segregação socioespacial e um modelo de “urbanização desigual” ou urbanização “à brasileira”, como também define Ferreira (2011).

## 1.2 PARA QUEM É O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS?

A configuração dos espaços urbanos exerce uma função crucial na moldagem das relações de uma época, tornando-se reflexo das necessidades da sociedade e deixando marcas nos locais. As produções e reproduções das contradições e segregações na urbe são consequências da urbanização capitalista.

Harvey (2014) diz que o poder político frequentemente procura formas de reorganizar as infraestruturas e a vida urbana para manter as populações insatisfeitas sob controle. A cidade é o palco principal da materialização dos embates dos diferentes grupos sociais e classes. Por vezes, esses embates são os responsáveis pela (re) ocupação de espaços públicos.

É no espaço que se pode ler a realidade e as possibilidades concretas de realização da sociedade. Esse é também o plano da vida cotidiana e do lugar. Aqui explodem os conflitos que sinalizam as contradições vividas. Esses conflitos ganham visibilidade nos espaços públicos, hoje, lugar de manifestações dos movimentos sociais como consciência reveladora do processo de alienação atual. (Carlos, 2020, p. 351)

Dentro da discussão sobre espaços públicos, encontramos o direito à cidade. Inicialmente formulado por Henri Lefebvre na década de 1960, o conceito corresponde ao direito de vivenciar o espaço urbano com todos os benefícios que o espaço fornece. É o conjunto de direitos essenciais à vida urbana. O direito à cidade é sobre o espaço urbano enquanto valor de uso, o direito individual e coletivo de habitar, de brincar, construir, vivenciar e tecer laços com e na cidade em que se habita, contrariando a lógica da produção capitalista do espaço, que enxerga o espaço da cidade como mercadoria e apropria-se desses espaços, o que não acontece sem traumas sociais de expulsão e segregação. Segundo Lefebvre (2001), o direito à cidade está vinculado a um “novo humanismo” que aspiramos e pelo qual devemos nos esforçar, apontando

para uma nova prática de uma outra forma de ser humano, especificamente o ser da sociedade urbana.

Para Lefebvre (2001), o direito à cidade vai além do acesso aos recursos e meio urbano, é o direito de transformar e reinventar a cidade mais de acordo com os próprios desejos mais profundos. A dinâmica urbana foi alterada de forma profunda pela lógica capitalista de produção que cria significados voltados para o consumo, transformando o cidadão em mero consumidor e a cidade em mercadoria.

A reprodução do espaço público está ligada diretamente às transformações da cidade em mercadoria, uma vez que as alienações que induzem os indivíduos a se privarem de uma vida pública em contato com a diversidade urbana são as mesmas que induzem para que as diferentes classes sociais frequentem espaços diferentes pela capacidade financeira e manutenção de padrões de vivência (Gomes, 2014; Leite, 2004). Assim, nessa perspectiva, o simbólico e o lúdico são substituídos pelo lucro, tornando-se obstáculo para a criação de algo genuinamente novo.

Trazendo este conceito para a discussão, partimos da ideia de que assim como os centros urbanos, *locus* da sociedade urbana, ao longo do tempo resistirem e se transformarem, assim são os centros históricos que também são espaços públicos nas cidades. Em certo momento da história, possuem intensa vida urbana, mas mesmo que ao passar das décadas esse papel sofra mudanças, como dito por Lefebvre (2001) sobre os centros, mas aplicando ao contexto desta pesquisa, ainda assim as qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção.

Por serem não somente sede de monumentos e instituições políticas, mas também serem palco das mais diversas formas de festa, representações da cultura popular, passeios, formas de lazer, construção de saberes, todo esse conjunto agrega a ele valor de uso (relacionado à vida e ao tempo vivido) e o que, ao mesmo tempo, torna-o também produto de consumo como espaço comprado e vendido para o turista, dá ao centro em contrapartida, também, valor de troca (espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares, dos signos).

Especificamente no que tange aos espaços públicos que são os Centros Históricos das cidades, sendo a representação de toda a cidade durante longos períodos da história (Santos, 1965, p. 30), carrega em sua gene das diversidades de formas e funções, passadas e presentes dos diversos signos e significados que

ganharam ou perderam importância social ao longo do tempo (Paes, 2006) na construção das cidades.

O núcleo original de São Luís abrigava o centro comercial, durante o auge econômico, à medida que o século XX se aproximava, o declínio das navegações e do comércio de importação e exportação conduziu ao abandono gradual do porto. Conseqüentemente, o comércio deslocou-se para a parte alta da cidade, em direção à atual rua Grande. O deslocamento do comércio acompanhou a nova rota de comunicação que passou a ser feita pelo interior da ilha por meio de ferrovias, rodovias e aeroportos. Andrès explica que, devido ao deslocamento do comércio, a região onde abrigava o comércio foi a primeira a entrar em estado de degradação e ao mesmo tempo era utilizada para atividades marginais (2012).

Esse é um processo comum aos centros históricos das cidades, como cita Paes (2006).

A cidade capitalista, por exemplo, com a intensificação da divisão territorial do trabalho, ao mesmo tempo em que passa a concentrar mais atividades, ganha novas centralidades. Em seguida, sob a influência do modelo fordista de produção, a concepção modernista recorta a cidade em zonas funcionais de trabalho, serviços, moradia e lazer, gerando múltiplas centralidades conectadas pelas vias de transporte, sobretudo destinadas para o automóvel, ou transporte individual. Os velhos centros perdem, nesse momento, o seu papel de multiplicidade, ou seja, de integração das funções. (Ascher, 2001, p. 63)

Mas é importante frisar que mesmo com o deslocamento de boa parte do comércio do centro histórico, ainda havia atividades comerciais para além do que era considerado ilegal e marginal. A exemplo disso, temos o caso da feira da Praia Grande. Noronha (2015, p. 37) diz que os comerciantes da região tiveram um papel crucial para legitimar o bairro da Praia Grande como lugar de comércio: “Ao encontrarem um espaço estratégico, próximo ao porto e à Alfândega, coube a essa classe a possibilidade de interferir nas dinâmicas do espaço, ainda que os problemas naturais viessem constantemente à tona.”

Em meados de 1820, o Terreiro Público foi criado, era um órgão público que passou a ser chamado posteriormente de Casa das Tulhas. Com a criação da Casa das Tulhas, a feira acabou. As barracas do Terreiro foram distribuídas para particulares e produtos de todas as espécies eram comercializados (Noronha, 2015).

Após o apogeu da Casa das Tulhas que acompanhou o apogeu do bairro, a atual feira da Praia Grande passou a ocupar apenas o jardim da antiga estrutura do



espaço. Ainda decorrente desse apogeu, o espaço passou a ser ocupado por inúmeros trabalhadores em sua maioria vindos do cais da Praia Grande cujas atividades estavam sendo extintas devido à mudança de eixo econômico no bairro. “Eram marinheiros, mascates, estivadores, pequenos comerciantes das redondezas que se viram paulatinamente obrigados a buscar novas opções de atividades para seu sustento. É desse período, portanto, a denominação Feira da Praia Grande” (Noronha, 2015, p. 41).

É dito, em trechos dos documentos do programa de revitalização, sobre a Casa das Tulhas:

A Casa das Tulhas era arquitetura colonial, em alvenaria... A Feira que temos hoje não. Quem invadiu de pau de mangue foi de pau de mangue, quem foi de papelão foi de papelão, quem foi de caixote foi de caixote. Não tem nada original aqui dentro. O que tem de patrimônio aqui é a localização, no ponto inicial do centro histórico. (AP – PPG, 2007)

A Casa das Tulhas é um importante exemplo de como a lógica capitalista transforma o valor de uso dos espaços públicos em valor de troca. Apesar de inicialmente ser um espaço ocupado por pequenos comerciantes, ao longo das décadas, acompanhando o processo capitalista pelo qual o Centro Histórico foi passando, a Casa das Tulhas também teve seu caráter mudado. Não é simplesmente sobre um espaço de venda, é sobre a forma como esse espaço foi construído, ocupado e tomado, os laços que foram traçados e destruídos, as representações da sociedade inseridas; quem vendia, para quem vendia, quem vende hoje e para quem vende.

Ainda sobre a Casa das Tulhas, Noronha (2015) explica que as pessoas tinham medo de frequentar a Praia Grande e também a Casa das Tulhas, pois eram vistos como locais para pessoas erradas (malandros, prostitutas, moradores de rua etc.). Discursos como estes davam voz e reforçavam cada vez mais a ideia de que o centro histórico era um local sem vida, abandonado e lugar do errado.

Percebo assim uma estratégia de valoração da FPG (Feira da Praia Grande) e das estratégias discursivas que vêm sendo construídas para a legitimação da interferência pública na Feira. Pergunto-me até que ponto é válida a justificativa em torno da escolha da FPG como o lugar prioritário para o início das obras por ela ‘gerar trabalho e renda’, por abrigar uma ‘diversidade de usos’, por este processo ter acontecido com uma ‘intensa participação dos agentes sociais envolvidos’ ou por ser ela *um antigo mercado popular muito sujo e decadente, que ocultava a fachada interna da antiga Casa das Tulhas*

- esta sim, tida como *patrimônio* - gerador de trabalho e renda? (Noronha, 2015, p. 51)

Ainda sobre o cotidiano do Centro, Andrès (2006, p. 89) descreve:

O Sobrado da Praça do Comércio, o maior e mais expressivo, de grande valor arquitetônico e ambiental, localizado bem no coração da Praia Grande (a 300 metros do Palácio do Leões) ostentava a sua carcaça desfeita em ruínas enegrecidas. Suas últimas fachadas ainda de pé, ironicamente apoiadas em um emaranhado de paus podres, pareciam uma estrutura de palafita. Como todo prédio em ruína, havia se tornado uma chaga no corpo vivo da cidade. Ele exsudava mal cheiro, povoado de ratos, repleto de lixo. Tornara-se uma célula cancerosa, antro de banditismo expandindo a sua deterioração, ameaçando os sobrados vizinhos e a segurança dos transeuntes. Esse quadro doloroso era o cenário cotidiano e obrigatório de quem transitasse pela Praça do Comércio.

O deslocamento da população de renda mais elevada da região do centro fez com que a população de renda mais baixa ocupasse o Centro Histórico. Formaram-se cortiços, e as ruínas de alguns casarões e empresas tornaram-se estacionamentos, pontos de prostituição e venda de drogas.

O centro da cidade deixava de ser um lugar nobre, habitado pelas famílias mais ricas e influentes, que começavam a mudar-se para o São Francisco e Renascença (bairros da área nobre de São Luís), após a construção da ponte José Sarney. A Praia Grande ainda em ruínas era ponto de prostituição barata, e a vida noturna média concentrava-se no quadrilátero entre as praças Deodoro e João Lisboa. (ARAÚJO, 2014, p. 249)

O espaço público e a vida pública estão diretamente relacionados, pois são onde os problemas da vida social são expostos e são fundamentais para as transformações sociais. Gomes (2012, p. 24) diz que os “espaços públicos correspondem à dimensão espacial da política em sociedades democráticas ou republicanas.”

A quantidade de espaços públicos em uma cidade é um dos parâmetros para saber a qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos. Muitos desses locais, principalmente em centros urbanos, sofrem com a deterioração. A falta de segurança e a baixa conservação motivam as pessoas a procurar espaços fechados para lazer como os *shoppings*.

A deterioração do espaço público pode ser entendida pela evolução dos meios de comunicação e do poder de locomoção do homem e principalmente intencional direcionado ao capital (Oliveira, 2019). Antes do surgimento do telefone e da internet,

as pessoas deslocavam-se para os espaços públicos para socializar e comunicar-se; pela locomoção, pois com o surgimento do automóvel as pessoas passaram a utilizar os espaços públicos para estacionar seus veículos; e ao capital, pois existe o interesse em realizar atividades que gerem retorno financeiro.

O espaço urbano pertence a quem possui poder (Rolnik, 1995), seja ele econômico ou social. Assim, como pertencente a uma classe dominante, o espaço urbano acaba se adequando às suas normas e padrões. Rolnik (1995, p. 33) cita que “o que caracteriza esta cidade dividida é o contraste existente entre este território do poder e do dinheiro e o território popular”.

O processo de “revitalização” ocorrido no centro histórico, analisado ao longo da pesquisa, atraiu investimentos para a área e um novo público, turistas e a classe média, como era almejado na época com a realização do Projeto Reviver. A prática de revitalização de centros históricos, geralmente apresentados para a sociedade como uma forma de integração, espaços que serão de uso de todos, mas que, na verdade, segrega parte da população e coloca esse espaço à disposição e prioridade do capital (Oliveira, 2019, p. 25).

Os programas de “revitalização”, amparados por discursos de inclusão e que na teoria tornam as áreas centrais um espaço para todos, visam substituir a identidade cultural real e construir uma nova identidade, a “de uma cidade pretensamente feliz” (Soriano, 2016), e atrair um novo público, criando fronteiras entre os diversos grupos que frequentam e ocupam o espaço baseados em uma política segregacionista que expulsa minorias sociais do espaço público em prol de um grupo social elitizado.

A segregação espacial é um processo social que ganha sua materialidade, não sem resistências e conflitos, no modo de produção capitalista da cidade, cujo espaço urbano é fragmentado, hierarquizado, além de ser marcado pela diferenciação e homogeneização destas áreas. Nestas, as diferentes classes sociais tendem a ocupar lugares onde suas condições socioeconômicas lhes permitam viver. (Burgos, 2015, p. 116)

O centro passa a ser pensado e idealizado como um local para formar os valores identitários, como um espaço criado socialmente, o local é privilegiado por armazenar as experiências humanas e os vestígios da cultura material da cidade. Houve tombamentos, obras nas ruas, calçadas, restauração de alguns prédios, chegada de novos empreendimentos como restaurantes, bares, hotéis. Como destacado por Burgos (2015), essa dinâmica resulta em um processo guiado pelas

condições socioeconômicas dos diferentes cidadãos da urbe. Nesse contexto, aparece uma reflexão a respeito das formas de construção e ocupação dos espaços públicos da cidade.

### 1.3 CONTEXTO PATRIMONIAL NO BRASIL E EM SÃO LUÍS

Toda cidade, desde sua origem, possui um “centro”, que não necessariamente corresponde ao centro geométrico, mas que funcionalmente é diferenciado das demais áreas da cidade, sobretudo como espaço público. Entre suas diversas características, o centro se destaca como o lugar de melhor acessibilidade em relação à cidade, como local mais protegido do ponto de vista estratégico, um local de mercado, ou ainda como local de concentração de poder refletindo, nesse sentido, um simbolismo através das características construtivas dos seus prédios principais (Vasconcelos, 2005, *apud* Vale, 2019).

Conforme apontado por Camargo (2002), para entender a preservação de patrimônio e sua localização histórica, é preciso frisar e comentar como isso se iniciou na Revolução Francesa e no surgimento do Estado-Nação. Embora a atribuição de valor artístico e histórico aos objetos remonte ao Renascimento, é a partir do fim do Antigo Regime que os especialistas passam a ser encarregados de guardar, proteger e preservar os monumentos.

Desde a década de 1920, durante a Era Vargas, a valorização da cultura brasileira, incluindo música, teatro e outras produções nacionais, era proposta como forma de reafirmar os elementos que contribuíram para a formação da nação e fortalecer a identidade, principalmente nacional. Embora a Era Vargas seja frequentemente lembrada e até mesmo resumida como um período ditatorial, também é notável na história brasileira por ter sido o marco inicial de um movimento intelectual que procurava recuperar elementos para a construção de uma nova identidade nacional, além das grandes transformações ocorridas no país durante esse período (Oliveira, 2021).

Os intelectuais brasileiros direcionaram sua atenção para a cultura popular como meio de criar uma identidade nacional. Eles se apropriaram e adaptaram essa cultura para atender aos seus próprios interesses, bem como aos interesses do governo, que via nela uma forma de comunicação eficaz para disseminar seus ideais (Wasserman, 2006).

Percebendo a sociedade civil como corpo conflituoso, indefeso e fragmentado, os intelectuais corporificam no Estado a ideia de ordem, organização, unidade. Assim, ele é capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo o organismo social [...] Apesar das diferentes propostas de organização apresentadas pelos intelectuais ao longo das décadas de 1920 e 1930 [...], todas convergem para um mesmo tempo: a solução autoritária e a desmobilização social. (Sadek, 1978, *apud* Velloso, 2010, p. 148)

De acordo com Camargo (2002), a preservação ganhou força após a formação do Estado-Nação, com a criação da Comissão de Monumentos Históricos que se preocupava principalmente com os remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos e alguns castelos da Idade Média (Choay, 2001). Esses monumentos foram considerados a expressão da identidade nacional e deveriam representar o “gênio do povo francês”, permitindo que os cidadãos se identificassem como franceses (Camargo, 2002, p. 19).

Com essa visão, os monumentos históricos se tornaram propriedades do povo, simbolizando a nação, e os cidadãos foram incentivados a valorizar e preservar sua memória. De acordo com Choay (2001, p. 113):

Romper com o passado não significa abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uns quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-o num novo estrato semântico.

O resgate do passado coletivo ganhou destaque no Brasil com a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, sob a supervisão do Ministério da Educação e Saúde. Ângela Gomes (1996, p. 143) observa que existem diferentes concepções de passado, que se relacionam com o presente e o futuro:

O esforço de ‘recuperação do passado’ não distinguia um desses sentidos em detrimento do outro, mas implicava operações específicas em cada caso. Tanto os ‘conteúdos’ vinculados às tradições populares quanto a história do Brasil precisavam ser trabalhados de forma adequada, sem preconceitos de inferioridade ou de superioridade ufanista, ambos prejudiciais ao ‘espírito nacional’. A ‘política’ vinha ignorando as duas dimensões desse ‘passado’, afastando-se do povo e de nossos ‘maiores’.

A concepção de nação e o sentimento de unidade foram criados como um grupo homogêneo, independentemente das diferenças e desigualdades sociais e

econômicas existentes. Essa comunidade foi considerada a detentora do patrimônio cultural, responsável por sua preservação e promoção. No entanto, na maioria desses países, as criações culturais das classes populares, como o material de uso cotidiano, foram excluídas da lista de patrimônio cultural. Além disso, setores sociais que não são especialistas em arte, história ou arquitetura também não tiveram participação nesse processo. Essa concepção de identidade nacional não leva em conta as diferenças sociais e culturais existentes na sociedade (Zanirato, 2018).

O mesmo princípio era aplicado aos espaços urbanos que possuíam uma arquitetura histórica ou artística, considerados monumentos que não deveriam ser utilizados, mas sim admirados para garantir a sua preservação. A sua função era meramente educativa, um testemunho das ações humanas do passado. Por isso, a preocupação era em “preservar os conjuntos urbanos antigos como se conservam os objetos de museus”, ou seja, com usos restritos (Choay, 2001, p. 1910).

No governo do presidente Ernesto Geisel foi instituído o “II Plano Nacional de Desenvolvimento”, no qual foram apresentadas intenções de políticas destinadas para a preservação de centros históricos das cidades brasileiras que incentivaram a ocupação da orla marítima e desenvolvimento turístico. O Plano de Desenvolvimento tinha como objetivo principal acelerar o desenvolvimento da Região Nordeste, e organizar e controlar a expansão metropolitana (Pereira; Alcântara Junior, 2017).

De acordo com Luchiari (2005), a valorização do patrimônio cultural dos espaços urbanos é motivada principalmente por interesses capitalistas, voltados para a acumulação de riqueza e exclusão social. Nesse processo, pouco se considera as questões culturais, como o resgate e o senso de pertencimento da comunidade.

A revalorização das paisagens constituídas por elementos históricos, como o patrimônio arquitetônico, tem atribuído às paisagens urbanas contemporâneas um novo sentido no campo do consumo cultural. O patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar [...]. (Luchiari, 2005, p. 95)

Nas últimas décadas, tem havido uma crescente preocupação das cidades em valorizar e resgatar seu patrimônio histórico. Isso tem dado destaque às políticas de preservação em projetos governamentais em cidades brasileiras. Esses projetos urbanísticos são geralmente implementados por meio de um plano detalhado que

inclui a definição morfológica dos elementos que compõem o espaço e os que devem integrar a configuração dos espaços (Bonduki, 2010).

Estes projetos de revitalização buscam ajustar as cidades às demandas e fluxos internacionais de consumo e turismo urbano. Os processos contemporâneos incluem formas de reapropriação cultural das representações urbanas. Como destaca Harvey (1995) e Leite (2002).

A preservação do patrimônio está intimamente ligada à ideia de evocação da memória local e nacional, gerando debates sobre seu sentido e significado dentro da sociedade em questão. É importante compreender que, por trás das tentativas de restaurar um passado mítico, realizadas por gestores estaduais e municipais, artistas, arquitetos e intelectuais, há uma mistura de interesses políticos, econômicos e valorativos. Esses interesses moldam a forma como as pessoas concebem e interpretam o patrimônio e a memória digna de ser preservada (Carsalade, 2017).

Cabe aqui descrever a síntese do contexto sociopolítico que levou Getúlio Vargas – presidente em exercício no período conhecido como Estado Novo (1937-1945) – a iniciar a política de conservação do patrimônio histórico e artístico nacional. O tombamento foi um marco importante na proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Apesar da Era Vargas ser associada, e até resumida, ao autoritarismo e repressão, esse período foi um divisor de águas para a cultura e patrimônio brasileiro.

O decreto lei nº 25 correspondente ao tombamento, foi pioneiro ao abordar as limitações administrativas referentes ao direito da propriedade, estabelecendo o tombamento como instrumento fundamental nesse processo. Soster (2016) discorre, em seu estudo, que Getúlio Vargas, imbuído de uma concepção nacionalista, buscou projetar uma imagem de “guardião” dos bens e da cultura brasileira, portanto, e por isso, aceitou a proposição de criação de um órgão nacional responsável pelo levantamento, indicação e proteção dos monumentos nacionais.

A implementação desse projeto ocorreu um mês após a instituição do Estado Novo com a assinatura do já citado Decreto-Lei n.º 25, que instituiu o conceito de “Patrimônio Histórico e Artístico”, organizou sua proteção e criou a ferramenta do tombamento voluntário ou compulsório, ressaltando-se que o tombamento, por meio da expropriação da propriedade privada e no capital imobiliário, dificilmente seria aprovado em um regime democrático (Soster, 2016).

O decreto-lei impulsionou o desenvolvimento de técnicas e procedimentos para sua execução, aplicação e legitimação. Esse enfoque consagrou a ideia de

preservação cultural como um princípio essencial para a proteção do patrimônio brasileiro. No período de 1937 a 1946, o SPHAN, através do tombamento, assegurou a proteção de aproximadamente 40% do total de bens tombados até 1997, demonstrando e reafirmando a eficácia do decreto (Aguiar; Chuva, 2014).

O decreto passou por duas modificações relevantes. A primeira delas foi realizada ainda no período do Estado Novo e introduziu a possibilidade de cancelamento do tombamento de bens. Essa medida permitiu a revisão de casos específicos em que ele deixasse de ser adequado ou necessário. A segunda modificação acrescentou a obrigatoriedade de homologação ministerial no procedimento de tombamento. O objetivo dessa alteração era promover um controle maior sobre as ações autônomas das instituições, garantindo que as decisões de tombamento fossem revisadas e autorizadas pela Instituição responsável (Tomaz, 2010).

Por mais que não tenha elaborado o Decreto-Lei do tombamento, é visível a influência do trabalho de Mário de Andrade na atuação e na formulação das suas diretrizes. A visão de Mário de Andrade sobre a proteção do patrimônio nacional é descrita por Márcia Chuva (2009) na sua obra “Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil”. Segundo a autora, Mário buscava compreender a cultura brasileira como uma totalidade coesa e unitária.

Buscava interpretar a cultura do país valorizando e reconhecendo as tradições populares e o folclore de cada região como elementos da identidade nacional, ignorando os regionalismos. Dessa forma, Mário cultivava o ideário modernista de inserir o Brasil no concerto universal das nações (Chagas, 2006), por isso propunha investir na singularidade brasileira. Foi, sem dúvida, de extrema relevância o papel que Mário de Andrade desempenhou na concepção e elaboração do decreto do tombamento (Tomaz, 2010).

Sobre o conceito de “patrimônio”, Lévi-Strauss (2011) discorre que a Antropologia tem demonstrado que todas as sociedades humanas produzem, cada uma a seu modo, objetos, ideias, representações simbólicas e comportamentos que os antropólogos denominam cultura. Esse patrimônio cultural, que pode ser material (ou seja, o que é visível, como os artefatos concretos) e imaterial (o que não é intangível, como ideias, comportamentos, sistema simbólico e religioso), é reproduzido e preservado através da memória social.



Todavia, é plausível destacar que o patrimônio cultural não é só o que é materializável, escrito, musealizado e edificado, como, por exemplo, a Arqueologia industrial. A Antropologia ensina que existe também a memória oral, a oralidade, considerada, no que tange às sociedades ágrafas/primitivas/indígenas/nativas, como uma “escavação da memória”, em termos da linguagem arqueológica (Rodrigues, 2017).

É pertinente a discussão sobre a oralidade e a escrita no contexto das sociedades (pós)modernas, pois esses dois aspectos culturais desempenham um papel decisivo na transmissão do saber, na forma como as sociedades edificam sua memória coletiva e se reproduzem socialmente. No entanto, a definição do que é patrimônio cultural é estabelecida pelo seguinte conceito: “É o conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo.” (Rodrigues, 2017, p. 354-355).

Conforme Martins (2011), o patrimônio rememora o que já se passou; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de remontar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social. A memória social legitima a identidade de um grupo, recorrendo-se, para isso, ao patrimônio.

Choay (1992) considera que o patrimônio expressa a identidade histórica e as vivências de um povo, além de contribuir para a manutenção e preservação da identidade de uma nação, e deriva disso o conceito de identidade nacional, seja de um grupo étnico, comunidade religiosa, tribo, clã ou família. É a herança cultural do passado, resgatada no presente, que será perpetuada às – e para as – gerações futuras.

Rodrigues (2007) ainda define que patrimônio está relacionado aos conjuntos de símbolos sacralizados (no sentido religioso e ideológico) que um grupo, normalmente a elite (política, científica, econômica e religiosa), institui como patrimônio coletivo. Portanto, há uma legitimação social e política do que é (ou não) patrimônio. Ressalta-se que essa concepção da manipulação ideológica do que pode ser ou não patrimônio; quem decide o que é relevante preservar é um determinado grupo (elite) e não o coletivo (povo) como um todo. Nesse sentido, o patrimônio é um constructo social (Prats, 1997), é uma invenção, exposto de outro modo, uma versão apenas de uma parte do conjunto das ações humanas, num determinado período histórico (Peralta, 2000).

Em vista disso, considerando a tênue relação entre patrimônio e identidade, Rodrigues (2017) argumenta que a identidade de um grupo e/ou sociedade é sempre um processo seletivo e fragmentado, pois o patrimônio tem com a identidade inúmeras e variadas relações. Como atributo coletivo, o patrimônio é um elemento primordial na formação da identidade social/cultural e, simultaneamente, é a própria materialização da identidade de um grupo/sociedade (Choay, 1992; Schiele, 2002; Peralta; Anico, 2006).

Em uma amplitude mundial e política, somente entres os anos 1964 e 1975, definiu-se uma conceituação para patrimônio cultural, conforme as recomendações propostas nas Cartas Patrimoniais, resultantes de convenções internacionais, em que foram elaboradas a Carta de Veneza e a Declaração de Amsterdã, cujas proposições imprimiram novos parâmetros de análise à questão do patrimônio ao estenderem o entendimento sobre monumento e sugerirem a preservação de obras consideradas modestas que tivessem adquirido significação cultural e a proteção de conjuntos, bairros ou aldeias que apresentassem interesse histórico e cultural (Carta de Veneza, 1964; Declaração de Amsterdã, 1975).

Pelegriani (2007) argumenta que, até meados do século XX, o conceito de preservação estabeleceu uma relação intrínseca com o que ele chama de “memória histórica” e “história oficial”. Incontestavelmente, nas décadas finais do século XX, os confrontos entre os sujeitos e as potências sociais hegemônicas também ecoaram no âmbito da proteção e do reconhecimento de bens culturais de diversas naturezas, se consolidando nos documentos supracitados, Carta de Veneza e a Declaração de Amsterdã.

Sobre o Brasil, Funari (2020) expõe que o cuidado do patrimônio sempre esteve sob domínio da elite, cujas preocupações têm sido um tanto negligentes como ineficazes. Edifícios de alto padrão arquitetônico, protegidos por lei, são entregues aos cuidados do mercado e o comércio ilegal de obras de arte é amplamente tolerado, como pode-se constatar em casos como o da Christie's, que vendeu uma obra-prima de Aleijadinho (Blanco, 1998a; 1998b). E ainda existem arqueólogos, ditos de boa cepa, que não escondem sua ligação com antiquários (Lima, 1995).

A população em geral sente-se alienada tanto em relação ao patrimônio considerado erudito quanto aos vestígios arqueológicos de civilizações e eventos de tempos remotos, haja vista a cultura de desprezo a índios, negros, mestiços e pobres, em outras palavras, o desprezo às próprias origens. Isso são resquícios de uma

sociedade baseada na escravidão, desde o início houve sempre dois grupos de pessoas no país: os abastados, com seu acúmulo de capital e, portanto, detentores da memória e de monumentos a que se deve reservar reverência e preservação; e do outro lado, os vestígios esqueléticos das comunidades e etnias que resistem mesmo ante ao desdém e desprezo (Funari, 2020).

Como enfatizou Ianni (1988), historicamente, imprimiu-se na sociedade brasileira que os únicos elementos a serem considerados patrimônio são a arquitetura, a música, os quadros, a pintura e tudo o mais associado às famílias aristocráticas. Os monumentos considerados como patrimônio pelas instituições oficiais, de acordo com Durham (1984, p. 33), são aqueles relacionados à “história das classes dominantes, os monumentos preservados são aqueles associados aos feitos e à produção cultural dessas classes dominantes. A História dos dominados é raramente preservada”.

A partir da promulgação do Decreto-Lei n.º 25 de 1937, são estabelecidas as primeiras diretrizes sobre o enquadramento e preservação do patrimônio de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937).

Mas foi na Constituição da República Federativa do Brasil que se definiu claramente o conceito e a abrangência do que seria patrimônio cultural:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – As formas de expressão;

II – Os modos de criar, fazer e viver;

III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988, p. 126)

Guimarães (2008, p. 11) considera que a Constituição Federal “permitiu que se estabelecesse uma estrutura firme de proteção ao patrimônio e fomento às manifestações culturais”. Haja vista que foram concedidos aos caracteres próprios, aos atos, comportamentos e atitudes, e ao passado histórico relatado oral ou documentalmente a relevância histórica perante a legalidade. E ainda põe em evidência não somente os eventos e artefatos relacionados aos portugueses,

africanos ou indígenas – grupos básicos da formação da sociedade brasileira –, mas também aos imigrantes que trouxeram relevantes contribuições à cultura nacional.

Dentro desse contexto de urbanismo e a conservação de bens históricos, São Luís é uma capital que ainda dispõe de um rico patrimônio que reconta na contemporaneidade a trajetória formativa do seu povo e do Maranhão. O centro histórico de São Luís é formado a partir de um conjunto de prédios de origem lusitana datados dos séculos XVIII e XIX, reunindo cerca de 3.500 edificações dentre as quais: casas, casarões, prédios comerciais, monumentos administrativos e igrejas (Duailibe, 2012).

O centro histórico de São Luís compreende uma área de 270 hectares de extensão composta pelos bairros do Desterro, Praia Grande e Ribeirão (Andrès, 2014). Resultante de sua riqueza histórica, cultural e relevância social para o país, o patrimônio arquitetônico e urbanístico de São Luís é segmentado em duas zonas urbanas que foram tombadas e são protegidas por leis federais e municipais. Esse processo de tombamento foi criado pelo Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, com a finalidade de preservar o patrimônio cultural brasileiro (Brasil, 1937).

Apesar das muitas contradições em relação ao mito de fundação de São Luís pelos franceses, sendo o único caso registrado em todo o país, a ilha foi fruto de disputas entre europeus, passando posteriormente a ser colonizada por portugueses ainda no século XVII. A sistemática da “exploração”, “povoamento” e “colonização” do território utilizou-se de mão de obra escravizada dos povos indígenas e africanos. E dentre as longas formatações do território local, a dinâmica da cidade-porto foi mantida, até por volta do século XIX, por meio do comércio e das manufaturas (Meireles, 2001; Martins, 2000).

Até o final do século XIX, São Luís detinha a fama de “Atenas Brasileira” devido à gama de filhos da aristocracia maranhense, que estudavam na Europa e retornavam como literatos e intelectuais do mais alto nível, como Gonçalves Dias. Em vista desse cenário, Duailibe (2012) argumenta que essas configurações sociais revelam um conceito de patrimônio cultural que se edifica no campo imaterial, na medida em que diz respeito à cultura e às tradições de um grupo social.

A construção da ideia de Atenas Brasileira ocorre num momento de efervescência cultural, de grande produção literária com forte tendência colonial. A construção da Manchester do Norte ancora-se em uma ideia de modernidade, mas vai buscar no passado traços da presença dos franceses, fazendo emergir uma ideologia da singularidade. Essa singularidade, até hoje

associada à fundação da capital maranhense, estaria associada também ao discurso da modernidade inaugurado na França (Dualibe, 2012, p. 43).

No entanto, a autora alerta para outro aspecto desse “apego” ao passado intelectual e às passagens e modificações imprimidas na paisagem por três nacionalidades – franceses, holandeses e portugueses – distintas na ilha, pois, ao elucidar o processo de colonização de maneira saudosista e/ou orgulhosa, é reatualizado o mito da Atenas na mesma medida em que apagam outros atores históricos (os indígenas e os africanos escravizados). Manter em pleno século XXI a concepção de que a intervenção europeia em São Luís é o maior e mais valoroso atributo cultural que a cidade tem a ofertar, é utilizar-se de uma identidade cultural que a cidade tem a ofertar, é utilizar-se de uma identidade cultural forjada em conceitos racistas e elitistas, que infelizmente vem se perpetuando ao longo da história, dialogando, seja pela polêmica, seja pela contratualidade (Dualibe, 2012).

Com a expulsão dos franceses e a instauração do domínio lusitano, a cidade de São Luís consolidou-se a partir do modelo de assentamento adotado pelos colonizadores portugueses. À Cidade Alta competia abrigar as sedes administrativas, militares e religiosas, e na Cidade Baixa ficavam os entrepostos relacionados ao comércio marítimo e de insumos em geral, que, associadas à tipologia dominante das edificações surgidas mais tarde, a partir do final do século XVIII, conferem a São Luís sua marcante conformação paisagística e arquitetônica portuguesa (Andrès, 2014).

Ao reassumir o domínio do território maranhense, Portugal incumbe ao engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita de projetar fortalezas para ratificar e fortalecer o restabelecimento da colonização portuguesa na região, e dessa forma deu-se início ao delineamento de um plano urbanístico para o local (Santos; Gândara, 2019). Uma das características comuns das cidades e vilas brasileiras do século XVII era a “a participação decisiva de engenheiros militares no traçado urbano original, bem como a relação entre a localização das fortalezas e o primeiro núcleo de habitação.” (Andrès, 2006, p. 52).

Isso ocorreu devido a São Luís estabelecer, durante mais de 150 anos, parceria administrativa com a cidade de Belém do Pará, gozando dos benefícios de ser a capital do Estado Colonial do Grão Pará e Maranhão, mas foi após 1775, com a instituição da Companhia do Comércio pelo Marquês de Pombal que se experimentou um acentuado período de enriquecimento e de sofisticação da zona urbana, tornando-

se, ainda na primeira metade do século XIX, a quarta cidade mais importante do Império brasileiro, junto com o Rio de Janeiro, Recife e Salvador (Spix; Martius, 1828).

E foi o engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita que concebeu o plano no formato de quadras regulares e ruas ortogonais no sentido dos pontos cardeais, e este desenho serviu de maneira análoga a um plano diretor para a expansão local. Ao mesmo tempo, o Regimento deixado pelo Capitão-Mor Alexandre de Moura ao seu sucessor, Jerônimo de Albuquerque, em 9 de janeiro de 1616, definia o modelo de construção de residência para as futuras moradias (Andrès, 2014). O plano urbanístico concebido por Frias serviu de referência para a expansão territorial local (Santos; Gândara, 2019).

Junto às modificações instauradas na espacialidade da ilha de São Luís com as intervenções do Marquês de Pombal está a imigração de açorianos no ano de 1619; vieram casais que fundaram a primeira Câmara Municipal e desenvolveram as atividades da cana-de-açúcar e do algodão, deflagrando um processo de crescimento baseado em economia oriunda da cultura rural. E em 1621 foi estabelecido o Estado do Maranhão pela coroa portuguesa, separando-o administrativamente do Estado do Brasil (Andrès, 2006).

Porém, em 1641, o Maranhão foi novamente invadido, nesta ocasião por holandeses, invasão essa sob o comando de Maurício de Nassau, que estava em Pernambuco, permanecendo por três anos na ilha de São Luís. Esse foi um período violento e destrutivo para o patrimônio material de São Luís, pois os holandeses saquearam e destruíram parte das casas existentes à época (Andrès, 2006).

Contudo, resta desse período a atribuição de um único registro gráfico do que teria sido o projeto de Frias de Mesquita, cujo traçado original nunca foi encontrado. O que há de testemunho desta concepção é o que se herdou do período dos batavos, ou seja, um mapa e uma perspectiva atribuídos a Franz Post, no livro de Barlaeus (Andrès, 2014).

Do referido plano foram preservadas e constatadas precisamente as principais referências, como é o caso das edificações situadas no território interior da muralha: o Palácio do Governo e a Intendência, atual Palácio La Ravardière, sede da Prefeitura de São Luís (Andrès, 2014). Um dos principais fatores que atestam a relevância do projeto de urbanização de Frias de Mesquita para São Luís é a consolidação do crescimento urbano obedecendo o mesmo padrão uniforme, com ruas estreitas que

variam entre sete e dez metros, e quadras com dimensões que não ultrapassaram as metragens de 80 por 80 metros até o século XIX (Andrès, 2006).

Ainda segundo Andrès (2014), o plano de urbanização do engenheiro Frias de Mesquita foi tão fundamental para a evolução urbana de São Luís que até mesmo as áreas da cidade que vieram a se consolidar, cerca de duzentos anos depois, já durante o século XIX, ainda obedeciam ao mesmo padrão arquitetônico reticulado uniforme de ruas estreitas.

E na transição do século XVIII para o XIX, São Luís sofre as alterações promovidas pela II Revolução Industrial iniciada na Europa, e como São Luís mantinha estreita relação marítimo-comercial com a península ibérica, construtores e mestres de obras vindos diretamente de Lisboa ou do Porto passaram a utilizar-se de materiais importados, como as cantarias de Lioz, azulejos e serralherias, trazidos com a dupla função de servir também como lastro dos navios a vela (Andrès, 2014). Em vista disso, São Luís adquiriu umas das características mais marcantes desse período: as fachadas e varandas cobertas por azulejos vindos diretamente de Portugal.

Andrés (2014) pontua um fato coincidente e interessante para a história da arquitetura de São Luís, pois nesse mesmo período de intensa importação de produtos provenientes da Europa, em especial de Portugal, ocorreu um terremoto que devastou Lisboa em 1755, e o Marquês de Pombal solicitou que as construções em São Luís seguissem os moldes da engenharia empregada para a reconstrução de Lisboa.

Tais procedimentos construtivos implicavam, principalmente, padronizar elementos estruturantes em pedra, como vergas, portais e balcões, e pré-fabricar as cantarias em grande quantidade, para a sua aplicação simultânea em dezenas de edificações. Esta providência trouxe como resultado uma repetição intensiva de padrões, uniformidade de gabaritos e modulação de vãos. Repetição esta que culmina por caracterizar a arquitetura produzida sob a égide do Marquês de Pombal e que é vista na chamada baixa pombalina de Lisboa e, também, na arquitetura maranhense do mesmo período. (Andrés, 2014, p. 45)

Com o advento do século XX e o fim do século XIX, muitas modernizações foram implementadas na zona urbana compreendida pelo centro histórico, como a iluminação a gás e a instalação de linhas de transporte elétrico, os bondes. Contudo, os eventos políticos ocorridos no período, como a abolição da escravatura, impactaram diretamente a economia do estado, que se viu abalada e colapsou. Durante os anos 1895 até a década de 1930, o Maranhão e especificamente São Luís

viram-se em um marasmo, que possibilitou a permanência do centro histórico praticamente irretocado do fim do século XIX até a primeira metade do século XX (Andrès, 2014).

Essa estagnação nos cenários econômico e urbanístico de São Luís também propiciou o abandono desses conjuntos arquitetônicos, tendo em vista a precarização habitacional que o centro impôs à elite que residia nas suas imediações, fazendo com que as famílias deixassem suas residências no local e se restabelecessem em outras áreas consideradas nobres. Aliado a isso, a falta de investimento público na conservação desses prédios históricos relegou esses bens materiais à completa deterioração, o que foi um grande desfalque para o patrimônio histórico no local (Andrès, 2014).

Na cidade de São Luís, a ideia de patrimônio se consolidou por meio de práticas que criaram uma consciência coletiva sobre a cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade, título concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1997. Esse movimento começou somente na década de 1970, quando uma série de novos paradigmas relacionados à sociedade, economia e estruturas sociais foram anunciados, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014a).

Os anos de 1970 foram marcados pelo início do Projeto Reviver (Programa de revitalização e restauração do centro de São Luís) e das premissas de preservação e revitalização do centro histórico em São Luís, assim como outras cidades do Nordeste. Essas mudanças levaram a uma revisão do conceito de história/patrimônio, o que afetou diretamente a maneira como o conjunto arquitetônico do centro histórico de São Luís foi valorizado. Agora, esse conjunto era visto como um espaço que representava uma volta ao passado e, ao mesmo tempo, uma síntese da diversidade cultural que caracterizava a própria cidade. No contexto da globalização, os casarões antigos da cidade passaram a ser valorizados como símbolos de uma memória e, ao mesmo tempo, como um produto do mercado turístico que precisava ser preservado (Cabral; Cabral, 2019).

E após um período de reformas e construções, a Praia Grande tornou-se um espaço cultural com novas funções, adaptadas à sua nova tipologia. O projeto de revitalização estabeleceu os caminhos a seguir, transformando a Praia Grande em um produto turístico e transformando a cultura em mais uma mercadoria a ser oferecida.



Além disso, o investimento no lazer tornou-se um meio de controle do corpo (Cutrim, 2011).

Em São Luís, observa-se a valorização do Patrimônio Cultural e sua utilização como um símbolo de identidade social, com o propósito de manipular a massa em torno de um sentimento comum de “pertencer”. Esse poder coercitivo tem como objetivo primordial unificar a sociedade em torno do uso de um espaço físico como meio de atribuir signos e símbolos que unifiquem o coletivo.

É a luta constante pela hegemonia política da localidade, buscando explicitar ações em detrimento de interesses. A imagem de Patrimônio da Humanidade representa um novo sentido para as construções históricas que deve ser utilizado no cotidiano popular como forma de manter viva na memória coletiva a dádiva do título, sendo necessária, pois fortalece os vínculos da sociedade com o seu espaço. (Carvalho, 2009, p. 105)

São Luís é constantemente exaltada como Patrimônio da Humanidade, e essa afirmação cria uma relação de poder entre a sociedade e a cidade, na qual a sociedade é um objeto manipulado por práticas discursivas e cotidianas. A restauração do centro histórico de São Luís foi um processo complexo que envolveu várias etapas e o poder público teve um papel importante na formulação e implementação de políticas de preservação (Carvalho, 2009).

Citado por Carvalho (2009), Gregolin (2000) diz que as sociedades estão em constante esforço para reconfigurar seu passado. Assim, a abordagem adotada para a revitalização do centro se deu através da higienização e com uma dimensão política ideológica que beneficia os empresários em detrimento das populações carentes que foram expulsas do centro histórico de São Luís. A Praia Grande tornou-se alvo de uma nova “colonização”, com muitos dos casarões sendo comprados por estrangeiros e transformados em produtos para o turismo. A reabilitação de centros históricos é uma consagração da eternidade da cena limpa e polida, transformada em museu (Arantes, 1998).

Se a população não possui vínculos genuínos com o local onde vive e o único processo de relação com o ambiente é o interesse econômico, não existem meios reais para o desenvolvimento do sentimento de pertença. Karoliny Carvalho (2009) constatou isso em seu estudo ao demonstrar que essa comercialização dos bens históricos reflete também na ausência de um sentimento de pertença à área do centro

histórico, pelo fato dos moradores pesquisados não se reconhecerem como parte integrante do patrimônio, já que o vinculam principalmente à fruição turística.

## 2 A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS – DISCURSOS E PRÁTICAS

### 2.1 A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

Os espaços livres na cidade são espaços do acontecer solidário (Santos, 1996), espaços onde laços afetivos são tecidos, memórias são criadas e histórias são feitas. Nesse contexto, os espaços livres públicos podem transformar-se em lugares de tradição, identidade e valores, assim como através de transformações ao longo do tempo podem ir perdendo esse caráter. O Centro Histórico de São Luís é um desses espaços que contam a História de um povo e seu desenvolvimento, sendo um dos principais espaços de manifestações sociais, econômicas e culturais de fundamental importância a preservação da história contida nele.

Entretanto, ao longo do tempo passou por diversos processos de refuncionalização que lhe agregaram valores turísticos na mesma medida em que durante certo tempo o fez perder esse papel importante de espaço vivo, das construções de relações e manifestações socioculturais, como é o caso do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís sobre o qual discutiremos a seguir.

Antes da intervenção de Aloísio Magalhães como presidente do IPHAN na época, dois estudos importantes foram realizados, antecedendo o Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), para a mesma área em São Luís. Os trabalhos foram conduzidos por dois arquitetos: Viana de Lima em 1973 e John Gisiger em 1979. A intervenção de Aloísio Magalhães resultou na realização de um amplo seminário na cidade, que por sua vez levou ao surgimento das políticas de preservação adotadas, além da estruturação do Programa e das estratégias de execução dele.

Em 1973, o governo estadual do Maranhão requisitou à UNESCO a visita do arquiteto Viana de Lima, com o objetivo de avaliar o centro histórico e desenvolver um plano para a restauração do centro de São Luís. O relatório produzido por Viana de Lima incluía um levantamento fotográfico e cartográfico, fornecendo uma perspectiva abrangente do centro histórico dentro do contexto da cidade. Muitas das intervenções identificadas na cidade estavam registradas no relatório de Viana de Lima, tais como o aterramento do rio Bacanga, a implementação de uma via circular, a criação de

áreas de estacionamento e a construção de pontes, como a Bandeira Tribuzzi. Viana de Lima também analisou o fluxo de tráfego e enfatizou que os veículos não deveriam circular nessa área. Suas análises também destacaram a necessidade de remover elementos visuais poluentes, como cabos telefônicos, fiações elétricas, placas de comércios e postes. Muitas das intervenções sugeridas no relatório do arquiteto foram posteriormente implementadas na cidade.

A relevância da análise realizada em 1973 reside na abordagem abrangente e integrada do arquiteto em relação à preservação do patrimônio arquitetônico. Ele considerou a espacialidade urbana, os usos e demonstrou evidentes preocupações ambientais (Andrés, 2012, p. 68).

Em 1979, surge a proposta do arquiteto John Gisiger, que foi contratado pela Secretaria de Planejamento do Estado para conduzir estudos. Por meio de extensas pesquisas, ele coletou dados que foram utilizados para compor o diagnóstico elaborado por Gisiger.

O diagnóstico incluía informações relacionadas ao patrimônio histórico, imobiliário, turismo e urbanismo. Ele avaliou o conjunto arquitetônico e ressaltou a necessidade de conservação. No âmbito do diagnóstico, foram abordados temas como a delimitação da área, o tráfego de veículos e pedestres, a avaliação dos imóveis e sua ocupação. Além disso, foram discutidas as atividades portuárias que ocorriam na região da Beira-Mar, reconhecendo sua importância. Gisiger também analisou as dinâmicas sociais e funcionais. Assim como Viana de Lima, John Gisiger realizou a maior parte do seu trabalho praticamente sozinho, conduzindo seus estudos principalmente no escritório.

John erroneamente nomeou seu projeto como “Renovação Urbana da Praia Grande”, o que chamou a atenção de especialistas em todo o país e, especialmente, do IPHAN. Imediatamente, o IPHAN começou a prestar atenção em São Luís devido aos rumores sobre uma renovação urbana, o que levantou questionamentos se essa renovação implicaria na substituição dos prédios históricos por novas construções. Esses questionamentos levaram o presidente do órgão, Aluísio Magalhães, a visitar São Luís. Quando Aluísio Magalhães tomou conhecimento do projeto do arquiteto John Gisiger, percebeu que o nome dado estava incorreto. Como resultado, iniciaram-se modificações e, com o apoio do IPHAN e a promoção do Governo do Estado, foi realizada a primeira Convenção da Praia Grande em 1979.

É importante frisar que o termo revitalização é empregado nestes projetos de forma errônea, apesar de ser comumente utilizado no Brasil. Rubino (2009) diz que o termo perdeu o sentido original e foi vulgarizado, pois é utilizado para espaços que não estão desvitalizados.

Duarte (2005) argumenta que sua etimologia sugere uma visão preconceituosa e errônea da área de intervenção, já que esses centros não teriam perdido sua vitalidade. O autor faz um 'inventário' das terminologias que vêm sendo empregadas: a renovação denominaria um processo de substituição das formas urbanas existentes por outras modernas. Pode ser pontual. A requalificação englobaria processos de alteração em uma área urbana com o fim de conferir-lhe nova função. Já a reabilitação constituiria um processo integrado de recuperação de uma área urbana que se pretende salvar, implicando o restauro de edifícios, a revitalização do tecido econômico e social e a retomada do uso residencial. (Jayme; Trevisan, 2012, p. 8)

A convenção foi um evento de abrangência nacional, contando com a participação de 32 profissionais de diversos estados do Brasil, funcionários de órgãos públicos municipais e estaduais, representantes de universidades e entidades sociais. Como resultado desta convenção, ficou decidido que seria elaborado um programa de preservação do centro histórico. Além disso, foi formado um grupo de trabalho e uma comissão coordenadora para representar as esferas governamentais e a sociedade civil.

Após a realização da 1ª Convenção da Praia Grande, o governo do Estado assumiu o compromisso, por meio de sua Secretaria de Coordenação e Planejamento, de elaborar um programa de preservação do Centro Histórico. Foi aprovada a decisão de estabelecer um Grupo de Trabalho e uma Comissão de Coordenação, que representassem adequadamente os três níveis de governo e a sociedade civil. Esse encontro marcou o início de novas e cruciais etapas de negociação e implementação. Após o encerramento, uma série de reuniões entre os atores locais foi iniciada, aprofundando ainda mais o debate.

As transformações urbanas são resultantes da evolução das cidades e normalmente esses processos não resultam apenas do desenvolvimento interno da cidade. A cidade é produto de diferentes influências cotidianas e formais (Leite, 2002). Essas intervenções nos grandes centros urbanos têm colaborado para criar uma estética de uma vida pública perfeita que não existe e buscam quase em todos os casos uma sustentação no discurso sociocultural que é sempre muito perfeito.

A cultura desempenha um papel fundamental nos programas de revitalização, sendo um dos principais elementos que sustentam a justificativa para a realização das revitalizações nos centros históricos. Segundo Duarte (2005), a etimologia das terminologias empregadas para intervenção em áreas urbanas centrais sugere uma visão preconceituosa e equivocada, pois esses centros não perderam sua vitalidade. O autor apresenta um “inventário” das terminologias utilizadas: a renovação seria um processo de substituição das formas urbanas existentes por outras mais modernas, podendo ser pontual. A requalificação abrangeria processos de modificação em uma área urbana com o objetivo de conferir-lhe uma nova função. Já a reabilitação seria um processo integrado de recuperação de uma área urbana que se pretende preservar, envolvendo a restauração de edifícios, a revitalização do tecido econômico e social, e o retorno ao uso residencial (Jayme; Trevisan, 2012, *apud* Oliveira, 2019).

[...] a noção de um espaço de ‘espetáculo urbano’, que iria caracterizar todo o plano, é um indicador importante da presença de uma política de *gentrification*, na medida em que confirma o foco predominantemente econômico das ações previstas, bem como o tipo de uso esperado para cada uma delas, a partir de redefinições da noção de valor cultural. (Menezes, 2000, *apud* Leite, 2002)

A existência de manifestações culturais nos centros históricos desempenha um papel significativo ao agregar novas funções aos espaços, promovendo assim uma reorganização do ambiente. Antes da criação e divulgação dos programas específicos, a região sofria com críticas recorrentes em relação ao abandono por parte das autoridades públicas. Harvey (1992) diz que a estetização e reelaboração das tradições é uma forma de resgate dos sentidos dos lugares, e essa reelaboração seria uma estetização romantizada da cultura retomando um passado de forma ilusória e transformado em mercadoria.

[...] a tradição histórica é reorganizada como cultura de museu, não necessariamente de alta arte modernista, mas de história local, de produção local, do modo como as coisas um dia foram feitas, vendidas, consumidas e integradas numa vida cotidiana há muito perdida e com frequência romantizada. (Harvey, 1992, p. 273)

Reforçando sobre a utilização da cultura, Leite (2002, p. 119) diz que a utilização do patrimônio cultural constrói uma visão que entende a cultura em uma perspectiva de resultados econômicos, e a cidade como uma empresa previa a

concentração de escritórios de grandes empresas, reforçando no bairro, a ‘imagem de espaço central e nobre’.

Andrès (2012) descreve o cenário anterior ao projeto como degradante. Ele observou que existiam duas áreas principais no que se refere ao estado de conservação, sendo a primeira composta pelo núcleo originário, a zona portuária e adjacências, que era composta pelos bairros da Praia Grande, Desterro e Portinho. Essa primeira região encontrava-se em um quadro maior de degradação e causava maior preocupação. A segunda era maior e abrangia a área do Largo do Carmo até a praça Deodoro e do cemitério do Gavião até a praça Gonçalves Dias, mais bem conservada devido ao período de ascensão econômica. Na área central originalmente se encontrava o principal centro comercial. No auge econômico, até o início do século XX, devido à decadência das navegações e dos negócios pelo porto, este centro comercial foi gradualmente abandonado.

A presença de manifestações nos centros históricos tem a função de agregar novas funções aos espaços, até dando novas formas para a organização do espaço. Antes de o programa ser criado e noticiado existiam muitas críticas pelo abandono da região por parte do poder público. Os jornais da década de 60 a 80 noticiavam constantemente o abandono da região pela falta de limpeza, infraestrutura e pelas pessoas que frequentavam algumas áreas para uso de drogas. (Oliveira, 2019, p. 41)

O arquiteto explica que a região que possuía os maiores sobrados é que entrou primeiro em estado de degradação por conta do abandono pelos seus tradicionais proprietários e em consequência disso, esses espaços eram utilizados para atividades marginais.

Esta, provavelmente, foi a razão pela qual o antigo SPHAN escolheu este perímetro para efetivar seus tombamentos, ainda nas décadas de 50 a 70. Buscava-se, a partir de então, proteger a parte visivelmente mais degradada, que era, ao mesmo tempo, no entendimento da época, a mais antiga e valiosa do ponto de vista urbano e arquitetônico. (Andrès, 2012, p. 58)

A revitalização do centro histórico não se limitava apenas a mudanças na infraestrutura do local, mas também implicava uma transformação no cotidiano da população que habitava e frequentava o bairro. Em resumo, ocorreu um processo de higienização do centro, abrindo a porta para a busca de uma identidade com luz para um passado “glorioso”. Através das obras realizadas, passava-se a ideia de orgulho do patrimônio local, reafirmando uma identidade local com o objetivo de atrelar-se a

um perfil romântico – aqui faz-se referência ao período literário – para a cidade, com vistas a uma época de boemia e vigorosa contribuição intelectual dos literatos que se destacaram no século XIX.

A mídia desempenhou um papel crucial ao incentivar o projeto, sendo comum a veiculação de reportagens nos jornais que alertavam e evidenciavam o estado de degradação do Centro Histórico. Essas informações, dados e matérias foram fundamentais para a compreensão da análise, especialmente no que diz respeito às políticas de preservação que orientaram a implementação do PPRCHSL.

Comumente, os jornais passaram a acusar a população pobre que morava nos cortiços presentes no centro de perigosa e violenta. Diversas reportagens, como a citada logo abaixo, mostravam os problemas das áreas que embasaram o repúdio ao bairro da Praia Grande. A linguagem de estigmatização utilizada pela mídia transforma o espaço em um objeto qualificado, em que as palavras passam a compor o registro de uma distinção específica. Ao estabelecer a relação entre o espaço social e a pobreza, constrói-se um sistema classificatório que se fundamenta no simbólico, uma condição atribuída que denota um local “condenado”, contrastando com uma identidade desejada, delineada pela alteridade denunciada. Essas e outras formas de referência ao espaço contribuíram para a discriminação social.

Figura 3 – Jornal “O Estado do Maranhão”, junho de 1977



Fonte: Acervo Biblioteca Benedito Leite.

## 2.2 O PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (PPRCHSL)



A realização da Convenção da Praia Grande em 1979 foi um marco significativo em todo o processo de conservação que viria a ocorrer na cidade. Além de estimular o debate e envolver os diversos setores, foi também responsável, por meio do Decreto Estadual n.º 7.345, promulgado em 1979, pela criação da Comissão de Coordenação composta por representantes governamentais dos três níveis de governo, representantes de órgãos públicos, da Universidade Federal do Maranhão, sindicatos, entidades não governamentais e um grupo de trabalho. Fruto disso, foram estabelecidas as onze políticas de preservação, que desempenharam um papel essencial e orientador para o projeto (Quadro 1).

Quadro 1 – As onze políticas de preservação

1	Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico.
2	Intensificar as atividades de assistência e promoção social e priorizar ações de fomento à geração de emprego e renda.
3	Apoiar a instalação de centros profissionalizantes.
4	Incentivar as manifestações culturais e educacionais mediante o estabelecimento de centros culturais e de criatividade e do fortalecimento das instituições públicas e privadas que se dedicam à ação e difusão cultural bem como apoiar as manifestações artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área.
5	Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-o à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.
6	Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural.
7	Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação coerente e diversificada do Centro Histórico.
8	Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga.
9	Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico.
10	Garantir um processo permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.
11	Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e à conservação dos bens culturais nos planos de governo estadual e municipal.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado do livro de Andrès (2012)

O programa foi organizado com base nas políticas mencionadas anteriormente, resultando na criação de 11 subprogramas. São eles:

1. **Subprograma de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís** – era desejado realocar a população residente em áreas periféricas para o centro da cidade após a restauração de edifícios. Isso incluía áreas em ruínas e outras que necessitavam de reparos mínimos. O objetivo era não apenas melhorar a mobilidade urbana para aqueles que trabalhavam no centro, mas também estabelecer um vínculo mais estreito entre os cidadãos e o espaço urbano, incentivando seu envolvimento na conservação, como destacado por Andrès (2012). Essa medida abordaria três grandes desafios da cidade: mobilidade urbana, baixa qualidade de vida de certos grupos populacionais e conservação do centro histórico;
2. **Subprograma de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico** – o objetivo era preservar e restaurar monumentos religiosos e outros, como igrejas e palácios, devido à sua significância histórica e cultural para a cidade. Além disso, reconhecia-se o potencial desses monumentos para atrair turistas. Dessa forma, havia uma urgência em restaurar esses locais, a fim de garantir sua conservação e aproveitar seus atrativos turísticos;
3. **Subprograma de Recuperação da Infraestrutura e Serviços Públicos** – era responsável por abordar os problemas urbanos relacionados ao transporte rodoviário e hidroviário, limpeza, redes de esgoto, energia elétrica e outros serviços públicos. Seu objetivo era melhorar a qualidade da infraestrutura urbana e garantir o adequado funcionamento dos serviços essenciais para a cidade;
4. **Subprograma de Prédios Públicos no Centro Histórico** – possuía a responsabilidade de assegurar recursos para a reforma de repartições públicas federais, municipais e estaduais. Muitos órgãos públicos estavam situados em sobrados do centro histórico que necessitavam de reparos. O principal objetivo desse subprograma era viabilizar a restauração desses prédios públicos, preservando sua arquitetura histórica e garantindo condições adequadas para o funcionamento dos órgãos públicos na região;
5. **Subprograma de Incentivo às Atividades de Turismo Cultural** – possuía como objetivo direcionar investimentos para aproveitar ao máximo o potencial turístico da cidade. Seu foco era garantir que a cidade estivesse conservada tanto para os habitantes locais quanto para os turistas. Por meio deste subprograma, eram implementadas ações que promoviam a

valorização e preservação do patrimônio cultural, além de incentivar a realização de eventos, exposições, festivais e outras atividades culturais que atraíssem visitantes. O intuito era potencializar o turismo cultural, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região e para a valorização da identidade cultural da cidade;

6. **Subprograma de Revitalização das Atividades Portuárias** – “A revitalização das atividades portuárias [...] é considerada fundamental como fator de geração de emprego e renda associado ao processo de recuperação do patrimônio cultural da capital do Maranhão.” (Andrès, 2012, p. 76);
7. **Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano** – tinha como objetivo principal a restauração e revitalização de praças e jardins, proporcionando conforto e bem-estar para a população. Além disso, buscava oferecer uma alternativa de lazer, criando ambientes agradáveis e convidativos. Através deste subprograma, as praças e jardins eram revitalizados, com atenção especial para a conservação das áreas verdes, a instalação de mobiliário urbano adequado, a melhoria da iluminação e a criação de espaços para atividades recreativas e de convívio social;
8. **Subprograma de Recuperação da Arquitetura Industrial** – o subprograma tinha como principal objetivo a restauração e reutilização das antigas fábricas que foram fundamentais para a economia da época. Essas estruturas industriais não apenas representavam a arquitetura característica do período, mas também possuíam um valor histórico e cultural significativo. Através deste subprograma, as fábricas seriam recuperadas e adaptadas para serem utilizadas pela comunidade, garantindo que esses espaços fossem adequadamente preservados e aproveitados;
9. **Subprograma de Gerenciamento, Planejamento e Administração** – devido à natureza multidisciplinar do programa, era essencial contar com um setor dedicado ao gerenciamento e acompanhamento das dificuldades e necessidades. Esse setor desempenhava um papel fundamental no fornecimento de apoio logístico à equipe técnica, além de lidar com as questões institucionais relacionadas ao programa. Sua responsabilidade era garantir uma estrutura adequada para que as atividades do programa pudessem ser realizadas de forma eficiente e eficaz. Isso envolvia desde a

gestão dos recursos necessários até a resolução de questões burocráticas e administrativas. O setor desempenhava um papel estratégico na coordenação e no suporte geral do programa, garantindo seu bom funcionamento e o alcance dos objetivos estabelecidos;

10. **Subprograma de Pesquisa e Documentação** – o subprograma encarregou-se das atividades de pesquisa e documentação relacionadas à área central de São Luís. Sua principal responsabilidade consistiu em catalogar, organizar e identificar documentos e informações relevantes para o projeto. Isso envolveu a compilação de assuntos técnicos, administrativos, políticos e financeiros, a fim de fornecer uma base sólida de conhecimento sobre a região. Através desse trabalho minucioso, foi possível obter uma visão abrangente da área de intervenção, permitindo uma tomada de decisão embasada e eficaz no desenvolvimento do projeto de preservação e revitalização do centro histórico;
11. **Subprograma de Editoração e Divulgação** – o subprograma tinha como missão tornar acessíveis à comunidade as principais propostas, planos e resultados das pesquisas realizadas. Além disso, era responsável pela divulgação em âmbito nacional e internacional, visando atrair turistas para a região. Por meio de estratégias de comunicação eficientes, o subprograma buscava compartilhar de forma clara e abrangente as informações relevantes sobre o projeto de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís. Isso incluía a disseminação dos avanços, conquistas e benefícios gerados pelo programa, com o propósito de despertar o interesse e incentivar a visitação turística na área revitalizada.

Após o anúncio oficial do projeto de revitalização de São Luís, algumas reportagens publicadas na época aconselhavam a população a não se entusiasmar com a iniciativa do Governo, argumentando que este estava apenas cumprindo sua obrigação tardia. Caso houvesse resultados positivos, seria merecedor de reconhecimento e elogios, como ilustrado pela imagem da coluna do jornalista Américo Azevedo no jornal do Estado de 1977 (Figura 3). Essas matérias refletiam o ceticismo e a desconfiança da população diante das promessas de revitalização, ressaltando a importância de comprovar os resultados efetivos das ações em prol da cidade.

Figura 4 – Coluna do jornalista Américo Azevedo - “O Estado do Maranhão”, 1987



Fonte: Acervo da Biblioteca Benedito Leite (2018). Imagem coletada do trabalho “Usos Culturais da Praça Nauro Machado” (2019)

Um artigo chamado “Os Antecedentes e a Obra”, publicado no jornal “O Estado do Maranhão” em 1989, aborda o estado de conservação de uma parte do centro histórico:

Nas últimas décadas, a despeito de muitos esforços realizados, este núcleo vital de nossa cidade esteve gravemente ameaçado. Há apenas cinco anos tínhamos todos os elementos para escrever a crônica de uma cidade abandonada, apenas registrando a situação do Centro Histórico. Precisamente em Dezembro de 1986, atingimos o clímax da situação [...] data marcante das ruínas de alguns dos melhores exemplares do conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís. Edificações que fizeram a glória da capital maranhense durante o apogeu dos séculos XVIII e XIX, jaziam sob escombros. Esta é uma reminiscência dolorosa, mas muito recente, e é preciso registrá-la para avaliarmos a situação total.

Andrès (2012, p. 89) descreve o cenário como:

Havia ruína nos galpões comerciais, já então destinados ao Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, o sobrado Montanha Russa, a antiga Casa da Câmara na Praça João Lisboa, e dezenas de outros imóveis do centro histórico seguiam o mesmo caminho. O sobrado da praça do Comércio, o maior e mais expressivo, de grande valor arquitetônico e ambiental, localizado bem no coração da praia grande ostentava a sua carcaça desfeita

em ruínas enegrecidas. Suas últimas fachadas ainda de pé, ironicamente apoiadas em um emaranhado de paus podres, pareciam uma estrutura de palafita.

### 2.3 A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

O programa foi implementado em seis fases e ocorreu entre 1979 e 2006. A sede do programa estava localizada na Rua do Giz, que também servia como sede da Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado. Com o início do programa, Aluísio Magalhães, presidente do IPHAN, estabeleceu a diretoria regional do instituto em São Luís.

O programa foi dividido em fases que coincidiam com os mandatos governamentais de quatro anos. Essas transições entre períodos costumam representar momentos delicados na gestão, pois há o risco de interrupção e descontinuidade dos programas governamentais. Esses momentos são caracterizados por mudanças significativas na administração pública.

Foi constatado que a fase mais extensa do programa abrangeu o período de 1995 a 2002, durante o governo de Roseana Sarney. Sua reeleição em 1998 garantiu a continuidade do programa por dois mandatos consecutivos. Assim, estamos diante de uma trajetória que abrange quase três décadas, compreendendo o período de 1979 a 2006.

O arquiteto Ronald de Almeida Silva assumiu o papel de primeiro coordenador geral desse grupo de trabalho, juntando-se a um seleto grupo de indivíduos que se preocuparam com a situação de abandono do Centro Histórico. Ele desempenhou um excelente trabalho de liderança ao organizar a equipe e planejar as primeiras ações, porém sua permanência no cargo foi breve, durando apenas um ano.

Em 1980, Aloísio Magalhães estabeleceu a diretoria regional do IPHAN em São Luís. O advogado e cineasta Ivan Sarney Costa foi nomeado como o primeiro diretor, tendo sido o responsável pela criação da Sociedade dos Amigos de São Luís e Alcântara. Ele assumiu suas funções com grande dedicação e competência, ocupando o cargo até 1990 e sempre defendendo os valores culturais de sua região.

A Comissão de Coordenação era composta por representantes dos três níveis de governo, órgãos envolvidos diretamente no processo, membros da sociedade civil, incluindo a Universidade Federal do Maranhão, secretarias municipais e estaduais,

organizações não governamentais e sindicatos. Sua responsabilidade consistia em realizar reuniões semanais para avaliar periodicamente os planos e propostas em andamento, além de acompanhar a execução das obras.

As obras do projeto tiveram início no bairro da Praia Grande devido à concentração de sobrados e à situação crítica da área. No século XVIII, esse bairro atingiu seu auge e se tornou o centro comercial mais importante do Estado, com o surgimento de grandes indústrias de importação e exportação, especialmente de arroz e algodão, em torno do porto. Galpões de armazenagem de produtos e mansões foram construídos nas proximidades da Rua da Estrela, Rua da Alfândega e Rua do Trapiche. No entanto, após dois séculos, a atividade comercial na área diminuiu significativamente devido à crise econômica e ao declínio do transporte marítimo.

Na década de 1970, o bairro começava uma nova transformação. Além de abrigar órgãos públicos, havia muitos casarões abandonados na área. Parte do comércio estava concentrada na parte alta do centro, especialmente nas proximidades da Rua Grande.

No entanto, ao longo do século XX, as atividades comerciais da região diminuiriam devido à recessão econômica que afetou o Estado e ao declínio do transporte marítimo. Na década de 1970, esse núcleo tradicional passou por mudanças significativas. Os grandes sobrados, antes sede de empresas renomadas que faliram, foram ocupados por repartições públicas ou simplesmente abandonados.

O comércio remanescente deslocou-se para a parte alta do Centro Histórico, próximo à rua Grande, atraído pelo novo fluxo de entrada na cidade, predominantemente por via rodoviária, vindo do interior da ilha. O bairro marítimo, que outrora era a face principal da cidade e a única entrada, transformou-se em uma área negligenciada, refletindo o declínio das atividades portuárias. Edifícios subutilizados, malconservados e um comércio marginalizado tornaram-se características desse local.

[...] na Praia Grande ainda subsistia uma forte vocação de centralidade urbana em virtude da presença de muitas repartições públicas nas imediações da rua Portugal, inclusive a grande proximidade das sedes dos governos estadual e municipal na avenida Pedro II, assim como de atividades portuárias, não mais de embarcações oceânicas e comércio internacional, mas aquelas ligadas ao transporte de passageiros e cargas das pequenas cidades litorâneas e ribeirinhas que mantêm este porto como única via de acesso à capital por meio de pequenas e médias embarcações tradicionais. (Andrès, 2012, p. 86)

Um intenso comércio de ferragens gerava um intenso tráfego de caminhões e carretas na área, o que não era adequado para ruas que foram projetadas no início do século XVII. No entanto, o maior desafio era a situação da feira da Praia Grande, um antigo mercado popular que se encontrava sujo e decadente. Apesar do abandono, o bairro ainda mantinha uma variedade de usos e revelava um grande potencial devido ao valor dos conjuntos arquitetônicos e históricos que abrigava, além de sua localização estratégica.

#### 2.4 A PRIMEIRA ETAPA DO PPRCHSL

No período de 1979 a 1983, ocorreram intervenções significativas, com destaque para a revitalização da feira da Praia Grande. Essa ação foi considerada de extrema importância devido ao seu impacto econômico e à sua localização estratégica na área.

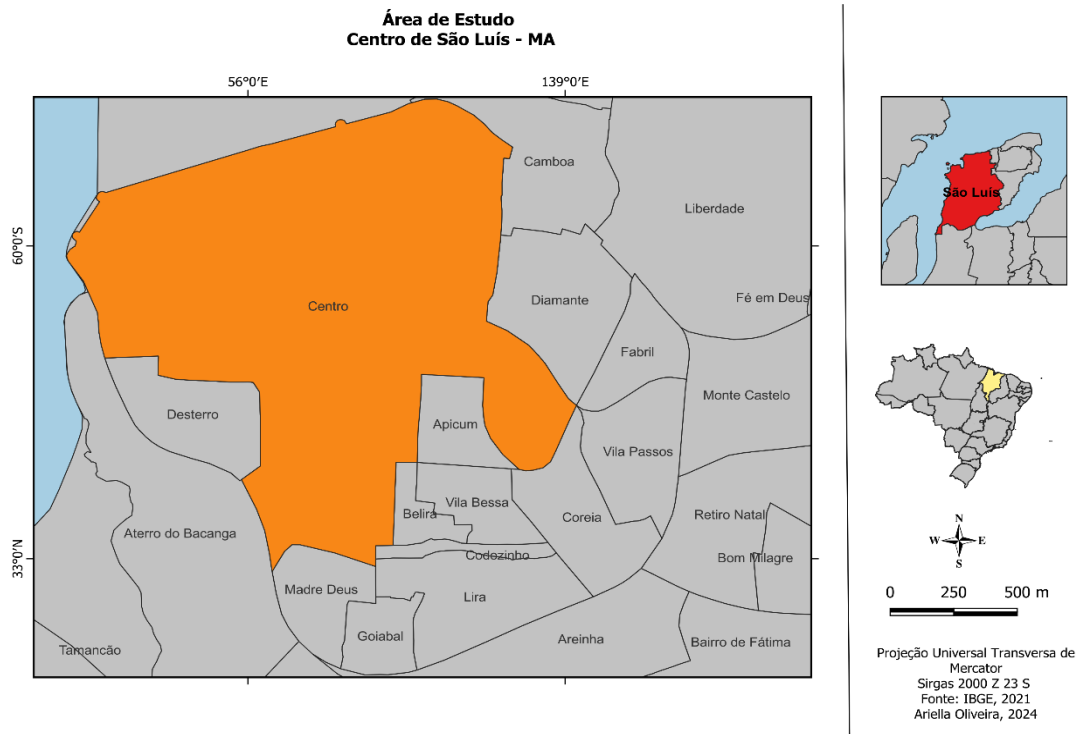
Após novembro de 1979, ocorreram uma série de reuniões e discussões com os diversos setores envolvidos no processo. Em 1980, teve início a primeira de seis fases distintas de estudos, pesquisas e elaboração de projetos para a criação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

Essa área de 11,7 hectares desempenhou um papel crucial como centro comercial do Estado desde o século XVIII. Ao redor do porto da Praia Grande e das rampas do Palácio e Campos Melo, estabeleceram-se grandes empresas de importação e exportação, impulsionadas pelo auge econômico do algodão e do arroz. Nessa época, surgiram imponentes conjuntos de sobrados, bem como galpões de armazenamento e comércio nas ruas do Trapiche, da Estrela, da Alfândega e nos arredores da praça do Comércio.

As intervenções foram iniciadas no bairro da Praia Grande, escolhido como área piloto devido à sua grave situação de degradação, apesar de abrigar conjuntos arquitetônicos urbanos de grande importância. Além disso, essa abordagem progressiva foi adotada estrategicamente, uma vez que não havia recursos suficientes para tratar imediatamente de todo o Centro Histórico, que possui uma extensão de 250 hectares e cerca de 5.500 edificações (Figura 4).



Figura 5 – Mapa de Localização da área de estudo



Fonte: elaborado pela autora (2024)

A primeira fase do programa foi marcada por algumas obras e projetos específicos. Em 1981, foi estabelecido o subprograma de Reestruturação da Praça, encarregado das intervenções na Feira da Praia Grande, Beco da Prensa, albergue do Voluntariado de Obras Sociais (VOS) e Praça da Praia Grande, que constituíram a primeira fase do programa. Além de outras obras realizadas no entorno, os investimentos dessas primeiras reformas foram em torno de 2,5 milhões (Andrés, 2012, p. 87).

Segundo Andrés (2012), a reforma teve início pela feira da Praia Grande devido à sua localização central no bairro e ao seu potencial como impulsionadora de emprego, renda e atividade na região. Além disso, a feira se tornou um ponto de referência para a comunidade local devido às circunstâncias que a envolveram, sendo considerada desde o princípio como o elemento mais crucial do conjunto de intervenções.

Durante a Convenção realizada em 1979, representantes do Sindicato dos Feirantes de São Luís expressaram a necessidade de iniciar as atividades do projeto com a reforma da Feira. Durante o planejamento das obras, a maioria das reuniões ocorreu no local da Feira, e tanto os feirantes quanto os usuários participaram

ativamente. Havia uma preocupação por parte dos feirantes de que as obras não fossem concluídas devido à falta de recursos públicos, além do receio de não poderem retomar seus espaços após a conclusão dos trabalhos.

As atas da Convenção mostram que... o então presidente, Venceslau Marques, entendia que esta obra iria assegurar ao mesmo tempo a recuperação de um importante exemplar do patrimônio histórico e a revitalização de uma atividade que abastecia a população de São Luís de gêneros de primeira necessidade, sendo geradora de emprego e renda para dezenas de famílias. (Andrès, 2012, p. 87)

Após uma série de encontros realizados diretamente na feira, envolvendo feirantes e frequentadores, foram tomadas decisões sobre a condução e execução das obras. Durante essas reuniões, surgiram várias preocupações em relação aos trabalhos, especialmente em relação à possibilidade de interrupção das obras e à falta de recursos disponíveis e por medo de não voltarem aos seus locais de trabalho.

Através de documentos emitidos pelo Governo Estadual, foi assegurado que cada comerciante teria um espaço equivalente ao que ocupava antes da reforma. Todo o plano de obras foi revisado em conjunto com os feirantes e a equipe técnica, abordando questões como abastecimento de água, redes de esgoto e *layout* dos boxes, entre outras. Para facilitar o entendimento, foram apresentadas maquetes com as soluções propostas, as quais foram incorporadas durante a fase de elaboração e detalhamento dos projetos arquitetônicos e de engenharia, após serem aprovadas.

Figura 6 – Casa das Tulhas – década de 1940 ou 1950



Fonte: Agenda Maranhão (agendamaranhao.com.br)

Enquanto as obras estavam em andamento, os feirantes foram realocados para áreas próximas, de modo a garantir a continuidade de suas atividades. Essa realocação foi negociada pelo Sindicato. Além das melhorias internas, como

aprimoramento da rede de abastecimento de água e a melhoria da circulação de clientes e comerciantes, também ocorreu a reforma e restauração da parte externa da Casa das Tulhas. Foram também realizadas negociações pacíficas para desapropriar 22 edículas que haviam sido construídas pelos proprietários dos imóveis adjacentes à Casa das Tulhas. Essas áreas, que estavam ocupadas indevidamente, foram devolvidas como espaços de circulação interna da feira, permitindo assim a redescoberta e restauração da fachada interna do local.

Durante a execução da obra, houve a participação ativa dos feirantes e técnicos, acompanhando todo o processo. Atendendo a uma campanha promovida pela comissão coordenadora, a maioria dos proprietários dos estabelecimentos localizados na área externa da Casa das Tulhas também realizou melhorias em suas lojas, contribuindo para a reabilitação completa do imóvel. Andrés (2012) relata que durante as obras houve um aumento significativo na divulgação do projeto, por meio de panfletos, jornais e rádios.

A obra teve duração de seis meses conforme o cronograma estabelecido. A realização da obra se tornou um exemplo a ser seguido pelos outros mercados populares da cidade, sendo reconhecida na época como um caso excepcional de restauração do patrimônio histórico com a participação ativa da comunidade em todas as etapas. Os resultados obtidos ajudaram a fortalecer a confiança da comunidade local da Praia Grande no Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís. Após esse período, a Casa das Tulhas passou por outras reformas.

Foi devolvida aos feirantes e usuários, tornando-se a partir daí um modelo para os demais mercados populares de São Luís, passando a ser reconhecida [...] como um caso raro em recuperação do patrimônio histórico que tenha contado efetivamente com a participação da comunidade. (Andrés, 2012, p. 90)

Figura 7 – Casa das Tulhas em 2021



Fonte: Mercado das Tulhas (pinterest.com)

A segunda obra de destaque da primeira etapa foi a do albergue do Voluntariado de Obras Sociais (VOS), o qual consistia em uma iniciativa social da Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social, cujo objetivo era oferecer assistência às pessoas provenientes do interior do Estado em busca de emprego e melhores condições de vida. Muitas dessas pessoas enfrentavam dificuldades como a falta de documentos, ausência de moradia e frequentemente apresentavam problemas de saúde. O VOS tinha como propósito cuidar desses indivíduos, fornecendo-lhes apoio e acolhimento.

As situações mais delicadas eram encaminhadas para o albergue do projeto, onde as pessoas recebiam assistência médica, orientações para obtenção de documentos e emprego, e, dependendo da necessidade, podiam pernoitar no local.

O objetivo central do PPRCHSL era reconstruir um imóvel situado na Praia Grande para abrigar o projeto. A área reconstruída abrange aproximadamente 1.500 metros quadrados e passou por uma restauração da azulejaria original datada do século XIX localizada na rua da Estrela, 350. Em 2001, essa área passou por novas reformas e foi destinada ao programa de habitação familiar, chegando a acolher 12 famílias.

A terceira obra de destaque desta fase foi a obra da praça da Praia Grande, cuja construção tinha como objetivo atender a uma das demandas da população: a eliminação de um dos piores focos de insalubridade do bairro, representado por um terreno vago próximo à praça do Comércio que, abandonado, se tornou um depósito

de lixo a céu aberto, infestado por mosquitos e ratos, além de ser palco de constantes assaltos durante a noite.

A obra foi responsável pela remoção do lixo acumulado, o qual encheu aproximadamente 40 caçambas (Andrès, 2012) e possibilitou a criação de uma área verde adequada para a convivência comunitária. A praça foi equipada com dispositivos simples voltados para uma forma de lazer da comunidade local, como mesas para jogar dama e gamão nas praças e feiras.

A terceira obra de destaque foi a obra do Beco da Prensa, que recebeu esse nome devido à sua proximidade com uma antiga fábrica de prensagem de algodão, onde o algodão era exportado. Até 1981, a área era intransitável, com acúmulo de lixo e falta de iluminação. Após a reforma, o Beco passou por restauração, incluindo a construção de redes de esgoto, instalação de iluminação e pavimentação, tornando-se uma via de acesso para a população que busca o transporte público no Anel Viário.

A fase inicial do projeto, conhecida pelo público como Projeto Praia Grande, foi precedida por negociações entre todas as partes envolvidas e recebeu orientação contínua da Comissão de Coordenação. Os projetos detalhados foram elaborados pelo Grupo de Trabalho, enquanto a atuação das autoridades e técnicos foi acompanhada pela participação ativa dos usuários da área, comerciantes, proprietários de imóveis, casas comerciais e representantes da comunidade local.

Em 1982, a coordenação do programa realizou discussões e apresentou as propostas do PPRCHSL à equipe técnica responsável pela elaboração do Plano de Metas do governo estadual para o período de 1983-1986, visando garantir a inclusão desse programa no escopo do orçamento estadual.

*A recuperação do mercado popular da feira da Praia Grande já encontrava grande respaldo da política de número 6, qual seja, a de promover a revitalização econômica do comércio varejista... Observa-se que estas primeiras intervenções realizadas nos anos de 1981 a 82, não foram suficientes para reverter definitivamente o aspecto geral de abandono, mas foram importantes para estabelecer um novo referencial, junto à população, do que seria possível fazer. (Andrès, 2012, p. 94)*

## 2.5 A SEGUNDA ETAPA DO PPRCHSL

O primeiro projeto de destaque desta etapa foi a pesquisa socioeconômica. A fase que ocorreu entre 1983 e 1987 não foi caracterizada por obras, mas sim por estudos. O Governo Estadual direcionou seus investimentos para obras no interior do

Estado, deixando a responsabilidade pelas obras no Centro Histórico a cargo da prefeitura. Esse cenário refletiu no estado de conservação da área, que se encontrava em condições precárias.

A primeira pesquisa de destaque é a socioeconômica. Essa fase teve início em 1982 e possibilitou uma análise mais minuciosa da situação dos residentes e usuários, assim como das características e particularidades do uso do espaço urbano nas áreas de intervenção. Aprofundaram-se os conhecimentos sobre a sua diversidade, identificando subáreas com atividades predominantes.

A pesquisa contou principalmente com a participação de uma equipe composta por sete assistentes sociais e dois sociólogos. Sua presença na região facilitou o aprofundamento das relações entre a equipe técnica e a comunidade que vivia e trabalhava no Centro Histórico. Como resultado dessa ação, incentivou-se a criação da primeira associação de moradores do bairro, que posteriormente se tornou um interlocutor durante a elaboração do Plano de Reassentamento para o Programa Monumental/BID em 1998.

O segundo projeto de destaque desta etapa foi o projeto de microfilmagem e transcrição paleográfica dos Livros da Câmara de São Luís dos Séculos XVII, XVIII e XIX. Através da pesquisa, foi possível restaurar documentos essenciais para o entendimento da história de São Luís, que seriam descartados e foram encontrados pela equipe do projeto (Oliveira, 2019).

Foram descobertos documentos raros de imensa importância para a história do Maranhão, em um estado precário, abandonados no chão de um pequeno espaço nos fundos do prédio localizado na rua da Paz, n.º 588, que funcionava como depósito da Secretaria de Administração do Município. Esses livros, em péssimo estado de conservação e destinados a serem descartados e incinerados, foram encontrados pelo grupo de trabalho responsável.

Os livros consistiam nos últimos 166 volumes remanescentes dos documentos originais, que guardam preciosas informações sobre o processo histórico de formação da cidade. Estavam, entre essas informações, os códigos de postura da época, as normas de construção, manutenção e pavimentação das ruas, além de outras regras que regiam e coordenavam a sociedade naquela época.

Devido ao valor inestimável desse conteúdo, que foi uma fonte primordial para os estudiosos que se dedicaram a registrar a história do Maranhão, esses documentos dos séculos XVIII e XIX estavam à beira do desaparecimento completo. Foi então que

uma equipe de 15 historiadores se dedicou à restauração desse acervo, realizando, ao longo de dois anos, a transcrição de mais de 28 mil páginas dos volumes encontrados. Como consequência desse projeto, foi fundado o primeiro Laboratório de Conservação e Restauração de Papéis (LACREPE).

No mesmo período, foi implementado o projeto “Embarcações do Maranhão”, uma colaboração entre a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), que resultou em um estudo de três anos. Uma equipe multidisciplinar foi encarregada de percorrer o litoral maranhense, bem como as regiões de lagos e rios navegáveis, a fim de registrar os conhecimentos tradicionais e populares da construção naval artesanal. Esse projeto contribuiu para a preservação do patrimônio imaterial do estado.

Por meio da pesquisa socioeconômica realizada, foi possível evidenciar que as embarcações continuavam desempenhando um papel imponente e estabelecendo conexões com as cidades litorâneas nas proximidades da Praia Grande, Desterro e Portinho. Essa presença e movimentação das embarcações foram destacadas como parte importante da cultura local.

Em reconhecimento aos resultados obtidos, a pesquisa recebeu o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1996. Além disso, a pesquisa serviu como base para a criação do projeto “Estaleiro Escola” em 2007, que se tornou o primeiro centro de treinamento em carpintaria naval do Maranhão.

Resultante também do convênio FINEP e SEPLAN do Maranhão, foi concebido um plano para assegurar a conservação do Sítio do Físico, que consiste em um conjunto de vestígios preservados de um antigo curtume e fábrica de pólvora estabelecido no início do século XIX por Antônio Pereira. Esse empreendimento industrial, situado às margens do rio Bacanga, a cerca de seis quilômetros do Centro Histórico de São Luís, envolvia a colaboração de mais de 400 pessoas escravizadas. As imponentes ruínas ainda existentes, com uma área construída de mais de 20.000 m<sup>2</sup> e paredes espessas de pedra argamassada, são testemunhos marcantes dessa história.

## 2.6 A TERCEIRA ETAPA – PROJETO REVIVER

A terceira fase foi caracterizada pela implementação da política 7, que visava aprimorar as redes de serviços públicos e infraestrutura do Centro Histórico,

abrangendo água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefonia, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e vias públicas. Essas melhorias foram realizadas com o intuito de beneficiar tanto os moradores locais quanto os demais usuários, promovendo uma ocupação adequada e diversificada do Centro Histórico. Esta etapa ocorreu no período de 1987-1991.

Essa fase abarcou uma extensão de 107.000 m<sup>2</sup> e 200 edificações, que foram submetidas a melhorias em sua infraestrutura. Foram realizadas renovações nas galerias subterrâneas, implementação de redes de telefonia e energia elétrica, instalação de iluminação pública, criação de áreas verdes e praças, estabelecimento de estacionamentos periféricos para restringir o tráfego de veículos na região, criação de vias exclusivas para pedestres, restauração de escadarias e becos, além da pavimentação das ruas com paralelepípedos.

Uma das obras de destaque desta etapa foi o projeto de reconstrução da escadaria da rua Humberto de Campos, a partir de uma fotografia de 1923, na qual a escadaria era claramente visível. Na época das obras, em 1988, a área possuía uma rampa que permitia a passagem de carros. Após a descoberta da fotografia, a escadaria foi reconstruída, contribuindo tanto para a recriação da paisagem histórica como para a restrição do tráfego de veículos na região. Além disso, foram restaurados mais de 40.000 m<sup>2</sup> de construções, incluindo o Convento das Mercês, que em tempos passados serviu como quartel militar. Uma área de 5.800 m<sup>2</sup>, onde o convento está localizado, também foi restaurada e abriga a Fundação da Memória Republicana.

A segunda obra de destaque foi o Convento das Mercês. O Convento apresenta uma área construída de 5.800 m<sup>2</sup> e encontrava-se em um estado bastante deteriorado. Essa estrutura imponente, anteriormente utilizada como Quartel da Polícia Militar, passou por uma restauração completa, possibilitando a criação da Fundação da Memória Republicana. Inicialmente, abrigou uma exposição educativa sobre a história da República brasileira desde a sua proclamação, além de armazenar toda a documentação do período de 1985 a 1990, quando José Sarney ocupou a presidência do país. O Convento das Mercês se transformou em um local de destaque para a programação cultural, artística e comunitária, tornando-se uma referência tanto para a comunidade local como para os visitantes. “O fato de servir como sede de uma fundação cultural equaciona de forma sensata o problema de como assegurar a conservação e manter os grandes monumentos arquitetônicos.” (Andrès, 2012, p. 104).



Figura 8 – Convento das Mercês, 2011



Fonte: Roseana estatiza as dívidas e a tumba do pai (Veja, abril.com.br)

A terceira obra de destaque foi a obra da fábrica Cânhamo, situada no bairro da Madre Deus, com uma área construída de 6.000 m<sup>2</sup>, completamente restaurada e adaptada para se tornar um moderno Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular, chamado Centro de Produção de Artesanato do Maranhão (Ceprama). Esse projeto não apenas possibilitou a recuperação de um valioso exemplar da arquitetura industrial do século XIX, que estava em ruínas e inacessível ao público, como também promoveu a revitalização do patrimônio histórico, a geração de empregos e o aumento da renda para as camadas populares, onde a maioria dos artesãos maranhenses se encontra.

O projeto também valoriza a cultura popular presente na prática do artesanato, incentivando o turismo e transformando a área externa da antiga fábrica, que ocupa mais de 5.000 metros quadrados, em um dos principais locais para a celebração das tradicionais festas juninas. Essa iniciativa foi concretizada em 1987 e, desde então, o local, que está fora do perímetro da área protegida pelo IPHAN, tornou-se uma referência obrigatória tanto para os habitantes de São Luís quanto para os visitantes. O termo “Projeto Reviver”, como essa etapa ficou popularmente conhecida, foi tão enraizado na comunidade que os cidadãos começaram a chamar o bairro de Praia Grande pelo nome “Reviver” (Oliveira, 2019).

A quarta obra de destaque é a criação do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho. O conjunto de antigas instalações comerciais do porto da Praia Grande, que haviam sido deixadas abandonadas, com uma área de 2.300 m<sup>2</sup>, passou por uma transformação e se tornou um centro educacional e complexo cultural, contando com um teatro, cinema, biblioteca e salas de dança. O projeto arquitetônico adotado possibilitou a integração dos diferentes galpões ao redor de um pátio central, que se tornou um local propício para a realização de eventos. Essa estrutura funcionava como um portal para o bairro revitalizado, simbolizando a vitalidade da região com centenas de alunos frequentando o espaço.

Figura 9 – Centro de Cultura Odylo Costa Filho



Fonte: centro-de-criatividade.jpg (550x309) (agenciatambor.net.br)

O projeto desempenhou um papel estratégico na reabilitação do bairro. Sua implementação permitiu a transformação de um conjunto de ruínas sombrias e ameaçadoras em um centro educacional, trazendo vida e atividade para a área. Infelizmente, em 2022 as atividades do Centro de Criatividade foram encerradas.

A quinta obra de destaque é a criação do Museu de Artes Visuais, e teve como objetivo principal estabelecer e implantar o novo Museu de Artes Visuais na região da Praia Grande. O programa envolveu a restauração e adaptação das ruínas de dois sobradões notáveis que faziam parte desse conjunto histórico, anteriormente utilizados como sedes de duas empresas de importação e exportação. Os casarões foram integrados em um único complexo museológico por meio da criação de um pátio interno que conecta os dois quintais. Essa intervenção proporcionou uma nova finalidade ao imóvel, tornando-o mais um atrativo cultural para o bairro.

Em sexto e último lugar desta etapa destaca-se o Restaurante Escola do Serviço Nacional do Comércio (Senac). A criação do Restaurante Escola do SENAC teve origem em um projeto conjunto entre o governo do Estado, que doou o imóvel, e o SENAC, responsável por sua reconstrução e adaptação para abrigar uma escola profissionalizante na área de hotelaria. Essa edificação, que já foi a sede da primeira companhia telefônica do Maranhão desde o final do século XIX, encontrava-se em estado de ruína, chegando até mesmo a sofrer um desabamento. Desde 1988, o local tem cumprido seu propósito, formando anualmente duas turmas compostas por pelo menos 60 profissionais, incluindo cozinheiros, maîtres e garçons, que atuam em hotéis e restaurantes da cidade.

A terceira etapa marcou uma retomada significativa dos investimentos no bairro da Praia Grande e áreas vizinhas. Além dos projetos mencionados nessa fase, diversos outros sobrados pertencentes ao Estado foram restaurados. Durante esse período, o Programa destinou aproximadamente 60 milhões de reais, provenientes dos recursos próprios do Tesouro Estadual, e consolidou um processo de revitalização do bairro da Praia Grande. Foram realizadas obras de infraestrutura e recuperação da paisagem urbana, abordando questões como acessibilidade, trânsito e circulação, de modo a solucionar os problemas existentes.

A população da capital, que havia se afastado do Centro Histórico, acorreu em massa para a área, que em pouco tempo tornou-se um ponto de visitação obrigatório para os próprios cidadãos ludovicenses. Com a criação de novas condições de segurança e higiene e de novos espaços favoráveis para a apresentação de espetáculos ao ar livre, a área tornou-se atraente aos artistas da terra que passaram a utilizar escadarias e praças para suas performances e apresentações. Pequenos bares e restaurantes foram abertos e um turismo ainda incipiente começou a acontecer. (Andrès, 2012, p. 109)

## 2.7 A QUARTA ETAPA

Acontecendo entre 1991 e 1995, essa etapa também se concentrou nos investimentos em restauração e adaptação de edifícios de valor histórico e arquitetônico, além de intervenções moderadas de infraestrutura, com o objetivo de preservar as obras urbanas realizadas anteriormente e nesta etapa surge o piloto do projeto de habitação do centro.

A primeira obra de destaque desta etapa é a obra do Teatro Arthur Azevedo. O teatro, reconhecido como o verdadeiro templo da cultura no Maranhão, estava em

péssimas condições de conservação e fechado ao público por mais de quatro anos. A obra de restauração permitiu a completa recuperação de sua configuração original, incluindo os detalhes dos elementos decorativos e ornamentais, ao mesmo tempo em que possibilitou a instalação de equipamentos modernos de iluminação e som. Hoje, o teatro mais antigo do Brasil (1817) está restaurado, garantindo o papel de difusor cultural.

A segunda obra de destaque é a Fábrica do Rio Anil. Esse é o maior e mais valioso exemplo da arquitetura industrial do século XIX, com uma área construída de 9.000 metros quadrados. A fábrica estava fechada e em processo de deterioração. Em 1990, o governo estadual adquiriu o prédio e o restaurou por completo, adaptando-o para se tornar um Centro Integrado de Ensino, conhecido como Centro Integrado do Rio Anil (CINTRA), responsável por atividades pedagógicas e comunitárias. Embora esteja localizado fora da área prioritária do programa, especificamente no bairro do Anil, um dos mais populosos de São Luís, essa obra passou a desempenhar um importante papel social.

O projeto piloto de habitação foi o terceiro projeto de destaque da quarta etapa e foi inaugurado em 1993. Esse projeto visava reconstruir uma ruína de um antigo sobrado e adaptá-lo para a criação de apartamentos em boas condições, destinados a abrigar dez famílias, que foram selecionadas entre trabalhadores e antigos moradores do próprio imóvel, que havia sido invadido e transformado em cortiço. No pavimento térreo, foram criadas duas lojas comerciais, mantendo a tradição do uso misto, tanto residencial quanto comercial, que remonta ao século passado. Essa medida contribuiu para melhorar as condições de manutenção do imóvel restaurado e preservar a relação dessas famílias com o espaço urbano do Centro Histórico.

Em seguida, houve a reforma do Mercado do Peixe no Portinho. Essa obra teve início em 1993 e foi considerada estratégica, levando em consideração as vocações naturais do bairro do Desterro e Portinho, reconhecendo a importância das atividades portuárias tradicionais no cotidiano desses bairros. A ideia e o projeto de construir um novo mercado do peixe com boas condições de higiene fortaleceram a vocação do bairro e regularizaram uma atividade que anteriormente não contava com infraestrutura adequada. O projeto foi realizado através das negociações entre o sindicato de comércio varejista, o sindicato dos pescadores e os armadores da pesca artesanal da região, visando garantir a participação e o envolvimento das partes interessadas.

## 2.8 A QUINTA ETAPA

A quinta etapa do programa ocorreu no período de 1995 a 2002 e foi a mais duradoura devido à reeleição do governo estadual em 1998. Esse fato garantiu uma maior continuidade das ações empreendidas, resultando em uma etapa de obra mais extensa e um volume de investimentos maior. Como as etapas anteriores, também foi marcada por algumas obras específicas.

A primeira obra de destaque foi o Projeto São Luís Patrimônio Mundial. Neste período, a equipe do Programa participou ativamente das negociações que levaram à inclusão de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, coordenando a elaboração do dossiê apresentado. A governadora da época, Roseana Sarney, tomou a iniciativa de entrar em contato com os Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores, bem como com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a representação da UNESCO no Brasil. Essas iniciativas e esforços resultaram na conquista do título.

Em novembro de 1996, a Coordenadoria do Programa recebeu uma missão de reconhecimento enviada pela UNESCO, chefiada pelo professor arquiteto Julio Morosi. No ano seguinte, Luis Andrès, como coordenador dos trabalhos de elaboração do dossiê, compareceu à 22ª reunião internacional do *Bureau* do Comitê do Patrimônio Mundial (CPM), na sede da UNESCO em Paris, onde apresentou a defesa da proposta, que foi aprovada sem restrições pelas delegações presentes dos sete países membros: México, Japão, Alemanha, Austrália, Marrocos, Nigéria e Itália.

No ano seguinte, a recomendação foi novamente apreciada em Nápoles, Itália, pelo plenário do Comitê do Patrimônio Mundial, que homologou a decisão técnica do *Bureau*, oficializando assim a inclusão de São Luís na lista da UNESCO. A inclusão foi baseada nos critérios III, IV e V da Convenção do Patrimônio Mundial. Os critérios diziam:

- III) Testemunho excepcional de tradição cultural;
- IV) Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana que ilustra um momento significativo da história;
- V) Exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época.

O segundo destaque desta fase foi o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR). A partir de 1998, a equipe do Programa participou de uma série de negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco do Nordeste para a implementação do PRODETUR do Maranhão. Como resultado dessas negociações, o Maranhão destinou 70% do financiamento total desse programa para dar continuidade ao PPRCHSL (Andrès, 2012, p. 114).

Cerca de 90 milhões foram investidos em obras de recuperação da infraestrutura urbana dos bairros do Desterro e Portinho, que estão relacionadas ao tráfego de passageiros, cargas e pesca artesanal, exercendo uma grande influência na vida do Centro Histórico. A decisão de focar na zona portuária foi uma forma de reforçar o compromisso com as políticas de preservação adotadas no início do Programa, especialmente no que diz respeito à fidelidade à vocação social e econômica de cada segmento da área tombada.

Os recursos do PRODETUR também foram aplicados na realização da etapa pioneira do plano da ilha de São Luís, beneficiando inicialmente a bacia do Centro Histórico. Isso incluiu a construção de redes coletoras, estações elevatórias e de tratamento de esgotos sanitários, com consequências positivas evidentes para o saneamento da área.

Aqui se registram as principais obras por serem emblemáticas da aplicação das políticas adotadas iniciando por aquela que se refere às questões de infraestrutura e transportes: 7- Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação coerente e diversificada do Centro Histórico. (Andrès, 2012, p. 116)

A terceira obra de destaque é a reforma do Cais da Praia Grande – Terminal Hidroviário do Centro Histórico. A reforma do Cais da Praia Grande foi finalizada em 1999, representando um marco importante como a primeira intervenção financiada pelo PRODETUR no Centro Histórico. Essa iniciativa viabilizou a criação de uma moderna estação para carga e passageiros, atendendo às necessidades da região litorânea, da Baixada Maranhense e da cidade de Alcântara, por meio das rotas marítimas e fluviais. O cais passou por uma reestruturação completa e agora oferece comodidades como uma área para lanches e uma sala de espera.

A manutenção da rede elétrica subterrânea do Centro Histórico foi a quarta obra de destaque desta etapa. Completada em 2001, essa empreitada teve como objetivo

principal substituir de maneira mais ampla a antiga rede elétrica aérea, eliminando postes de concreto, pesados transformadores e complexas fiações que prejudicavam consideravelmente a harmonia das fachadas dos imponentes casarões, afetando a beleza do conjunto arquitetônico. O sistema obsoleto foi substituído por uma moderna rede subterrânea de distribuição, composta por dez centros de transformação abrigados. Além disso, foi instalado um novo sistema de iluminação pública, com postes de ferro fundido, luminárias e arandelas que reproduzem o charme dos antigos lampiões a gás, recriando a paisagem urbana do século XIX e, ao mesmo tempo, garantindo a confiabilidade da rede elétrica de distribuição.

Foram cerca de 1.048 km de redes e nova iluminação pública, o que trouxe melhorias significativas em termos de segurança nas ruas, praças e outras áreas públicas, beneficiando toda a comunidade do bairro de forma igualitária, sem distinção. No mesmo ano, ocorreu também a revitalização da rede de telefonia, em conjunto com a rede elétrica.

A reestruturação da estação de tratamento de esgotos do rio Bacanga teve como objetivo principal eliminar mais de 30 pontos de despejo de esgoto sem tratamento que estavam localizados nas margens do rio Bacanga, na periferia do Centro Histórico. Essa iniciativa complementou outras intervenções voltadas para o saneamento da região. Esse investimento também proporcionou uma alternativa para reduzir os impactos ambientais negativos no canal do Portinho, onde ocorre o desembarque do pescado, uma atividade econômica vital para o bairro do Desterro.

Em seguida, ocorreu a urbanização do canal do Portinho e a restauração de edificações. A urbanização do Portinho teve como objetivo transformar uma das áreas mais degradadas do Centro Histórico, localizada na fronteira da área do Patrimônio da Humanidade, em um espaço urbano revitalizado. Essa área possui um valor urbanístico significativo, não apenas devido à sua localização privilegiada, mas também devido às características tipológicas das edificações presentes, que estão associadas à diversidade de usos, incluindo atividades relacionadas à pesca artesanal. Infelizmente, essa obra não pôde ser concluída devido à falta de recursos suficientes.

Além das reformas na infraestrutura do bairro, o programa também se dedicou à recuperação de diversos imóveis, adaptando-os para usos de interesse social e com o objetivo de promover a revitalização socioeconômica da região. Isso incluiu a criação de novos espaços para a comunidade, como escolas, centros culturais, centros de

treinamento profissional, lojas e apartamentos. Destaca-se, entre essas restaurações, a criação da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, a Escola de Música do Estado – Solar Lilah Lisboa e o Centro de Capacitação Tecnológica (CETEMA). Essas iniciativas visaram promover o desenvolvimento e proporcionar novas oportunidades para a população da capital.

Outro aspecto importante do projeto foi a promoção da instalação de centros culturais. Esses projetos visavam consolidar a presença de casas de cultura, museus e instituições culturais na região, contribuindo para a preservação de seus próprios acervos, bem como dos imponentes sobrados, que se tornaram atrações e pontos de interesse na área. Como resultado desses investimentos, temos o Solar dos Vasconcelos – Memorial do Centro Histórico, cuja obra foi concluída em 2001. O solar, um dos exemplares mais valiosos do conjunto arquitetônico colonial, foi reconstruído e adaptado para abrigar o memorial, além das sedes do Patrimônio Cultural e do PPRCHSL.

Além disso, ocorreu a instalação do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, inaugurado em 2002. Seu objetivo é realizar pesquisas e registros de acervos, servindo como referência para a implementação de políticas de gestão do patrimônio arqueológico e paleontológico. Ao mesmo tempo, o centro atua na conscientização e divulgação desses assuntos, por meio da adoção de políticas de educação patrimonial.

Além das mencionadas anteriormente, outra importante obra foi a reforma do Teatro João do Vale, concluída em 2001, que assegurou de forma definitiva a recuperação e adaptação dos antigos galpões de açúcar da Praia Grande para esse fim. Essa reforma proporcionou a revitalização desse espaço cultural e histórico. Também foram realizados outros projetos com o objetivo de valorizar a cultura popular. Em colaboração com a Secretaria de Estado da Cultura, foram estabelecidos a Casa de Nhozinho e a Casa do Maranhão.

A Casa do Maranhão teve suas obras concluídas em 2002 e anteriormente abrigava a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) e o Tesouro Estadual. Ela se tornou um centro de referência da cultura popular maranhense, fornecendo informações sobre a história da fundação e evolução urbana da capital, bem como sobre as contribuições das culturas negra e indígena.

A obra da Casa de Nhozinho foi concluída em 1999, como resultado de um projeto desenvolvido pela equipe do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho,



sempre em colaboração com a Comissão de Folclore. A casa recebeu esse nome em homenagem ao renomado mestre da cultura popular maranhense, Mestre Nhozinho, que era escultor das festas de Bumba Meu Boi. Atualmente, a casa continua em funcionamento, porém requer manutenção e maior atenção por parte do Estado para preservar seu legado e garantir seu pleno funcionamento.

Durante essa fase, também foram desenvolvidos projetos de habitação no Centro. O objetivo era incentivar a preservação do uso residencial no bairro, com foco nos funcionários públicos. Foram criadas facilidades para tornar o projeto mais atrativo e viável para esse público específico. A intenção era promover a revitalização da área e estimular a permanência de moradores no Centro Histórico, contribuindo para a vitalidade e a preservação desse importante patrimônio urbano.

Durante esse período também foram realizadas obras com foco na prestação de serviços à comunidade, como o Instituto Osvaldo Cruz. Concluído em 2001, esse instituto é um centro de atendimento e assistência médica do Estado. Além disso, o Viva Cidadão foi inaugurado em 1999, resultado de uma iniciativa das Secretarias de Administração, Estado de Justiça e Cidadania, e da Secretaria de Solidariedade Humana. Galpões do porto da Praia Grande, que estavam em desuso, foram reabilitados para abrigar o Viva Cidadão. Esse centro possui certificação ISO 9001 e oferece um atendimento rápido e desburocratizado, reunindo uma ampla rede de entidades federais, estaduais e municipais para prestar serviços à população.

Seguindo a mesma proposta, em junho de 2001, foi inaugurada a Casa da Cidade, que funcionava como sede da Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA) e oferecia atividades de cadastramento, licenciamento e consulta de informações para o comércio. Essas instalações também atraíram um numeroso público de cerca de 1.300 usuários para o Centro Histórico, ampliando ainda mais os serviços disponíveis na região e beneficiando a comunidade local.

O PPRCHSL, com o auxílio de recursos da iniciativa privada e da Lei Rouanet, promoveu as obras de restauração do conjunto composto pela Catedral Metropolitana e pelo Palácio Episcopal. Em 2001, a Igreja do Desterro também passou por um processo de restauração abrangendo elementos como obras de arte sacra, altares, retábulos, esquadrias, assoalhos, forros, instalação elétrica e revisão das instalações hidráulicas e sanitárias. Essas intervenções garantiram a conservação dessa igreja tradicional do bairro, que ocupa uma área de 466 m<sup>2</sup>.

Dentro do Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano, o PPRCHSL realizou a transformação de terrenos baldios, que anteriormente representavam focos de degradação para a área, em praças públicas e espaços de convivência comunitária. Essas áreas revitalizadas se tornaram cenários e palcos para festas populares, festivais e outras atividades culturais, sendo importante territorialidade contribuindo para a promoção de eventos culturais e objetivava fortalecer o vínculo entre os moradores e a comunidade local. Essa iniciativa teve um impacto positivo no aspecto visual do bairro e na qualidade de vida dos seus habitantes, tornando esses espaços mais agradáveis e seguros para o uso e desfrute de todos.

## 2.9 A SEXTA ETAPA

A sexta fase ocorreu de 2002 a 2006. Durante esse período, é importante mencionar a conclusão de quatro edifícios incluídos nos projetos de habitação no Centro Histórico, cujas obras foram iniciadas na fase anterior. Essas edificações foram transformadas em residências para funcionários públicos, apresentando uma estrutura de qualidade, além de contar com 15 estabelecimentos comerciais nos seus térreos. Além disso, o IPHAN realizou a estabilização de dez grandes casarões que estavam em risco de desabamento. Adicionalmente, foram estabelecidas cinco escolas que trouxeram benefícios diretos e indiretos para a comunidade.

Um dos projetos de destaque nessa fase foi a implementação do estaleiro escola/Sítio Tamancão. Esse projeto consistiu na criação de um centro de treinamento em carpintaria naval, ocupando uma área de 3.000 m<sup>2</sup>, com o objetivo de preservar as técnicas tradicionais de construção de embarcações artesanais no Maranhão. Além de preservar a tradição, o projeto também impulsionou a geração de empregos e incentivou atividades relacionadas às embarcações regionais.

Em 2005, foi inaugurada a nova sede da Universidade Virtual do Estado do Maranhão, localizada no bairro da Praia Grande. Essa instituição funcionou como uma plataforma de comunicação dedicada à educação. Também foi estabelecida uma escola técnica, iniciativa da Secretaria de Saúde do estado, no centro histórico, com o propósito de capacitar profissionais na área de enfermagem.

As intervenções realizadas no Centro Histórico de São Luís representam uma forma específica de intervenção urbana, promovendo alterações na paisagem urbana

através de expressivas intervenções arquitetônicas. Essas transformações visam atender às exigências de valorização imobiliária, segurança, ordenamento e limpeza urbana, tendo a sua utilização e reapropriação por parte das classes média e alta. O resultado dessas intervenções frequentemente se traduz em espaços que, embora visualmente atrativos, podem intensificar a segregação socioespacial, estabelecendo demarcações que fragmentam o espaço em diferentes lugares (Leite, 2009).

Quando o processo de refuncionalização é em centros históricos, o processo agrega características adicionais. Além de reforçar simbolicamente a noção de pertencimento ao lugar – um processo que nem sempre ocorre de forma nítida - através da retraditionalização da cultura local, essas intervenções ampliam as oportunidades de visitação e interação com os espaços históricos. Ao mesmo tempo, promovem a destraditionalização do patrimônio, conforme destacado por Fortuna (1997), e a espetacularização da cultura, integrando-a à cultura de consumo (Featherstone, 1995). Dessa forma, a revitalização não apenas preserva a história, mas também a torna acessível e atrativa para um público mais amplo, contribuindo para a dinâmica cultural e social da comunidade.

A análise da valorização da “cultura” no contexto dos processos preservacionistas busca elucidar as operações das forças supranacionais, identificando as causas subjacentes à adoção de um modelo ocidental de mundo. Este enfoque destaca, conseqüentemente, as assimilações resultantes dessa modelagem no centro antigo. Notadamente, o marketing e as mensagens publicitárias disseminadas pela mídia tornaram-se elementos recorrentes nesse panorama, ressaltando a potencialidade dos núcleos históricos e fomentando a exploração do patrimônio em distintas regiões.

A valorização da cultura nos processos de preservação reforça as complexas dinâmicas que guiam e permeiam a influência das tendências globais e a preservação do patrimônio local. O poder público aliado ao poder da mídia e da publicidade ressaltam a importância de compreendermos a complexa rede de relações que redefine e molda os centros antigos, juntamente com o processo que incentiva uma exploração consciente do patrimônio cultural.

Haug (1997) alega que a estética da mercadoria é o elemento que neutraliza as relações sociais de desigualdade que, cimentado por ideologias, torna neutra ou natural a realidade de exploradores e explorados. Assim posto, o modelo de preservação vai aos poucos sendo estabelecido, com papel inédito delegado ao poder público, de salvar a cultura, cuja atuação se restringe em

criar lastros de fragmentos de operações pontuais e a implantação da política do 'patrimônio e circo'. (Silva, 2010, p. 61)

As representações sociais que o público possuía em relação ao Centro Histórico foram redesenhadas devido à manipulação econômica e política empreendida através do Projeto Reviver. Termos como memória, pertencimento e identidade foram incessantemente utilizados para convencer a população da importância do projeto. Silva (2010, p. 94), baseada nos estudos de Moscovici (2003), diz que “a criação desta linguagem é uma estratégia que, através do emprego de palavras associadas a novos sentidos, cria representações: “uma vez conseguido isso, as palavras obtêm seus sentidos específicos, e esses, por sua vez, justificam seu uso”.

Mesmo com o descaso do poder público e das classes dominantes, e a presença da população pobre, a Praia Grande mantém seu legado arquitetônico, legado este que representa a memória de uma época marcada pela riqueza e abundância de uma classe social. O projeto Reviver não pode ser dissociado das estratégias de marketing utilizadas para encobrir o cotidiano urbano do bairro, criando uma percepção superficial. O centro antigo, apesar de habitado, era habitado pelas classes populares, o que foi utilizado para atribuir a essa área a ideia de decadência.

Entre a utopia e a mídia criadas, a ampla influência da produção de imagens e mensagens, principalmente as que permeiam a percepção humana, constituem uma ordem cultural nova que caminha em direção à construção do imaginário. Essa influência reflete-se na transformação da perspectiva que o indivíduo percebe a realidade que foi moldada pelo espetáculo.

### 3 OS USOS E CONTRA-USOS DO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

Neste capítulo pretende-se abordar a diversidade cultural que ocupa e tenta ocupar os espaços públicos do centro de São Luís. Entre a manifestação que agrada a classe média e o cotidiano de quem vive e o ocupa o centro, a cultura sustenta a cotidianidade do bairro. Serão discutidos não só os usos como também os contrausos desses espaços. Quem ocupa e para quem é a cultura massificada exibida na mídia? Indo além do patrimônio cultural, discutiremos algumas manifestações presentes no centro. A primeira será A Batalha de *Hip Hop* na Praça, que ocorre semanalmente pelo centro; a segunda é O Tambor de Crioula e as rodas de samba; e, por último, o carnaval de rua.

Antes de se falar sobre espaço público se faz necessário falar sobre espaço. Milton Santos (1996) diz que o espaço é um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos, não entre estes especificamente, mas para os quais eles servem de intermediários. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais.

Ainda sobre espaço, Milton Santos (1996) afirma que existem três modos de agir no espaço geográfico: o Agir Técnico, que engloba todo fenômeno técnico (tecnologias e técnicas na totalidade, materialidades, trabalho); o Agir Formal, que corresponde às esferas jurídicas, as leis e normas reguladoras da ordem e de gestão do espaço; e o Agir Simbólico, que define as ações políticas, sensoriais e culturais.

Falar do espaço é complexo, principalmente reduzi-lo a uma única análise. Sua definição é flexível e mutável, devendo-se considerar sua totalidade para analisá-lo. Harvey (1980) diz que o espaço é composto por sua imaterialidade da dinâmica social e pela materialidade das infraestruturas do espaço. Utilizar desses conceitos geográficos para analisar o espaço urbano e seus processos ao longo do tempo é de grande valia para análise e construção de políticas em prol da sociedade. Um olhar geográfico sobre o espaço é um diálogo entre o material e o imaterial; analisando as transformações do espaço, seja física ou em seus usos, não excluindo nenhuma parte (Oliveira, 2019).

Reforçando o que foi dito no parágrafo anterior, Gomes (2012) enfatiza que existem duas formas de se compreender o espaço: forma física, que analisa a estrutura física do espaço e é mais utilizada por planejadores e arquitetos. Tende a

ser uma análise mais simplista; e forma abstrata, que analisa a vida democrática e a vida política.

Definir espaço público é um processo complexo, portanto não pode ser analisado de forma simples e rasa. Refletir sobre o conceito de espaço público obriga a pensar o espaço como um recurso, um produto e como uma prática social, política e simbólica (Narciso, 2009).

Os lugares ao longo do tempo desenvolvem atributos que os tornam mais uniformes ou mais distintos. Cada lugar carrega sua própria complexidade em que as interações entre os indivíduos e o espaço moldam de forma singular a estrutura socioespacial.

Normalmente, associamos o espaço público a espaços acessíveis para todos, em que os indivíduos têm a liberdade de agir sem prejudicar ninguém, porém a função do espaço público não é tão simples. A respeito disso, Soriano (2006) explica que urbanisticamente falando, o espaço público é destinado para convívio e uso comum da população, exercendo diversas funções em diversos setores da vida como festas, trabalho, religião e música.

Todo espaço urbano é antes uma *public property* (Gulick, 1998): nele podem ser instituídos, ou não, práticas sociais que venham a caracterizar a dimensão propriamente política dos espaços públicos [...] Um espaço urbano somente se constitui em um espaço público quando nele se conjugam certas configurações espaciais e um conjunto de ações. (Leite, 2002, p. 116)

A prática socioespacial é uma atividade prática, reconhecida como componente crucial para a reflexão sobre a urbe, sendo através destas práticas que os habitantes transformam o espaço urbano. É nessa interação com o espaço que ocorrem as variadas manifestações sociais. As relações sociais não são o único fator de transformação do espaço, é junto das relações de produção e de acúmulo de capital (Lefebvre, 1991) que se transformam constantemente a realidade socioespacial.

As discussões realizadas anteriormente sobre direito à cidade derivam das discussões a respeito da produção da vida humana e dos espaços urbanos. Como abordado anteriormente, o conceito de direito à cidade parte de uma perspectiva revolucionária sobre o acesso e uso urbano dos espaços que se fundamenta em contraposição ao valor de troca. Isso resulta em uma abordagem de formação

socioespacial que se distancia do paradigma capitalista, notadamente daquele guiado por razões financeiras.

Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que 'o urbano', lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utiliza os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização. (Lefebvre, 2001, p. 118)

Nesse trecho é notório o teor revolucionário dos estudos de Lefebvre, assim como também se percebe a banalização que o conceito teve em seu sentido. Acabou sendo diminuída a garantia de direitos institucionais e elitistas. Harvey (2012), repensando o conceito de direito à cidade, explica:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos [sic]. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (Harvey, 2012, p. 74)

O direito de reconstruir as identidades seja individual ou coletiva da cidade que vivemos ou a própria é um direito que nos foi subtraído. Partindo desse cenário, têm emergido de forma crescente nas grandes metrópoles urbanas manifestações de insurgência urbana protagonizadas por artistas, movimentos artísticos pautados por um caráter anticapitalista, ativistas etc. Essas manifestações artísticas demandam um esforço contínuo para reivindicar autonomia criativa e questionar normas limitantes da capacidade de determinação e autossuficiência, seja coletiva ou individual, redefinindo o tecido sociocultural das áreas urbanas. Poderíamos afirmar que essas manifestações culturais dão novas formas de uso ao espaço e buscam seu direito à cidade?

As manifestações culturais são a forma de representação da socialidade de um povo, são componentes da preservação de culturas. Originadas da ação social, são transformadas de acordo com a mudança de costumes e hábitos dos diversos grupos

sociais. Possuem também o papel de fornecer uma melhor relação do indivíduo com o meio.

Conforme comenta Del Priore (2000), o momento festivo tem sido celebrado ao longo da história dos homens como um tempo de utopias, ou seja, tempo de fantasias e liberdades, de ações vivazes, mas também de frustrações, revanches e reivindicações de vários grupos. (Oliveira; Calvente, 2012, p. 82)

A partir do entendimento da festa como manifestação da cultura de um povo, deve-se considerá-la tão dinâmica quanto a própria cultura, modificando-se com o tempo e de acordo com as relações estabelecidas, ou seja, ela [...] existe em processo, em movimento, convive com a realidade dinâmica do cotidiano e transforma a si própria sempre que necessário'. (Calvente, 2004, *apud* Oliveira; Calvente, 2012)

A maior parte das manifestações ocorridas no Brasil tem como cenário principal o espaço público, como praças, largos e parques e conchas acústicas. Isso ocorre principalmente por suas localizações estratégicas e o fácil acesso. Esses espaços desempenham diversas funções, seja lazer ou comercial, além de representar um momento de sociabilidade de um povo. De acordo com Bezerra (2008, p. 9), “a festa é, do ponto de vista da geografia, uma oportunidade de primeira ordem para compreender a natureza do laço territorial.”

As manifestações representam a forma que os diversos grupos se identificam com o espaço, como o percebem e como o valorizam. Durante muitos séculos, as festas possuíam cunho religioso, sendo de costume que deuses e santos fossem o centro das festividades. Foi durante a Revolução Francesa que as festas começaram a mudar seu foco, passando a cultuar homens vivos.

As diferentes formas de ocupar o espaço urbano nos mostra os diferentes fluxos presentes na cidade, é uma nova forma de interpretá-la, esses fluxos representam a vida na cidade. Lefebvre (1991) trata as festas com caráter econômico, e nota-se em suas análises uma espacialidade referente às festas:

Não existe realidade social fora do espaço e este passa a ser o elemento central de estruturação da sociedade moderna, a Festa se espacializa na cidade, ganha forma e contorno em seus limites. Portanto, a Festa pode (e deve) ser observada como um fenômeno espacial, seja nos terreiros de candomblé de Salvador, nas ruas históricas das cidades mineiras durante a Semana Santa com seus efêmeros tapetes representando a Paixão de Cristo, nas *raves* que reúnem milhares de jovens em torno da música eletrônica em algum ponto da metrópole ou ainda nos botecos bares de qualquer periferia brasileira. (Souza, 2013, p. 28)



Restringir a análise das manifestações e festividades à sua esfera material não é viável. Além da dimensão material, é essencial considerar as dinâmicas das relações sociais e interações entre grupos diversos. Embora Durkheim não tenha elaborado estudos diretamente sobre as festas, suas contribuições significativas relacionam-se entre as celebrações festivas e os rituais religiosos, conforme discutido em sua obra “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, publicada em 1912. A partir de Durkheim, pode-se apreender a relação existente entre o rito religioso e as festividades, pois, como afirma o autor, “até mesmo as festas laicas têm características próprias da religião” (Souza, 2013, p. 38).

Diz ainda, em Souza (2013, p. 39), que “interpretada como um ato coletivo e fenômeno massivo, a Festa faz com que o homem seja transportado para fora de si, rumo ao divino e ao grupo, em tempos e espaços separados para isso, ou seja, tornados sagrados”. Durkheim fala sobre a “efervescência social” para abordar o sentimento de pertencimento a um grupo. Souza (2013) utiliza como exemplo a umbanda e o *funk*, e diz que:

O que sobressai nessa relação de proximidade entre o rito sagrado e a Festa é exatamente a superação das distâncias entre os indivíduos e/ou entre o adorador e a divindade. A ‘efervescência’ está na reunião das galeras as quadras onde acontecem os bailes, simplesmente para dançar, cantar e, por que não, formar brigas entre gangues rivais. Está também na movimentação dos corpos em transe pelos terreiros ao som de atabaques, preces e cantos. (Souza, 2013, p. 39)

Essa conexão entre as pessoas e o núcleo das festividades revela um aspecto fundamental da natureza humana: a busca por pertencimento e significado. Seja em celebrações religiosas que fortalecem laços espirituais, ou em eventos de entretenimento que proporcionam momentos de diversão e apreciação artística, as manifestações culturais desempenham um papel crucial na formação de identidades coletivas. A “efervescência” presente nessas ocasiões destaca a importância das relações sociais e das interações entre grupos, reforçando a ideia de que as festividades não são meros eventos isolados, mas expressões dinâmicas da coletividade.

Lefebvre cita uma cotidianidade lúdica para ir contra a cotidianidade repetitiva (Carlos, 2020), produto de um modo de produção guiado por normas e privações excessivas do nosso cotidiano. Essa ludicidade pode ser interpretada como a capacidade de brincar com a realidade (Debortoli, 1999, p. 115).

É transformando o cotidiano que abrimos o caminho para transformar a cidade e reivindicar o direito de transformar a cidade. Reivindicar o lazer e o lúdico na cidade torna-se mais que uma manifestação, é um ato revolucionário e resistência diante da cotidianidade imposta pelo capitalismo.

Ao compreendermos as manifestações como meios de identidade e interconexão, tornamo-nos mais conscientes da riqueza e diversidade presentes nessas expressões humanas. As festividades não apenas enriquecem a vida social, mas também oferecem um espelho reflexivo das aspirações, valores e diversidades que moldam as comunidades em que ocorrem.

### 3.1 “SE TU AMA ESSA CULTURA, COMO EU AMO ESSA CULTURA, GRITA *HIP HOP*” - AS BATALHAS DE RIMA NA PRAÇA

No início da década de 1970 em Nova Iorque nos Estados Unidos, jovens negros e imigrantes caribenhos criam um movimento cultural de reapropriação do espaço urbano chamado de *Hip Hop*, integrando o grafite como manifestação visual, *rap* de forma musical e o *break*, como expressão corpórea. O *hip hop* é uma expressão cultural de resistência contra a segregação racial (Santos, 2008). No Brasil, o primeiro componente dessa cultura a se estabelecer foi o *break*, uma forma de dança que teve origem no contexto do *Hip Hop*. Jovens que frequentavam os bailes *black* nos anos 1970 reuniam-se nas estações de metrô na cidade de São Paulo para praticar essa nova expressão, gradualmente introduzida pela mídia.

O *Hip Hop* começou a se expressar em São Luís no início da década de 1980, e ao longo das décadas de 1990 e 2000, a capital do Estado do Maranhão consolidou-se como uma das movimentações mais significativas da cultura de rua no Brasil (Alves e Santos, 2021). Durante a década de 1980, São Luís enfrentava a consolidação da atividade industrial e o espraiamento das periferias, principalmente em direção da região do Bacanga e sudeste da ilha (Burnett, 2012). As formas de resistência à modernidade e a expulsão da população pobre de outras áreas da cidade eram as manifestações, seja elas por meio de ocupações, ou através da arte como o *hip hop*.

Nesse mesmo período, a cultura de rua alcança a cidade de São Luís, sendo disseminada através de videocliques, revistas e filmes, e manifestou-se inicialmente pela dança do *break* (Alves; Santos, 2021). A partir de 1983, jovens pioneiros, inicialmente associados ao chamado *beat street*, passam a se reunir no Centro

Histórico, especificamente no antigo Cine Monte Castelo (Santos, 2008). Como resultado desses encontros no centro, observa-se o gradual surgimento dos primeiros grupos de *break* nas periferias da cidade, como o Dente de Sabre (bairro da Cohab), o *Spectro Break* (bairro da Liberdade), o *Electro Dance* (Monte Castelo) e o *Break Funk Street* (Maiobão).

Conforme descrito por Dias (2002), uma parcela da juventude de São Luís desenvolveu interesse pelo estilo de dança posteriormente denominado *break* ao assistir aos filmes “*Flash Dance*”, “*Break Street*” e “*Beat Street*” no antigo cine Monte Castelo, durante os anos de 1983/1984. Além disso, as apresentações de Michael Jackson na televisão também desempenharam um papel crucial nesse despertar de interesse. Antes de ser reconhecida como *break*, essa forma de dança era referida simplesmente como dança americana.

É fato que a globalização afetou as culturas, gerando uma homogeneização e deixando em risco as particularidades das identidades e culturas regionais. A globalização criou um determinado modo de vida condicionando os processos identitários ao consumo. A respeito da indústria cultural globalizada e o impacto nas culturas locais, Canclini (2005) desenvolve alguns conceitos como hibridismo que refere-se ao pressuposto de que não existe uma cultura pura e a globalização intensifica a interculturalidade.

A ênfase na hibridização não só encerra a pretensão de estabelecer identidades ‘puras’ ou ‘autênticas’. Mas também, põe em evidência o risco de delimitar identidades locais autocontidas, ou que tentem afirmar-se como radicalmente opostas à sociedade nacional ou à globalização. Quando se define uma identidade mediante um processo de abstração de características (língua, tradições, certas condutas estereotipadas) se tende frequentemente a desprender essas práticas da história de misturas em que se formaram. Como consequência, absolutiza-se um modo de entender a identidade e excluem-se as maneiras heterodoxas de falar a língua, fazer música ou interpretar as tradições. Acaba-se, em suma, obturando a possibilidade de modificar a cultura e a política. (Canclini, 2005, p. 17)

Ao abordar a mesma problemática de uma perspectiva única, Stuart Hall examina a questão da identidade cultural através do conceito de diáspora, ou seja, a identidade não se limita à sua origem; é moldada durante o processo de diáspora, caracterizado pela colonização e escravidão do povo negro, que foi compelido a deixar sua terra natal e reconstruir sua cultura em um contexto de domínio estrangeiro. Essa abordagem identitária é construída através de um processo de tradução cultural.

A identidade diaspórica reorganiza as novas informações culturais resultando no hibridismo que não pode ser separado de sua “autenticidade”. A identidade desdobra-se em um processo dinâmico de negociação e renegociação, no qual as influências culturais moldam uma identidade em constante evolução.

Em seus estágios iniciais na cidade de São Luís, o *hip hop* estabeleceu conexões com outras práticas culturais periféricas, promovendo a união de jovens oriundos de diferentes bairros, notadamente através das conhecidas “galeras”. Estes grupos de jovens, em busca de lazer, congregam em seus membros uma parcela expressiva de entusiastas do *break*, conforme evidenciado nas pesquisas de Santos (2007; 2008; 2015), Dias (2002; 2009), Costa (2015) e Alves e Santos (2021).

Essa interconexão entre o *hip hop* e as manifestações periféricas revelam não somente uma expressão artística, mas também um fenômeno sociocultural que transcende o espaço dos bairros. Essa dinâmica não apenas influencia a disseminação do *hip hop*, mas também contribui para a formação de identidades culturais compartilhadas entre os participantes. A presença significativa de adeptos do *break* nesse contexto destaca a importância da expressão corporal como uma forma de comunicação e afirmação cultural. O *break*, além de seu papel central no *hip hop*, serve como um meio através do qual os jovens periféricos podem se expressar, reivindicar sua presença e estabelecer uma identidade única em meio às dinâmicas urbanas. Nesse sentido, o *hip hop* não é apenas um gênero musical, mas um fenômeno cultural que se entrelaça com a vida cotidiana e as experiências dos jovens nas comunidades periféricas de São Luís.

Tal processo, delineando a aurora do *hip hop* ludovicense em torno do circuito de bailes com *break*, não ocorreu sem contradições: se por um lado a dança da cultura *hip hop* logrou visibilidade, tanto dialogando com a capoeira ou com o *reggae* quanto movimentando concursos e propagandas veiculados nas emissoras de rádio e televisão locais, por outro lado, foi alvo de um amplo processo de criminalização, resultando, no ano de 1986, na proibição da prática das rodas de *break* na cidade. (Alves; Santos, 2021, p. 1.186)

As práticas culturais das classes marginalizadas, especialmente das comunidades negras, sempre enfrentaram perseguições ao longo da história brasileira. Estes casos representam apenas mais alguns exemplos do tratamento desigual dispensado às expressões dos setores oprimidos. Os estágios iniciais do *Hip Hop* em São Luís não foram marcados apenas por festas, concursos e reconhecimento, pois, como observa Costa (2015), a construção da identidade dos

jovens considerados “normais” recebe um grande investimento da mídia, retratando uma juventude padrão da América.

Por outro lado, grupos considerados fora da ordem do que é visto como “normal”, são frequentemente estigmatizados, pois são percebidos como uma ameaça à ordem social estabelecida. Assim, *regueiros*, *rappers* e *breakers* tornam-se alvos frequentes de discriminação veiculada também pela mídia. Nesse contexto, o *break* em São Luís pelo menos em seus estágios iniciais, de uma certa estereotipação associando a dança à violência e ao crime.

Esta forma de dança produzida por jovens, em sua maioria negros, provenientes de bairros periféricos e ainda não totalmente conhecida pelo grande público, caracterizada por passos rápidos, cortes bruscos e rupturas corporais, estranha aos padrões estéticos da *Dance Music*, inevitavelmente suscitou preconceitos e resultou em uma constante discriminação. A resistência por meio da cultura não apenas questiona a imposição da cultura dominante, mas destaca a importância da luta por causas diversas.

É possível perceber que as formas de mobilização da população negra, em busca de lazer no espaço urbano, sempre foram consideradas ameaçadoras da ordem social pelas elites dominantes, sendo denunciadas através da Imprensa e reprimidas pela polícia. (Silva, 1995, p. 36)

Oriundo das periferias de São Luís, observa-se a consolidação e o fortalecimento do circuito *hip hop*. Esse processo é impulsionado pela interação entre a militância local e movimentos externos a São Luís, resultando na dinamização desse circuito, com variáveis centradas nas periferias da metrópole. Essas dinâmicas envolvem indivíduos, organizações e eventos artísticos, bem como discussões e seminários temáticos, todos significativamente relacionados à questão negra.

Analisar o cotidiano no qual os jovens impulsionaram o movimento *Hip Hop* é essencial para captar as dimensões de suas práticas educativas, políticas e culturais, assim como os diversos elementos que deram origem a esse movimento. Ressalta-se que o processo acelerado e desordenado de urbanização na ilha de São Luís, nas décadas de 1980 e 1990, trouxe impactos significativos, tanto em termos de desenvolvimento econômico-social quanto no agravamento das problemáticas sociais.

A rápida transformação da paisagem urbana não apenas redefiniu o ambiente físico, mas também moldou profundamente as dinâmicas sociais e a vivência diária dos jovens. Esse contexto de mudança rápida proporcionou o terreno fértil para o surgimento do movimento *Hip Hop*, que transcendeu seu papel como expressão artística para se tornar uma ferramenta de resistência e afirmação identitária diante das complexidades urbanas.

A prática socioespacial é uma atividade prática, identificada como elemento-chave para a reflexão sobre a urbe, sendo através destas que os habitantes transformam o espaço urbano. É nessa interação com o espaço que ocorrem múltiplas manifestações sociais. As relações sociais não são o único fator de transformação do espaço, é junto das relações de produção e de acúmulo de capital (Lefebvre, 1991) que se transforma constantemente a realidade socioespacial.

Embora o desenvolvimento econômico e social tenha trazido avanços, também intensificou desigualdades e desafios sociais. O *Hip Hop*, ao emergir nesse cenário, tornou-se um reflexo das aspirações, desafios e resistências dos jovens diante das transformações urbanas e sociais que moldaram a São Luís contemporânea. O *hip hop* vai além do âmbito artístico, revelando-se como um fenômeno intrinsecamente conectado às dinâmicas complexas e multifacetadas da cidade.

“Se tu ama essa cultura, como eu amo essa cultura, grita *hip hop*” é assim que se iniciam as famosas batalhas de rima nas praças de São Luís. O movimento das batalhas de rima surgiu em 2015, sem patrocínios e fins lucrativos com o intuito de promover conhecimento cultural e lazer para as periferias.

As batalhas de rima nem sempre possuem patrocínio e acontece em diversos bairros da cidade como Liberdade, Vila Embratel, Cidade Operária, porém aqui focaremos nas ocorridas no Centro de São Luís. Normalmente acontecem em formato de inscrição, os jovens reúnem-se em rodas e nesse meio dois *rappers* disputam quem rima melhor, e o público e os jurados decidem quem se saiu melhor. Os *rounds* são eliminatórios e as batalhas ocorrem até que haja um vencedor da noite.

Os temas raciais, violência, saneamento, gênero e outras situações que estão presentes na realidade das periferias e comunidades compõem as rimas. As batalhas reúnem geralmente a população local e pessoas de outros bairros, ocupando espaços públicos, geralmente as praças. As rimas são acompanhadas por *beatbox*, normalmente há um DJ convidado. Em vídeo publicado no *Youtube* em 2019, uma

das rimas de CID chamada de Manifesto Subversivo feita em um dos eventos de batalha, exemplifica o uso desses temas:

[...] Onde a ordem é a desordem, e o progresso é o regresso;  
 Ordem é a desordem, progresso é o regresso!!  
 O pátria amada, diz que tu me ama, mas tu nunca me amou  
 Olho pra favela, becos e vielas lá está o povo que tu sempre escravizou  
 Não há nem um motivo para te amar pois liberdade não há  
 Somente um coração estraçalhado, amargurado por ver o meu povo sofrer  
 Lutando a vida inteira pra no final não ter o mínimo!  
 Pura violência, decadência, tu fizeste pátria, com que teu próprio filho  
 revoltasse contra ti ao ponto de nunca mais recuperar sua confiança.  
 Quando criança, me falaram que eu era a esperança, mas eu cresci e vi,  
 verdadeiramente como a locomotiva anda... Na verdade, desanda! [...]

As batalhas acontecem em maioria na praça Benedito Leite durante a noite, reunindo diversos jovens. Mesmo a organização do evento sempre fornecendo uma estrutura e organização, o evento ainda sofre represálias pela polícia militar. Em matéria publicada em 2019, alguns MCs estavam participando de um evento na Praça Deodoro no centro de São Luís e foram detidos. Na página do *facebook* do Movimento *Hip Hop* Militante Quilombo Brasil, foi narrada a situação:

Dois MCs foram detidos, Higo e Zook, sendo que o último sofreu várias agressões com socos no peito e cacetadas nas costas. A ação foi tão descabida que até os PMs que se encontravam no local do evento ficaram apenas observando essa ação absurda e racista. Os dois MCs foram conduzidos para o 1º DP, onde logo na sequência foram acompanhados por militantes do Quilombo Brasil, do Movimento Negro Quilombo Raça e Classe e um advogado da CSP Conlutas. (Bruzaca, 2019)

Ainda na mesma matéria, MC Zook comentou que não estavam com nada, nem bebida, apenas apoiando a cultura e guardas municipais foram para cima dele. Zook também conta que as agressões iniciaram após guardas falarem que levariam a namorada dele detida, pois estava sem os documentos, e ao questionar a ação, ele foi agredido.

Olhando para *Hip Hop*, fica evidente as ações deliberadas para invisibilizar e desarticulá-lo: a ausência de manutenção dos espaços, falta de incentivo financeiro para realizar eventos, falta de segurança e a marginalização dos grupos. A presença do movimento nos espaços públicos não representa apenas uma manifestação em sua presença física, mas configura-se como uma forma marcante de resistência que não somente evidencia um modo único de vivenciar a cidade, mas também emerge das identidades unidas nesses espaços.

Figura 10 – Batalha na Praça, 2019



Fonte: Facebook

Figura 11 – Batalha na Praça, 2023



Fonte: Instagram

Figura 12 – Batalha na Praça, 2023



Fonte: O Imparcial



Analisando as circunstâncias, podemos contemplar um exemplo marcante de contrauso do espaço. Leite (2002) define contrauso como uma quebra das normas de utilização impostas de um determinado espaço, as quais são originadas por interesses de grupos que detêm maior poder de consumo. A materialização de diferentes esforços e interesses por parte de grupos marginalizados fazem parte de um passo essencial para a concretização efetiva do direito à cidade.

Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente. (Leite, 2002, p. 116)

A praça Benedito Leite também é palco aos domingos da feirinha São Luís realizada pela prefeitura. A feira ocorre há seis anos na praça e promove atividades culturais e a comercialização de artesanatos, comidas típicas etc. Como descrito pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), setor responsável pela feira:

A Feirinha São Luís é um importante espaço de fortalecimento da economia e do turismo... Se consolidou como vitrine da cultura e dos costumes ludovicenses. A primeira edição do evento, que foi criado pela Lei n.º 6.871, de 23 de dezembro de 2020, aconteceu em 11 de junho de 2017.

Essa programação promovida pelo poder público visa atrair a classe média para o centro. A feira é uma forma do estado promover uma aproximação da população com o centro histórico de São Luís. Mesmo necessitando de manutenção, a feira ocorre em uma parte do centro mais higienizada e por mais que a feira atraia também um público mais diversificado que não é o alvo da atividade, existe todo um esquema de estrutura e segurança para que essa classe média se sinta segura no centro.

As transformações nos centros urbanos impulsionadas pelo lazer e consumo destinados à classe média visam proporcionar uma ampla oferta de bens e serviços de qualidade. Essa diversificação na prestação de serviços é uma espécie de convite à utilização desses espaços ao mesmo tempo que reforça a mudança essencial na natureza desses locais, transformando os espaços de sociabilidade e convívio em ambientes direcionados ao consumo. Essa dinâmica reflete não apenas uma busca

por comodidades, mas também uma reconfiguração nos propósitos originais desses espaços que tornam-se direcionados para proporcionar e incentivar o consumo.

Os processos de transformação do patrimônio em mercadoria cultural, ao guiar economicamente as políticas patrimoniais, podem desencadear ambiguidades. Ao mesmo tempo que esses processos podem diversificar e potencializar as formas de interação, por outro lado falham em promover sociabilidades duradouras. Os laços sociais estabelecidos nesses lugares “transformados” tornam-se excessivamente efêmeros, uma vez que não levam em conta os significados atribuídos aos bens patrimoniais, ou seja, para além da batalha de rimas, se o projeto da feirinha encerrasse que sociabilidades existiriam e reexistiriam na praça Benedito Leite? Se apenas o *Hip Hop* frequentasse a praça, qual benefício teria o poder público?

[...] Os lugares, quando erguidos pelos contra-usos no interior dos processos de gentrificação, podem representar formas táticas – especializadas e simbólicas – de criar singularidades, expressar dissensões e reivindicar direitos. Direitos de pertencer à cidade, de estabelecer itinerários próprios, de fazer do espaço público contemporâneo, enfim, um legítimo espaço político da diferença. Ao contrário de significar uma espécie de “privatização” do espaço público – pelo aparente excesso de segmentação especializada de modos de conduta pública –, a construção social dos lugares politiza o espaço urbano (qualificando-o como espaço público), na medida em que cada lugar, para se legitimar perante o outro – e a partir do qual se diferencia –, precisa igualmente ser reconhecido publicamente em sua própria singularidade. (Leite, 2002, p. 131)

A magnitude transformadora das batalhas de rima permeia diversos domínios, mas é nas esferas espacial e cultural que influenciam na consolidação desse movimento na cidade. Se atualmente os espaços públicos em São Luís são concebidos como locais de consumo, organizados hierarquicamente com base em sua localização e no público consumidor e na sua capacidade de gerar lucro, esses usos são concebidos a partir dos interesses do capital incorporados pelo Estado por meio de políticas públicas que modelam o espaço urbano seguindo a lógica da acumulação do capital (Lefebvre, 1991).

Quando o movimento *Hip Hop* se apropria do espaço público, desafiando ativamente os contrapontos e transgredindo as barreiras impostas pelas forças hegemônicas, ele se posiciona como um agente catalisador da atividade política na cidade. Ao promover encontros com outros grupos e quebrar a ausência de práticas de sociabilidade habituais nesses espaços, o *hip hop* não apenas desafia, mas nega a lógica capitalista que relega o cidadão à condição de mero consumidor (Santos,

2002). Nesse contexto, ele reforça de maneira contundente a legitimidade da busca pelo direito de ocupar a cidade.

Os embates que envolvem essas demarcações socioespaciais urbanas podem desencadear desde complexos confrontos políticos até a simples oposição de estilos de vida, manifestados por meio das práticas cotidianas de ritualizar códigos de conduta. Em ambos os cenários, é possível estabelecer as bases políticas para a utilização pública dos espaços urbanos, uma vez que as dinâmicas e interações sociais na cidade, que delineiam áreas através de condutas identitárias, frequentemente evidenciam manifestações rituais e cotidianas da política como uma expressão simbólica (Leite, 2000).

### 3.2 “VOU DAR UMA VOLTA NA ILHA, QUERO VER COMO TÁ, VOU ATRÁS DE COREIRA PRA LEVAR PRA MEU LUGAR” – AS RODAS DE TAMBOR DE CRIOLA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

Dentro da diversidade cultural das manifestações populares do Maranhão, o Tambor de Criola destaca-se como uma das manifestações mais ativas no cotidiano de São Luís e no interior do Estado. Conforme Magalhães (2014, p. 373), o Tambor de Criola é “uma dança afro-brasileira cuja principal característica coreográfica é a formação de um círculo com solistas dançando e se alternando no centro da roda”. Contudo, suas expressões artísticas e culturais vão além da dança. Os trajes característicos das coreiras<sup>1</sup>, assim como os elementos sincréticos que a dança apresenta, dão vazão às raízes africanas que ainda permanecem latentes na cultura maranhense.

---

<sup>1</sup> São as mulheres brincantes, que dançam e formam a roda bailando (Ferreira; Carvalho; Brussio, 2019).

Figura 13 – Tambor de Crioula, 2023



Fonte: Acervo da autora

E justamente por ter essa origem, que o Tambor de Crioula sofreu – e sofre – severas repressões imbuídas de racismo, sejam elas de cunho religioso, ou por segregação dos espaços urbanos, os quais são considerados inadequados ao convívio com essa manifestação cultural oriunda das classes mais desprivilegiadas e pretas das cidades, e isto se configura tanto no Centro de São Luís como nos interiores do Estado (Silva; Santos; Brustolin, 2019). Contudo, é na capital maranhense que se observa mais evidentemente a segregação socioespacial vivida pelos fazedores de cultura e adeptos dessa expressão popular (Figura 13).

Figura 14 - Matéria relatando o impedimento das apresentações do Tambor de Crioula no Mercado das Tulhas, determinado pela prefeitura de São Luís



A matéria traz a denúncia dos grupos de Tambor de Crioula que alegam estarem sendo impedidos de realizarem suas brincadeiras no Mercado das Tulhas após a reforma. Segundo a matéria (Louise, 2022), a prefeitura de São Luís, na pessoa do secretário de Agricultura, Pesca e Abastecimento, a partir de recomendação estabelecida pelo Ministério Público, e tendo como amparo a própria Polícia Militar, tem barrado as apresentações com o pretexto de conservar o espaço público, que foi recentemente reformado. No entanto, os grupos interpretam essa ação como uma medida que tem como pano de fundo o racismo religioso e o preconceito advindo de grupos religiosos que estão ocupando cargos públicos na atual gestão da prefeitura municipal (2020-2024).

Essa denúncia ainda foi divulgada em outros veículos de imprensa (Freitas, 2022; Silva, 2022), e foi alvo de ação da própria Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPEMA), que foi solicitada para tomar as medidas cabíveis em relação ao fato:

Por entender que a recomendação do Ministério Público invade o livre exercício do mérito administrativo e substitui as funções da gestão pública pela atuação do órgão de controle, bem como que não há nenhum elemento concreto que indique a existência de risco a pessoas ou ao patrimônio público que tenha amparado a decisão de proibição, o defensor ajuizou a ação civil pública para garantir o imediato retorno das atividades. (DPEMA, 2022, n.p.)

Contudo, essa situação não é um evento recente e isolado. Muitas são as denúncias de racismo religioso e ataques às religiões de matriz africana na capital maranhense e no Estado como um todo (Jesus, 2015; Araújo, 2022; Castro, 2022; G1, 2023). Para entender esse panorama, é necessário realizar um resgate histórico da construção social das cidades no estado do Maranhão no pós-abolição da escravidão no Brasil.

Segundo Gato (2019, p. 245), “os usos sociais de códigos escravistas de distinção entre grupos, simbolizado através da nomenclatura das cores, para subjugar uma gente majoritariamente livre impulsionou a configuração do racismo moderno na sociedade maranhense.” Ou seja, mesmo após a abolição legal da escravidão, os povos pretos e pardos que constituíam a sociedade da época, mesmo livres, mantinham comportamentos de subserviência aos brancos e eram tratados com a distinção característica do período, que outrora vigorava.

Essa distinção se aplica às ocupações territoriais, posto que se no interior do Estado as populações de ex-cativos, escravos fugidos, desertores e outros homens livres pobres abrigavam-se em quilombos nos arredores dos latifúndios devolutos, que os senhores escravistas abandonaram por insustentabilidade econômica (Gato, 2019), em São Luís, os recém-libertos foram submetidos a regras civilizatórias impostas pelos próprios senhores que dantes impunham condutas aos escravizados e agora os veem sendo transeuntes na cidade, o que resultou em um severo desagrado dessa classe dominante, culminando na progressiva expulsão dos povos pretos e pobres do Centro de São Luís (Martins, 2004; Cunha, 2017).

E uma das maneiras de reprimir a ocupação desses grupos das áreas nobres da capital foi marginalizando suas manifestações culturais, como expõe Cunha (2017, p. 31),

O Estado Brasileiro se tornou laico a partir da Constituição de 1891. No entanto, as palavras ‘macabras’ e ‘pavorosas’, como uma referência ao inferno são evidências da influência do imaginário cristão católico para que os modos de viver de trabalhadores fossem tornados em casos de polícia. Nesse sentido se compreende que a frase – a ‘imoralidade dos sambas no coração da cidade’ é uma expressão bastante significativa, pois denota uma angústia em relação ao tipo de música tocada na cidade, à qual não deveria ser associada.

Ao ler-se ‘trabalhadores’ no trecho supracitado de Cunha (2017), acrescenta-se, ou melhor, transcreve-se o termo para designar pessoas pobres e pretas,

independentemente de exercerem função laboral na sociedade. Essa descrição da autora sobre o repúdio externado pelos moradores das áreas centrais de São Luís denota o quão consubstanciado em vieses eurocêntricos e de uma persistência em presumir que a cultura dos povos africanos é inferior, ou, como exprimem em suas denúncias às autoridades da época, danosas ao convívio em sociedade.

Essas observações do contexto histórico-social do período de transição do século XIX para o século XX na constituição das barreiras espaciais no Centro de São Luís também se ratificam na fala do escritor modernista, e na época, diretor do Departamento Municipal de Cultura, Mário de Andrade, que mesmo sem ter estado no Maranhão, conheceu e escreveu a respeito do tambor de crioula e do tambor de mina no início da década de 1930, para a realização de uma Missão de Pesquisas Folclóricas ao Norte e Nordeste do Brasil, cujo relatório foi publicado por Oneyda Alvarenga em 1948 (Ferretti, 2006).

Em seu relatório, Andrade atribui às músicas entoadas nas manifestações culturais a seguinte definição: são músicas de feitiçaria (Ferretti, 2006).

Outro caso ainda mais idêntico ao da macumba, é existirem no Maranhão duas formas intercorrentes de feitiçaria intituladas 'Tambô de mina' e 'tambô de crioulo'. A diferença básica entre ambos é a influência primordial africana que se encontra no tambor-de-mina, ao passo que no de crioulo os textos já são sempre em língua nacional. Em qualquer uma dessas duas formas maranhenses de feitiçaria, os instrumentos empregados no culto são três tambores, trio consagrado que aparece em outras manifestações musicais afro-brasileiras. É evidente que o tambor, cujos toques são de importância capital nas realizações do culto, passou por extensão, a designar o próprio culto. (Andrade, 1983, p. 59)

Essa perspectiva e interpretação do escritor Mário de Andrade, servindo-se de seu respaldo perante o cenário acadêmico nacional, consolidou e reforçou uma visão repleta de preconceitos vigente no seio da elite da época. Fazendo-se um paralelo com o cenário mais contemporâneo, os casos de racismo religioso seguem as mesmas concepções apregoadas por Andrade (1983), no entanto o representante desse antagonismo às manifestações culturais e religiosas de matriz africana não é a Igreja Católica, mas os neopentecostais, que, justificados pelas suas doutrinas e interpretações dos textos bíblicos, exercem verdadeiro combate contra expressões populares da cultura afro-brasileira (Jesus, 2015; Araújo, 2022).

Retornando-se ao Tambor de Crioula no Centro Histórico de São Luís, apesar das persistentes perseguições travestidas de leis, e na escancarada atuação das igrejas neopentecostais. De acordo com Lôbo e Cabral (2010, p. 30):

No Maranhão, até meados da década de 50, o Tambor de Crioula era reprimido pela sociedade dominante, sendo muitas vezes uma manifestação proibida pela polícia. Só a partir da influência dos meios de comunicação e com o crescente mercado do turismo no Estado é que o Tambor de Crioula passou a ser uma possibilidade de 'consumo' turístico. Ainda assim, até hoje são comuns atitudes de preconceitos contra a manifestação, principalmente por a considerarem uma dança profana de negros.

Em função dessa relação que se estabeleceu entre cultura e incremento econômico no Maranhão, principalmente em São Luís, o Tambor de Crioula, após intensa mobilização de entidades fazedoras de cultura e de estudiosos interessados na preservação da manifestação cultural, teve seu reconhecimento enquanto Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, através do IPHAN, em 2007 (Magalhães, 2014).

A partir dessa titulação institucional, ações foram implementadas para a salvaguarda dessa manifestação, e nesse ensejo, a sociedade civil organizada é imprescindível, assim como o apoio governamental. O Patrimônio Imaterial ou Intangível é uma formalidade que reconhece a importância das manifestações culturais, ou seja, compreende as tradições provenientes de comunidades tradicionais, grupos e indivíduos que recebem e repassam aos seus descendentes e resultam em legados que remontam a formação da nação (Magalhães, 2014).

Nesse processo de reconhecimento do valor cultural do Tambor de Crioula tanto para o Maranhão como para São Luís, inaugurou-se no dia 13 de julho de 2018 a Casa do Tambor de Crioula (Figura 14), que trata-se de um Centro de Referência instituído e administrado pelo governo federal por meio de investimento da ordem de milhões do IPHAN. O órgão entregou esse espaço aos fazedores de cultura devidamente registrados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), onde estes podem opinar e intervir na administração do local conforme seus interesses e necessidades (IPHAN, 2018).



Figura 15 - Fachada da Casa do Tambor de Crioula



Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2019). Disponível em: <https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=264560>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Cardoso, Moura Júnior e Gonçalves (2019) expõem preocupação sobre como a institucionalização pode afetar o Tambor de Crioula de maneira negativa:

[...] a espontaneidade cedeu espaço para a profissionalização, em troca de cachês. Mas, é preciso compreender que o mundo contemporâneo demanda uma série de gastos, que em outros tempos não eram necessários – roupas e acessórios estilizados, gravação de CD's, elaboração de projetos para captar recursos, pagamento de impostos da Associação. Além disso, o espaço urbano exige um funcionamento diferente – transporte do grupo, horário e duração de apresentação, espaços reservados para apresentar... São condições materiais necessárias à manutenção da prática, por pessoas que integram as camadas sociais mais pobres. E também atos comunicacionais de grupos que detêm saberes tradicionais e elaboram novos arranjos para conquistar seu espaço. Como no passado os brincantes tiveram que utilizar o simbolismo católico para cultuar seus deuses, hoje eles negociam com os processos socioeconômicos vigentes para praticar a expressão cultural com a qual se reconhecem e se identificam. (Cardoso; Moura Júnior; Gonçalves, 2019, p. 161-162)

Essa percepção dos autores diverge da visão de Jesus e Carvalho (2020), que em seus estudos da região da Praia Grande – um dos bairros que constituem o Centro Histórico, analisado especificamente os estabelecimentos e os projetos relacionados à cultura local, como o projeto Pôr do Sol no Palácio e Quarta do Tambor, realizados no Palácio dos Leões e na Casa do Tambor de Crioula – verificaram que a participação

dos moradores das imediações atuam de maneira limitada, restando a esses atores sociais apenas a participação passiva como espectadores.

Em seus estudos, Jesus e Carvalho (2020) observaram que em nenhuma das fases de implantação dos projetos culturais, as autoridades públicas apresentaram mecanismos de participação social no planejamento e gestão desses projetos, o que, segundo os autores, compromete a democratização ampla e horizontal da gestão dos espaços da cidade.

Fica evidente que entre a teoria e a prática há uma acentuada distância, posto que a criação da Casa do Tambor de Crioula deveria servir para redimir séculos de repressão à cultura genuinamente maranhense e, desse modo, consolidar políticas de incentivo à manifestação popular, reconhecida como patrimônio desde 2007. No entanto, o que se observa, tal como expõem Jesus e Carvalho (2020), é que, mediante diretrizes oriundas do cenário capitalista, a criação de políticas públicas urbanas oscila entre os interesses de particulares e a função social da gestão de espaços urbanos, e, embora a produção de atividades de turismo tenha em sua origem uma estreita ligação com o modo de ser e de expressar das populações locais, esta, quando realizada em espaços urbanos, adquire elementos distintos e característicos do interesse do mercado.

Dessa forma, em um processo de profundo atendimento aos interesses do capitalismo, concretizados por meio da máquina pública, “a cidade sofre efeitos da reestruturação produtiva decorrente dos processos de mundialização do capital” (Ramos, 2002, p. 134). Diante desse cenário, uma das principais características das políticas implementadas nos espaços urbanos, não só em São Luís, mas em qualquer espaço que gere o interesse econômico da classe dominante, é o planejamento e a gestão dos locais, apresentando poucos mecanismos de participação social, e quando existentes, majoritariamente, configuram-se como modelos participativos por representação, com pouco ou nenhum espaço para intervenção real nas tomadas de decisões necessárias para a implementação dessas políticas (Jesus; Carvalho, 2020).

As modificações e revitalizações em áreas comuns com apelo cultural e histórico, que se dão por meio de higienização social e embelezamento, tendem a acentuar a privatização do patrimônio urbano, que dentro de uma perspectiva capitalista eleva os preços dos produtos e concentra grande quantidade de atividades culturais, limitando, na maioria das vezes, o acesso da comunidade aos benefícios desse processo de intercâmbio cultural (Silva, 2004; Barbosa, 2001).

Este processo de gestão vertical de espaços urbanos fomenta o distanciamento dos grupos populares da possibilidade de produção de projetos de lazer e turismo que se articulem com os interesses e modo de expressão típicos de cada expressão popular. Isto ocorre desde as proposições dos projetos até a execução destes. Os princípios da democratização da gestão urbana para que os processos urbanos não sejam efetivados dentro da lógica capitalista e, progressivamente, a função social das cidades tornam-se os próprios mecanismos de reprodução de objetivos capitalistas e mercadológicos (Jesus; Carvalho, 2020).

O Tambor de Crioula é uma genuína expressão da cultura popular maranhense. Não é uma versão e/ou derivação da cultura de outros estados do Brasil. É o resultado de uma miscigenação calcada na sobrevivência de um povo que teve de adaptar – esconder – suas crenças e formas de entretenimento, para que não sofressem ainda mais com a ira e perversidade de seus algozes. Tambor de Crioula é resistência, e resiste em cada época às suas repressões, sejam elas veladas ou não, das senzalas às medidas proibitivas por força de lei, do medo à ignorância travestida de seguimento religioso. O Tambor de Crioula, assim como o Samba, são fruto da cultura de um povo e, enquanto houver as coreiras, tambores, tocadores e cantadores, essa expressão popular vicejará.

“Eu sô brasileiro, brasileiro eu sô/  
Eu nasci pra mandá côro, brasileiro eu sô”.

O trecho acima é de um dos muitos cantos entoados nas rodas de Tambor de Crioula, este, especificamente, pertence ao cantador/coreiro José Ribamar, em uma apresentação na capela de São Benedito, na Praça da Faustina, localizada na Praia Grande, Centro Histórico de São Luís (Guedes, 2016).

### 3.3 FIQUEI SABENDO QUE ANDAS DESEJANDO DEMAIS BRINCAR NA MÁQUINA DURANTE O CARNAVAL!

De acordo com Assunção (2001), o carnaval de rua que deu origem a quase todos os blocos tradicionais de São Luís, deflagrou-se na década de 1970, perdurando quase inalterado até o ano de 1985. O autor também menciona que há um bairro que sintetiza quase todos folguedos e grupos carnavalescos surgidos na Ilha de São Luís:

a Madre Deus. Isto porque esse bairro concentra características que nenhum outro bairro periférico ou nobre consegue reunir, sendo elas a localização – é próximo do Centro Histórico - e a heterogeneidade da população constituinte do bairro.

No entanto, o autor aponta para as homogeneizações decorrentes da globalização, principalmente, por meio das mídias de massa (Assunção, 2001). O que isto implica às ocupações dos espaços está na gentrificação, e também na aglutinação de práticas tradicionais da cultura popular, por réplicas de festas típicas de outros estados e regiões. Sobre a segregação dos espaços públicos, Duailibe (2014) discorre que o processo empreendido na década de 1980, com a intenção de restaurar o Centro Histórico de São Luís, lançou mão do processo de *gentrification*, ao que se somaram investimentos milionários, entretanto a preservação desse espaço passa por um processo de decadência e muitos silenciamentos. O que se entende por “espírito patrimonial”, na visão de Duailibe (2014), se esvaiu.

Lisboa (2008) classifica os blocos tradicionais em categorias específicas no conjunto de manifestações culturais dentro do Carnaval de São Luís, e estão inseridos em um cenário que inclui outras expressões como as Tribos de Índios, os Blocos Organizados, os Corsos, a Casinha da Roça, as Charangas, os Blocos Alternativos e as Escolas de Samba. Assim como Assunção (2001) aponta em seu estudo, Lisboa (2008) também relata que estes grupos carnavalescos possuem poucos registros que escrutinam sua origem e trajetória histórica, seus sentidos e as práticas sociais no contexto em que estão inseridos.

Os primeiros relatos sobre os Blocos Tradicionais de São Luís são registrados na década de 30, pelos jornais da época que fazem referências aos blocos 'Vira-Latas', 'Pif-Paf' e 'Os Brotos'. Nesta altura, o bloco 'Vira-Latas', é considerado o primeiro grupo desta manifestação quando o carnaval de São Luís acontecia nos clubes, com a realização de grandes bailes carnavalescos ou em festas promovidos pela elite e pela intelectualidade, nos sobradões do centro da cidade. Estes eventos particulares exigiam dos foliões convites para que pudessem participar dos encontros das tradicionais famílias ludovicenses, geralmente formadas por proprietários de prósperos comércios situados no Centro Histórico. (Lisboa, 2008, p. 343)

A autora também sugere em seu estudo que não há consenso nem entre os próprios criadores dos grupos carnavalescos, pois tendem a acreditar que seus blocos têm origem remota (Lisboa, 2008). Conforme Coutinho (2002), o termo “tradição” designa, de modo simultâneo, um legado cultural ou um objeto, e é o produto da atividade humana, assim como sua reprodução ou transmissão no tempo, no entanto

a concepção desse processo perpassa o campo subjetivo, portanto esse produto – tradição – é socialmente elaborado. Isto requer dizer que, se as tradições são elaborações provenientes das concepções das sociedades, e dependem de fatores subjetivos para tanto. Desse modo, a visão dos donos de blocos está sedimentada por esse caráter intrínseco do ser social.

No entanto, o foco dessa análise concentra-se nos blocos de ruas do Centro Histórico, pois, como Martins (2000, p. 81) exprime, “a rua, era o espaço de sociabilidade onde acontecia a festa carnavalesca desse período, era o local onde ‘os cordões de urso, de fofões, de dominós, de diabos, de pierrôs, de arlequins, de baralhos, de macacos de sujós e muitos outros’.” (Martins, 2000, p. 81). Silva (2016) reitera a fala de Martins (2000) e acrescenta que o que caracterizou o carnaval ludovicense entre as décadas de 1950-1970 foi a diversidade, pois com o passar dos anos, os foliões foram ganhando as ruas e estas se tornaram o principal palco das atrações momescas do período carnavalesco.

Blocos de rua provenientes de grupos folclóricos como o grupo Cazumbá, grupo Pai Simão, o bloco Akomabu, o grupo Fuzarca, o grupo de teatro Laborarte, Bicho *Terrae*, os blocos de jegue (Jegue Folia, Vagabundos do Jegue) foram precursores na persistência de oferecer aos foliões ludovicenses entretenimento considerado tradicional, nas ruas do Centro e nas imediações, principalmente na Madre Deus, uma vez que, como argumenta Assunção (2001), não há problema em diversificar os tipos de festas trazidas a público, o que não se deve perder de vista é a originalidade das comemorações. O fofão, a maisena, o modo de dançar e os tipos de fantasias são características próprias do carnaval maranhense.

Assunção (2001) remonta à luta travada pela visibilização dos blocos de rua, haja vista que entre os anos 1994 e 1999 – exemplificado no sucesso do bloco Máquina de Descascar Alho – o carnaval de rua galgou patamares que lhe permitiram ocupar cada vez mais espaço, tanto em número de foliões brincando nos bairros quanto no virtual (mídia). Antes desse período, porém, o foco dos veículos de imprensa estaduais era voltado para o circuito na Avenida Litorânea e na passarela do samba, no Anel Viário.

Essa disputa entre os três tipos de carnavais evidencia o quanto a comercialização impacta sobre a própria maneira de brincar o carnaval, visto que, se o investimento está na Avenida Litorânea e na passarela do samba, obviamente são estes locais que ganham notoriedade dentro e fora de São Luís (Assunção, 2001). O

autor ainda discorre que à medida que se moderniza/globaliza os folguedos populares, vai também restringindo-se para quem essas festas são direcionadas. Se nas festas de rua tradicionais poderia se encontrar crianças e idosos de todas as classes, em circuitos contemporâneos, essa realidade é praticamente improvável.

A riqueza e diversidade das manifestações, a sua criatividade exuberante, a sua descentralização e gratuidade, e a participação de todas as faixas etárias significam, potencialmente, a integração da periferia e uma democratização da festa. Conferem sentido de identidade regional – importante para a reafirmação do sujeito e a recuperação da sua autoestima, e a luta contra o centralismo homogeneizador, em nível nacional. (Assunção, 2001, p. 178)

Sobre a homogeneização cultural difundida no Brasil, Malventano (2018) argumenta que assim como ocorrem os monopólios no setor empresarial dentro da lógica capitalista, há dentro do processo de globalização um fenômeno que, se não contar com uma intervenção política, torna-se mundial, substituindo as instituições econômicas e sociais pelos interesses do mercado, e isso implica no desaparecimento de culturas e nas tradições locais, e tudo que esteja ligado a elas.

No que tange ao cenário observado no Centro Histórico de São Luís, Carvalho e Simões (2012) argumentam que há uma desarticulação entre os interesses dos entes governamentais públicos – que mais tendem a colaborar para a adesão dos projetos de interesse privado – e da população local. Segundo as autoras, a ausência de participação popular, ocasiona no surgimento de conflitos envolvendo o uso social e o uso turístico do patrimônio. De acordo com as pesquisadoras, faz-se necessário a implantação de um modelo horizontal de preservação que atenda aos anseios e às expectativas da comunidade, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida local. E isto inclui o lazer e a preservação de manifestações culturais.

Conforme Luz (2022), no espaço urbano é inconcebível pensar em eventos e itens que constituem o cenário das cidades sem pensar nas pessoas que são o motivo delas existirem. A sociabilidade é a essência do espaço, uma vez que o espaço é a junção das coisas mais as pessoas que frequentam e vivem nesses locais. Isto posto, Santos (2014, p. 30-31) discorre que:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo

cada qual fração da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social.

Sobre a relação entre a fala de Santos (2014) e o carnaval de rua do Centro Histórico de São Luís, basta observar as políticas empreendidas para a revitalização da área que compreende o objeto desse estudo. Segundo Brandão (2010), ao atentar-se para esses aspectos, verifica-se que a política cultural e as intervenções quando pensadas para espaços e territórios vividos não se podem fazer sem atenção à dimensão histórica e política desses lugares. Em outras palavras, deve-se garantir que as ações governamentais sejam fruto de discussão pública de cada projeto, e significam o apoio e geração de oportunidades que representam a expressão cultural livre e diversa.

Quando, deliberadamente, abandona-se os investimentos em determinado setor para privilegiar outrem, relega-se a cultura e os aspectos históricos de uma sociedade ao ostracismo e conseqüente extinção. Luz (2022) verificou em seu estudo sobre o circuito Beira-Mar do carnaval ludovicense, que:

[...] o gestor da SECMA reconhece que a ação estratégica do Carnaval não contempla o direito à cidade no quesito da representatividade, pois existe uma grande quantidade de manifestações culturais na cidade, que para aquele espaço e para aquele Circuito não se sentem pertencentes, gerando a necessidade das atrações acontecerem nos bairros, onde a identidade dos grupos é percebida e vivida de maneira mais intensa.

Portanto, essa constatação do secretário da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA) ratifica as colocações e discussões sobre ocupação dos espaços no Centro Histórico e nos bairros que o compõem, haja vista que, enquanto o poder público privilegia determinados setores culturais em detrimento de outros, decreta – mesmo que de forma não oficial – não só o fim de práticas culturais, mas deixa de prover o entretenimento para todos os públicos que constituem a cidade e que passam a não se sentirem contemplados pelos setores que recebem o investimento majoritário ou total dos órgãos públicos.

Ainda sobre a pesquisa de Luz (2022), a autora questionou seus entrevistados sobre considerarem se a ação estratégica “O Carnaval do Maranhão – Circuito Beira Mar” possibilitava a preservação, revitalização e ocupação de espaços públicos na área do Centro Histórico de São Luís, e 60% dos seus entrevistados alegaram que sim, consideram efetiva essa política. No entanto, 5% dos respondentes mencionam

que essa ação estratégica é apenas um processo de valorizar a cultura “alheia”, e não da cultura maranhense.

Essa observação dos entrevistados por Luz (2022) retoma o posicionamento de Assunção (2001), que reitera a homogeneização da cultura ao longo dos anos, de modo que o carnaval em outros estados de modo particular e focal no Maranhão vai virando versões dos carnavais exaltados pela grande mídia, seguindo os moldes dos eixos Rio-Bahia. Reitera-se que não há nada de errôneo em assimilar traços de culturas exteriores, contudo deve-se preservar e, mais do que isso, deve-se valorizar os traços culturais típicos de cada sociedade, pois são nessas manifestações que está a identidade do povo.

Como Sousa (2016, p. 57) argumenta:

O carnaval não é domínio exclusivo deste ou daquele estado, desta ou daquela cidade; o carnaval é um rito sem dono, pertence a todos. Seria muito bairrismo considerar as manifestações de São Luís como intocáveis, alheias a influências e transformações.

No entanto, como França (1992) pontua, a falta de manutenção das características próprias do brincar maranhense no carnaval gera um empobrecimento da população e uma descaracterização das manifestações carnavalescas, o que culmina na contribuição da decadência cultural do Estado:

[...] o empobrecimento aviltante das condições de vida da massa populacional e a contínua descaracterização das brincadeiras e formas momescas do Estado levaram, nos últimos anos, a um processo de decadência da cultura carnavalesca no Maranhão, o que buscamos combater e reverter através do Projeto Carnaval de Rua, criado a partir da iniciativa de artistas e pessoas ligadas à questão, participantes da Associação Maranhense de Blocos Carnavalescos, com circuitos geográfico-comunitários predestinados, obtendo a crescente adesão popular de São Luís – área de atuação do Projeto – bem como o fundamental apoio de instituições públicas e privadas. (O Estado do Maranhão, 16 fev. 1992. p. 18, Caderno Alternativo)

Na percepção de Sousa, Santos e Lima (2017), o que mantém a tradição no carnaval ludovicense, e mesmo em outras localidades no Estado, é a perpetuação. O caráter local é algo norteador para a continuação das manifestações, pois mais do que característico do local, é parte das vivências e da história de vida dos moradores. Torna-se quase um culto aos antepassados dos atuais brincantes, pois eles apropriam-se de um sentimento de pertencimento ao surgimento das brincadeiras típicas do carnaval de São Luís.



Almeida *et al.* (2019) relacionam que, nessa feitura de espaços, realiza-se o autorreconhecimento na atuação da festa, são os espaços desenvolvidos e determinados por uma cultura que se eterniza, reafirma-se e se renova, pois “praticar espaço é, portanto, repetir a experiência jubilatória e silenciosa da infância. É, no lugar, ser outro e passar ao outro” (Certeau, 1994, p. 191).

Na mesma concepção de Certeau (1994), Almeida *et al.* (2019) afirmam que as festas de Carnaval são reiteradas em vários momentos e em várias histórias. O processo de passar ao outro, como afirma Certeau (1994), nesses espaços praticados na festa, é um percurso que começa no estímulo de estar ali, de sentir as nuances típicas dessa época, de conhecer as histórias e as lendas que alicerçam o folclore próprio desse lugar e de se envolver nas batidas dos diversos ritmos que tocam e soam nos períodos momesco.

Dessa forma, tal como alude Oliveira (2007), o carnaval ludovicense se caracteriza por ser um misto de rebeldia, irreverência, e de alguma forma recorrendo ao profano e sagrado em suas manifestações. As composições das marchinhas usando de duplo sentido e as inspirações para a confecção das fantasias suavizam, embora não neguem, as vontades e os sentimentos proporcionados pelas experiências do cotidiano, no que diz respeito à ausência de uma atividade política benéfica.

Expressa-se, dessa forma, a vontade da mudança. Sempre a ideia da varrição. Contudo, a mensagem latente, que se esconde sob o manifesto propósito de 'brincar o Carnaval', não pode ser encontrada apenas nas letras das canções, mas também em outros indícios e signos: as origens das agremiações; suas atividades e a dos seus componentes fora da época momesca [...]. Todos os participantes levam as armas de suas insígnias. (Beltrão, 1980, p. 99)

De acordo com Oliveira (2007), é verificável nas práticas momescas maranhenses, formas de expressar as angústias, os sonhos e a condição de sobrevivência do povo. E estas formas são exibidas com muita variação e inquietantes interrogações sobre relevâncias e contextos, que se observa na opulência dos blocos, escolas de samba e bailes de fantasia em contraste com a simplicidade popularesca da Casinha da Roça, dos ritos dançados pelas Tribos de Índios, dos sons originados do Tambor de Crioula e do alegre e assustador Fofão.

Esses contrastes mostram a própria história de luta e resistência das manifestações culturais provenientes dos rincões e as privilegiadas e elitizadas para

o enobrecimento da capital aos olhos do turista e de quem mais observar sem o conhecimento das raízes locais. Conforme Oliveira (2007), essa dicotomia no tratamento das manifestações populares segue infundável, tal como a própria luta de classes, ou como Brandão (1983, p. 53) define “processo de classe na sociedade desigual, como um envolvimento com sujeitos e grupos produtores de cultura (o ponto de vista da preservação do humano através da cultura) e não com os produtos da cultura (o ponto de vista da manipulação do humano através da indústria cultural.”

Estas interpretações e fatos observáveis no exercício da manifestação cultural fazem do carnaval mais do que uma comemoração pontual e livre de contendas, também é o momento de externar conflitos, mesmo que de forma alegórica, porém tão expressivo quanto um ritual de exclamações e manifestos.

Figura 16 – Bloco da Bandida, 2016



Fonte: Bandida agita temporada de pré-carnaval em São Luís (“O Imparcial”)

Figura 17 - A Máquina de Descascarálho, 2017



Fonte: máquina.jpg (640×411) (o imparcial.com.br)

Figura 18 - Bloco Tradicional Reis da Liberdade, 2018



Fonte: Divulgada programação do carnaval em São Luís | Carnaval 2018 no Maranhão | G1

## 4 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa analisamos o papel de algumas manifestações culturais relacionadas ao lazer e ao direito à cidade na cidade de São Luís. O objetivo da pesquisa foi analisar e compreender de que maneira o lazer pode ser uma ferramenta na luta do direito à cidade.

Abordando a história da cidade, iniciada na região do Centro histórico, que iniciou na região do Centro, São Luís teve uma rápida evolução, sendo destaque econômico no Brasil Colonial. Em muito pouco tempo foram chegando à cidade muitos comerciantes que se instalaram em casas no estilo europeu, com traços arquitetônicos portugueses fortes e comumente encontrados até hoje no Centro Histórico de São Luís. O Centro de São Luís concentra a maior parte da história da cidade, bem como o maior número de atividades turísticas da cidade. Mesmo com a “revitalização”, acredita-se que a região necessita ainda de reparos em sua estrutura, pois após anos ainda existem edificações em ruínas, carecendo também de mais incentivos às ocupações culturais. De acordo com os resultados do trabalho, foi possível entender as dinâmicas do espaço e a importância da valorização do espaço público para a vida da sociedade.

Ao observar as manifestações escolhidas para esta pesquisa – *Hip Hop*, Carnaval e o Tambor de Crioula –, constata-se a diversidade de manifestações presentes no espaço público. Podemos também verificar o papel das manifestações de lazer na cidade de São Luís nas reivindicações políticas pelo direito à cidade. Destacamos a importância do lazer como mecanismo de luta por espaços mais democráticos e mais diversos na cidade. É indispensável que o lazer seja um meio eficaz para restaurar o sentido da cidade como espaço coletivo e de promoção da democracia.

Nas manifestações analisadas, enfatizamos a promoção de um lazer democrático nos espaços públicos que estimulam formas de resistência e discussões. Nota-se também a natureza espontânea de ocupação do centro através das manifestações culturais. É notória a relevância do papel desempenhado pelos indivíduos como geradores de resistência em frente aos modelos neoliberais nos espaços urbanos. Harvey (2014) analisa que a presença coletiva dos indivíduos nos espaços públicos é uma alternativa eficiente em oposição aos outros meios de manifestação que se apresentam esgotados.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, C. N.; SANTOS, M. B. O tempo da cultura urbana: uma história territorial do Hip Hop em São Luís (1983-2012). **Ciência Geográfica**, Bauru, SP, v. XXV, n. 4, p. 1181-1199, jan./dez. 2021.
- ALVES, G. A. Processos de requalificação das áreas centrais das cidades de Belém, Marabá e São Paulo. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 364-375, 2016.
- ANDRADE, Mário de. Música de Feitiçaria no Brasil. Brasília: Itatiaia/ Pró-Memória/ INL, 1983.
- ANDRÈS, L. P. C. C. **A Fundação de São Luís do Maranhão e o Projeto Urbanístico do Engenheiro Militar Francisco Frias de Mesquita**. São Paulo: Da Cultura, 2014.
- ANDRÈS, L. P. C. C. **São Luís: Reabilitação do Centro Histórico - Patrimônio da Humanidade**. São Luís: IPHAN, 2012.
- ASSUNÇÃO, M. R. Resgatando o carnaval de rua: a fuzarca maranhense contra a homonegeização nacional global. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 159-178, 2000.
- ASSUNÇÃO, P. **Patrimônio**. v.1 1ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- BARROS, J. D. A. Geografia e História: uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço. **Geografia**, Londrina, v. 19 n. 3, p. 67-84, 2010.
- BATALHA, E. J. F. Direito à cidade e espaço público: perspectivas de contrausos do espaço a partir do movimento *hip hop*. **Papers do NAEA**, Belém, PA, v. 28, n. 3, p. 1325-1342, 2019.
- BENATTI, C. A Geografia Cultural: das concepções clássicas às novas tendências e dinâmicas na contemporaneidade. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 2-11, nov. 2016.
- BEZERRA, A. C. Festa e Cidade: entrelaçamentos e proximidades. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 7-18, jan./jun. 2008.
- BONDUKI, Nabil Georges. O desafio de uma produção massiva de habitação com qualidade e inserção urbana. 2010, Anais. Rio de Janeiro: ANPARQ, 2010. Acesso em: 29 fev. 2024.
- BRUZACA, A. M. Rap maranhense sofre repressão da Guarda Municipal. **O Imparcial**, São Luís, MA, 6 maio 2019. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2019/05/rap-maranhense-sofre-repressao-da-guarda-municipal/>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- BURGOS, R. Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação

espacial nas cidades de São Paulo e Sorocaba. **Cidades**, Chapecó, SC, v. 12, n. 20, p.105-140, 2015.

BURNETT, F. L. São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011. São Luís, MA: Universidade do Maranhão, 2011.

CALVENTE, M. C. M. H. Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos. Londrina: Humanidades, 2004.

CAMPOS, G. V. M. de. **Lazer e o direito à cidade**: a ludicidade no espaço urbano de Belo Horizonte. Orientador: A. T. Canas. 2021. 121f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2021.

Camargo, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. 3.ed. São Paulo: Aleph, 2005. (Coleção ABC do Turismo).

CARDOSO, Alírio. **A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)**. Revista Brasileira de História 31 (61) – 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000100016>. Acesso em 14.nov.2023.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 348–369, 2020.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. 123p.

CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 472-486, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CARVALHO, C. M. B. **A genealogia do patrimônio em São Luís**: da Athenas à capital da diversidade. Orientador: M. F. R. F. V. Gregolin. 2009. 150f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2009.

Carsalade, F. de L. (2017). Dualidades patrimoniais. *Oculum Ensaios*, 14(2), 203–216. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v14n2a3870>

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. [Trad. Arlene Caetano] 4. ed. Paz & Terra. Rio de Janeiro, 1983.

CERQUEIRA, Y. M. S. F. **Espaço público e sociabilidade urbana**: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea. Orientador: G. F. Dantas. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2013.



CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidades. 4ed. Trad. Dafne N. Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1997. p.350.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo, UNESP. 2001

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural no Brasil: proteção, salvaguarda e tutela. In: Antonio Carlos de Souza Lima. (Org.). *Tutela: formação do Estado e tradições de gestão no Brasil*. Rio de Janeiro: e-papers, 2014.

COSTA, E. & ZAGO, F. DINÂMICA HISTÓRICA E URBANA DE SÃO LUÍS. Instituto da Cidade Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural. São Luís – MA, 2008.

DEBORTOLI, José A. Com olhos de crianças: a ludicidade como dimensão fundamental da construção da linguagem e da formação humana. *Licere*, Belo Horizonte, v. 2, no. 1, p. 105-117, 1999

Dias, Hertz da Conceição. História e práxis social do movimento hip hop organizado do Maranhão – Quilombo Urbano. Monografia (Graduação em História). São Luís: UFMA, 2002.

DUARTE, Ronaldo Goulart. O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. *Scripta Nova – Revista electronica de geografia y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona, v. IX, n. 199(44), ago. 2005. Disponível em: Acesso em: 15 jan. 2024.

DUALIBE, N. N. Patrimônio e Questões Subalternas: narrativas sobre o centro histórico de São Luís do Maranhão. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, GO, v. 22, n. 3, p. 241-250, 2012.

**Durham**, E. 1984. Texto II. In *Produzindo o Passado, Estratégias de construção do patrimônio cultural*, A.A. Arantes (Ed.), 23-58. São Paulo: Brasiliense.

DUTRA, J. N. **Rap e identidade cultural**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 16., 2006, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, DF: ANPPOM, 2006, p. 179-183.

Ferreira dos Reis Luz, Emanuely. **CIDADES, POLÍTICAS CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: Uma avaliação do Carnaval do Maranhão Circuito Beira Mar de São Luís – MA** / Emanuely Ferreira dos Reis Luz. – 2022 138 f.

Ferretti, S. F. (2012). **MÁRIO DE ANDRADE E O TAMBOR DE CRIOLA DO MARANHÃO**. *Revista Pós Ciências Sociais*, 3(5). Recuperado de <https://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/805>



Funari, P. P. A. (2020). **Os desafios da destruição e conservação do património cultural no Brasil**. *Trabalhos De Antropologia E Etnologia*, 41(1-2). Obtido de <https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/9750>

FURTADO, Carlos. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação**. São Paulo, nov 2014.

GARCIA CANCLINI, Néstor. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (Org.). *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 57-67.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2009.

GOMES, A. M. C. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 250p

GOMES, P. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (eds.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 19-41.

GOMES, P. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2014.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Martins Fontes. São Paulo, 2014.

INFOPÉDIA. **Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão**.

Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$companhia-geral-do-grao-para-e-do-maranhao](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$companhia-geral-do-grao-para-e-do-maranhao). Acesso em: 15 jun. 2023.

JAYME, J. G.; TREVISAN, E. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 359-377, 2012.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. Coleção Primeiros Passos; 23. São Paulo, 2008.

LACROIX, M. D. A criação de um mito. **Outros Tempos**, São Luís, MA, v. 2, n. 2, p. 54-80, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4ª ed. Ediciones península, Barcelona: 1978.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-134, fev. 2002.

LEITE, R. P. Localizando o espaço público: *gentrification* e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 83, p. 35-54, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Homem Nu: Mitológicas**. (Tradução: Beatriz Perrone-Moisés). Cosac Naify. São Paulo, 2011 [1971].

LIMA, Marcos Melo de. “**O Bumba meu Boi já vai abusado**”: um divertimento “perigoso” na São Luís oitocentista. *Revista Tempo Amazônico*. ISSN 2357-7274 | V. 1 | N.2 | junho de 2014.

LOBODA, C. R. Espaço público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, SP, v. 1, n. 31, p. 32–54, 2020.

LOPES, J. **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Sevilla, 2008. 444p.

MAGALHÃES, Maristela Rocha Almeida. Patrimônio Imaterial: o tambor de Crioula. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 12, n. 1, p. 373-380, 2014

MALVENTANO, Alessandro. **Globalização e homogeneização cultural**. 2018. 23 f. Monografia (Especialização) - Curso de Jornalismo, Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, 2018

MARTINS, Ananias. Carnaval de São Luís: diversidade e tradição. **São Luís: SNALUIZ, 2000**.

MARX, K. e ENGELS, E. **Ideologia Alemã**. Editorial Presença – Lisboa. Martins Fontes. Volume I e Volume II. Brasil.

MEIRELES, M. M; TEIXEIRA, A. O. M. **O projeto Praia Grande**: Subsídios Históricos. In UFMA-PREXAE, Proposta para recuperação urbana da Praia Grande - Universidade do Maranhão. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – São Luís, 1979.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Trad. de SILVA, Neil R. da. São Paulo, Martins Fontes. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982. 700 p.

Narciso, Carla A.F. **Espaço público: ação política e práticas de apropriação**. Conceito e procedências, *Revista de ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA*, UERJ, RJ, ANO 9, N.2, P. 265-291, 2009.

Noronha, Raquel Gomes. **No Coração da Praia Grande: representações sobre a noção de patrimônio na Feira da Praia Grande** – São Luís – Maranhão, EdUFMA, 2015

OLIVEIRA, A. N. de. As múltiplas funções das festas no espaço geográfico. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 13, n. 1, p. 81-92, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, C. E. C. de; FURTADO, L. S.; BARROSO, F. F. A Tematização do Cotidiano no Centro Histórico de São Luís - MA. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL*

SOBRE COMÉRCIO E CIDADE, 7., 2020, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Blucher, 2020, p. 114-131.

PACHECO, Ellis. **O papel das normativas na preservação e ocupação do conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís – MA**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **Geographia**, Niterói, RJ, ano 7, n. 14, p. 43-57, 2010.

PASSOS, S. Batalhas de rima na periferia fortalecem *hip hop* em São Luís. **Terra**, [s. l.], 2 nov. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/role-de-quebrada/batalhas-de-rima-na-periferia-fortalecem-hip-hop-em-sao-luis,81e7c83779befe5c381cdf74fb54a537kniyfoxa.html>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo, **O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas** – UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007 p. 87, Revista Patrimônio e Memória.

Peralta, Elsa & Anico, Marta (orgs.) (2006). **Patrimónios e Identidades: ficções contemporâneas**. Oeiras, Celta.

PEREIRA, M. R. da S.; ALCÂNTARA JUNIOR, J. O. A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 977-998, 2017.

PETRUS, J. K. B., & PEREIRA JUNIOR, M. V. (2015). **A desigualdade socioespacial de São Luís (MA) demarcada pelos seus bairros**. - DOI 10.5216/ag.v9i2.37575. *Ateliê Geográfico*, 9(2), 170–189.

PIRENNE, H. **As cidades na Idade Média**. Lisboa: Europa América, 1962.

RAÇA E CIDADANIA NO PÓS-ABOLIÇÃO MARANHENSE (1888-1889), **Afro-Ásia**, núm. 59, pp. 235-274, 2019, Universidade Federal da Bahia.

RAMOS, M. H. R. **Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial**. IN: *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. (org.) Maria Helena Rauta Ramos. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Recitações de mitos: a história na lente da mídia. In: GOLIN, Maria do Rosário V. (Org.). *Filigranas do discurso: as vozes da história*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: **Ed. Cultura Acadêmica**, 2000.

REDE DE ARQUIVOS IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

REIS, J. R. S. **Praia Grande: cenários históricos, turísticos e sentimentais**. Ed. Litograf. São Luís, 2002.

Rodrigues, Donizete. **Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica** – 2007, CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma abordagem-antropologica.pdf (ubi.pt)

ROLNIK, R. **O que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos)

RUBINO, Silvana. **Enobrecimento Urbano**. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (Orgs.). *Plural de Cidades: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, L. E. N. dos. **O urbano ludovicense: produção e fragmentação do espaço, território, planejamento, cultura e outras reflexões**. São Luís, MA: EDUFMA; Porto Alegre, RS: Fi, 2021.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, R. E. A história do *Hip Hop* em São Luís do Maranhão: periferização da cidade e resistência político-cultural da juventude negra nos anos 1990. **Outros Tempos**, São Luís, MA, v. 5, n. 6, p. 1-14, dez. 2008.

SCHIELE, Bernard. **Patrimoines et Identités**. Éditions MultiMondes. Québec, 2002.

SILVA, G. P. da. **De volta à Praia Grande: o “velho” centro com o “novo” discurso**. Orientador: S. F. Ferretti. 2010. 200 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2010.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 11, n. 1, p. 15-31, 30 ago. 2007.

SOSTER, Sandra Schmitt. **Transdisciplinaridade na Gestão do Patrimônio Cultural**. In: FLASH! – Transpesquisa,6. São Carlos-SP, 2016.

SORIANO, A. G. W. **O espaço público e a cidade contemporânea: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção**. Orientador: A. Fernandes. 2006. 175f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2006.

SOUSA, Luciano de Lima. **O folguedo de momo na passarela do samba: uma análise sobre o carnaval na passarela do samba em São Luís do Maranhão (1981-1992)**. Orientador: F. H. M. Silva. 2016. 67f. Monografia (Licenciatura em História) –

Departamento de História e Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, 2016.

SOUZA, M. F. **A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O Chão Arranha o Céu: a lógica da (re) produção monopolista da cidade.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

SPÓSITO, Maria E. B. **Centralidade intra-urbana.** Presidente Prudente, GASPERR, FCT, UNESP, 2002. p. 49-52.

SURIANO, A. L. C., & RESCHILIAN, P. R. (2012). **URBANIZAÇÃO, HABITAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.** *Revista Univap*, 18(32), 190–202. <https://doi.org/10.18066/revunivap.v18i32.108>. Acesso em: 22. out. 2023

TEIXEIRA, A. B. Espaços públicos de lazer como impacto no direito à cidade. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, MG, v. 27, n. 41, p. 14-58, 2020.

TOMAZ, P. C. **A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL.** *Fênix - Revista De História E Estudos Culturais*, 7(2), 1–12. 2010.

TRECCANI, G. D. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação.** Programa Raízes. Belém, 2006.

VASCONCELOS, P. D. **A Cidade, O Urbano, O Lugar.** Revista GEOUSP, p.11-15. São Paulo, 1999.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.** (org.) FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida. *O Brasil Republicano*, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** Studio Nobel, Fapesp, 1998.

WASSERMAN, C. **Identidade Nacional: O Brasil para seus intelectuais.** *Acervo*, [S. l.], v. 19, n. 1-2, p. 23–36, 2011. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/54>. Acesso em: 23 fev. 2023.

ZANIRATO, S. H. (2018). **Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial.** *Revista CPC*, 13(25), 7-33. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p7-33>. Acesso em: 22.out. 2023.





Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone: (51) 3320-3513  
E-mail: [propesq@pucrs.br](mailto:propesq@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)